

Universidade Federal de Juiz de Fora

Pós-Graduação em História

Flávio Luciano da Anunciação

**ENTRE TRÂMITES POLÍTICOS E CONFLITOS SOCIAIS: A MEMÓRIA DO  
CONTESTADO MINEIRO-CAPIXABA**

Juiz de Fora

2019

FLÁVIO LUCIANO DA ANUNCIAÇÃO

**ENTRE TRÂMITES POLÍTICOS E CONFLITOS SOCIAIS: A MEMÓRIA DO  
CONTESTADO MINEIRO-CAPIXABA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Linha de pesquisa: Poder, Mercado e Trabalho

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Cláudia M. Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora

2019

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Anunciação, Flávio Luciano .  
ENTRE TRÂMITES POLÍTICOS E CONFLITOS SOCIAIS : A MEMÓRIA DO CONTESTADO MINEIRO-CAPIXABA / Flávio Luciano Anunciação . -- 2019.  
126 f.

Orientador: Cláudia M. Ribeiro Viscardi  
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em História, 2019.

1. História . 2. Memória. 3. litígios . 4. Cidadania . 5. Território. I. Viscardi, Cláudia M. Ribeiro , orient. II. Título.

FLÁVIO LUCIANO DA ANUNCIAÇÃO

**ENTRE TRÂMITES POLÍTICOS E CONFLITOS SOCIAIS: A MEMÓRIA DO  
CONTESTADO MINEIRO-CAPIXABA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em História e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Juiz de Fora, \_\_\_ / \_\_\_ / 2019.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dra. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi- Orientadora

---

Prof. Dr. Haruf Espindola Salmen- (UNIVALE)

---

Prof. Dra. Valéria Marques Lobo-(UFJF)

Dedico este trabalho à minha família e amigos, em especial  
pela dedicação e apoio em todos os momentos difíceis.

## AGRADECIMENTOS

Antes de agradecer aqueles que me ajudaram na caminhada para realização desta dissertação, é importante enfatizar minha alegria e satisfação em apresentar este trabalho. Sendo o primeiro da minha família a chegar a tal grau acadêmico. Para isso, foi de fundamental importância a contribuição de diversas pessoas e instituições.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus professores de graduação, em especial a professora Keila Carvalho que incentivou, me motivou e acreditou que eu era capaz. Considero você uma professora completa, que valoriza seus alunos e neles acredita. Uma inspiração enquanto pessoa e como profissional.

A instituição na qual me formei, Universidade Vale do Rio Doce, foi lá que eu conheci educação de verdade, sendo nessa instituição que aprendi a sonhar e acreditar no meu potencial, e que sempre estive de portas abertas a minha pessoa.

Agradeço a minha orientadora, Cláudia Viscardi, que tornou esse processo um tanto quanto menos “doloroso”. Ao professor Haruf Espindola Salmen por todas as contribuições. Este projeto só foi possível graças a fala dele em uma de suas aulas, despertando assim, minha curiosidade sobre o tema.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo transparente processo seletivo, pela atenção, sensibilidade e humanidade dos professores que sem nenhuma barreira acolheram um “forasteiro” e suas insuficiências acadêmicas.

Aos professores das disciplinas cursadas durante todo o mestrado. Se mostraram verdadeiros mestres na apropriação de cultura por meio da educação.

Às contribuições proporcionadas pela banca de qualificação, pelas críticas e sugestões que colaboraram para amadurecer esta pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pelo financiamento.

Aos funcionários da Universidade Federal de Juiz de Fora, em especial aqueles ligados ao Departamento de História.

Aos vários amigos que acompanharam todo meu processo, vivenciando minhas dificuldades e conquistas, e que foram importantes para que eu me mantivesse firme. Aos amigos de Governador Valadares, agradeço, especialmente, minha Gigi, pela torcida, correções e amizade de todos os momentos.

Ao meu amigo Ramon do “Vale para o mundo”, pelas leituras, dicas e correções. Foi um salvador em momentos difíceis.

Ao longo da minha estadia em Juiz de Fora foram de extrema importância para o meu amadurecimento enquanto pessoa e para que eu entrasse no mestrado, vários amigos entre os quais, deixo meu agradecimento em especial a eles: Daniela Miranda, Lucas Teixeira, Priscila, Paola, Maciel, Pamela, Marcelle, Myrtes Raposa, Hugo, Adebiano, Alexandre, Larissa Allegrine, Danilo Tavares. Todos foram importantes nos momentos que estive vivendo nessa incrível cidade chamada Juiz de Fora.

Agradeço aos companheiros de Mantena e Barra de São Francisco que me ajudaram, na medida do possível, em minhas entrevistas e catalogação de fontes inéditas.

Aos funcionários dos Arquivos que visitei, Arquivo Público Mineiro (APM) e Arquivo Público do estado do Espírito Santo (APES).

À parceria, amizade, paciência e cobranças de Artur Tavares e Conrado Junior.

À minha família, que me ajudou na medida do possível, sendo minha base em diversos momentos.

Enfim, meu muito obrigado a todos! Este trabalho é de todos nós.

## RESUMO

A dissertação analisa o conflito territorial pela disputa e anexação do território litigioso, denominado zona do contestado, entre os limites dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, na região compreendida entre o Vale do Rio Doce, em Minas e o noroeste/norte do Espírito Santo, durante os anos de 1937 a 1963. Em 1937 a partir da nova Constituição, os estados tornaram-se responsáveis por demarcar seus limites. Observou-se que o maior predomínio jurisdicional representado pela máquina burocrática dos estados contaria como ato jurídico para demarcar os limites. O ano de 1963, marca por meio da assinatura do “acordo de paz”, o fim das disputas entre os dois estados.

A questão central tratada nesta investigação é compreender como a população de uma área litigiosa vivenciou as implicações causadas pelo desinteresse estadual. Nesse sentido, nossas respostas foram obtidas por meio da análise documental e das narrativas orais. A princípio observamos a importância histórica dessa região, onde tivemos como resultado o mapeamento dos principais conflitos. Em um segundo momento tentamos problematizar quais foram as motivações que levaram ao surgimento da zona do contestado e os derivados que emergem de um território litigioso. Como resultado, percebermos que a vantagem nessas áreas recaía sobre as elites dominantes na preservação dos seus interesses, sejam políticos ou econômicos.

Por fim, buscamos à luz da memória, articulando com outras fontes, verificar quais foram os transtornos e constrangimentos que impactaram os agentes sociais inseridos em uma área de indefinição jurisdicional. Desse modo, a proposta final foi perceber quais foram as estratégias usadas pelos agentes sociais de uma área litigiosa.

**Palavras-chaves:** História. Memória. Litígio. Cidadania. Território.



## ABSTRACT

The dissertation analyzes the territorial conflict for the dispute and annexation of the disputed territory, called the contested zone, between the boundaries of the states of Minas Gerais and Espírito Santo, in the region between the Vale do Rio Doce in Minas Gerais and the Northwest / Santo, during the years of 1937 to 1963. In 1937 from the new Constitution, states became responsible for demarcating their boundaries. It was observed that the greater jurisdictional dominance represented by the bureaucratic machine of the states would count as a legal act to demarcate the limits. The year 1963 marks the signing of the "Treaty of Peace", the end of disputes between the two states.

The central issue addressed in this investigation is to understand how the population of a litigious area experiences the implications caused by state disinterest. In this sense, our answers were obtained through documental analysis and oral narratives. At first we observe the historical importance of this region, where we have as a result, the mapping of the main conflicts. In a second moment we tried to problematize what were the motivations that led to the emergence of the contested zone and the derivatives that emerge from a disputed territory. As a result, we perceive that advantage in these areas relapses on the dominant elites in the preservation of their interest, be they political or economic.

Finally, we seek the light of memory articulating with other sources, to verify which are the inconveniences and constraints that impact the social agents inserted in an area of jurisdictional indefiniteness. The final outcome was to understand the strategies used by the social agents of a litigious area.

**Keywords:** History. Memory. Litigation. Citizenship. Territory.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>MAPA 1:</b> Zona do contestado Minas Espírito Santo com os dados atualizados e parcial divisão regional brasileira.....	25
<b>MAPA 2:</b> Atuais municípios que compoñham a antiga região do contestado.....	26
<b>MAPA 3:</b> Capitania de Minas Gerais e sua divisão econômica século XVIII- território inabitado ao leste.....	29
<b>MAPA 4:</b> Minas Gerais e os 7 mosaicos. Região do Contestado em destaque.....	36
<b>FIGURA 1:</b> Cerimônia de assinatura do acordo de paz em 1963.....	38
<b>MAPA 5:</b> Evolução de limites do território do Espírito Santo e as pretensões dos territórios vizinhos.....	41
<b>FIGURA 2:</b> Medalha comemorativa da assinatura dos acordos de limites.....	48
<b>MAPA 6:</b> Contestado do Sul, 1912 a 1916, entre Paraná e Santa Catarina.....	71
<b>FIGURA 3:</b> Fragmento do jornal <i>Correio da manhã</i> .....	103
<b>FIGURA 4:</b> Fragmento do jornal <i>O Diário</i> .....	109

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> Lista de Governadores de estado Minas Gerais e do Espírito Santo entre 1937-1963.....	46
<b>TABELA 2:</b> Cidades atuais da antiga região do contestado e seus respectivos anos de emancipação.....	66
<b>TABELA 3:</b> Lista com periódicos contendo matérias sobre o contestado.....	83
<b>TABELA 4:</b> Cidadania por José Murilo de Carvalho.....	93

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ALES-Assembleia Legislativa do estado do Espírito Santo

ALMG- Assembleia Legislativa de Minas Gerais

APES- Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

APM- Arquivo Público de Minas Gerais

CODEF- Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo

CPI- Comissão Parlamentar de Inquérito

DGMG- Departamento de Geografia de Minas Gerais

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PSD-Partido Social Democracia

SGE- Serviço Geográfico do Exercito

STF- Supremo Tribunal Federal

UDN-União Democrático Nacional

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>CAPÍTULO 1: A ÚLTIMA FRONTEIRA</b> .....	24
1.1 A região dos conflitos.....	27
1.2 Considerações acerca da geopolítica mineira no século XX: um breve panorama.....	33
1.3 O caso mineiro-capixaba: <i>A zona do contestado</i> .....	37
<b>CAPÍTULO 2: AS DIVERSAS FACES DE UM CONFLITO: O PLURALISMO EM FOCO E A FRENTE PIONEIRA</b> .....	50
2.1 A questão jurídica: normatização do território.....	50
2.2 A última fronteira pioneira do sudeste do Brasil, o vazio jurisdicional e seus derivados..	56
2.3 Fenômenos semelhantes e outras conjunturas: O contestado do Sul 1912 a 1916.....	70
<b>CAPÍTULO 3: “INQUIETAÇÕES E DESASSOSSEGO”: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DO CONTESTADO MINEIRO-CAPIXABA SEGUNDO OS AGENTES SOCIAIS</b> .....	75
3.1 História e memória: considerações acerca desse diálogo.....	75
3.2 Oralidade: possibilidades e diálogos .....	79
3.3 Nas “trilhas da memória”: os agentes sociais em cena.....	84
3.4 A memória sobre os impactos individuais: identidade, pertencimento e cidadania.....	91
3.5 A memória acerca dos impactos coletivos: direitos sociais e o impacto do Estado sobre o indivíduo.....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	110
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	121

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação resulta de uma pesquisa que teve por objetivo estudar o processo de consolidação dos limites entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, no decorrer dos anos de 1937 e 1963. Este recorte temporal proposto tem por finalidade abarcar e percorrer as disputas em que esses dois entes federativos que almejavam posse e anexação geográfica da denominado Zona do Contestado, se envolveram. Essa região é apontada como uma das últimas frentes de expansão agrícola do Sudeste brasileiro dotada de consideráveis áreas de terras devolutas, experimentando, a partir do final da década de 30, um acentuado processo de crescimento populacional e econômico.<sup>1</sup>

Na realização desta pesquisa, contemplaremos um recorte temporal e espacial limitado à zona de conflitos, lançando nossos olhares, em especial, para a dinâmica social da região. Porém, com a finalidade de compreender toda a dimensão dos fatos, iremos descrever o contexto para além do nosso recorte espacial. Dessa maneira, traremos à tona informações que nos permitem contextualizar a narrativa histórica ao longo deste trabalho.

Nesse sentido, estabelecemos como baliza temporal o ano de 1937, em virtude da Constituição do Estado Novo, que tratava acerca dos limites entre os entes federativos no território nacional. Essa data marca a iniciativa do projeto varguista de ocupação dos vazios demográficos no Brasil com a colonização por meio de pequenas propriedades agrícolas. A princípio, a ordem do dia era ocupar e povoar o oeste brasileiro, promover o desenvolvimento e incorporar a Amazônia à dinâmica nacional por meio de uma política de colonização<sup>2</sup>.

Entretanto, com o esforço de guerra assumido pelo governo Vargas, oriundos dos acordos firmados junto ao governo estadunidense, em razão da entrada dos Estados Unidos na Guerra Mundial, ocorreu a ampliação das políticas desenvolvimentistas varguistas. Assim, a lógica de desbravamento dos vazios demográficos logo estendeu-se para outras áreas com o intento de atender às demandas por matérias-primas como borracha, madeira, ferro e mica.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Terras devolutas são terras sem uso por parte Estado e que não integra algum patrimônio privado, mesmo estando de forma ilegal tutelado por algum agente. No caso de Minas Gerais, parcela considerável de suas terras devolutas se concentravam no leste. Já no caso do Espírito Santo, ao noroeste do estado. Isso favoreceu nessas regiões a ação de posseiros e de grileiros durante o século XX.

<sup>2</sup> SECRETO, Maria Verônica. “A ocupação nos “espaços vazios” no governo Vargas: “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha”. In: *Estudos Históricos*, nº 40 (2007), p.115-135.

<sup>3</sup> ESPINDOLA, H. S., AQUINO, B. P., MORAES, J. C. P. P. **Legitimação e mercantilização de terras em Minas Gerais** In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais Eletrônicos e [CD-Rom] / XXV Simpósio Nacional de História; Enilce Lima, Ítalo Bezerra e Márcio Moreira, Organizadores. Fortaleza: ANPUH, 2009, p.4-6.

O marco final é 1963, ano em que foi assinado o chamado “acordo de paz” pelos respectivos governadores de Estado, consolidando o processo final que estabeleceu os limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. Esse período coincide também com o início do processo de decadência econômica da região. Constatamos que uma das principais motivações que levou ao declínio de prosperidade foi o uso irregular das riquezas naturais e do solo considerando o fato que a base econômica da região estava em torno de atividades como o cultivo do café e exploração da madeira.

Nosso estudo atentou-se em compreender a partir de uma perspectiva social os conflitos pela definição dos limites entre Minas e Espírito Santo, na zona do contestado, sobre a seguinte ótica: como os agentes sociais de uma região de litígio vivenciavam os possíveis transtornos causados a uma área de indefinição jurisdicional, e ainda, quais implicações que a ausência do poder estatal ocasionavam aos sujeitos inseridos nesse território geográfico.

Com isso, optamos por estudar esse objeto de pesquisa ancorado na perspectiva da memória, em virtude das peculiaridades que foram presenciadas no contexto político, social e jurídico. Quando comparamos os diversos embates dos mineiros pela formação histórica do território de Minas Gerais ao longo dos anos, percebemos que esse processo foi permeado por demandas de cunho sócio-político. Para além disso, a possibilidade de encontrar sujeitos históricos que vivenciaram de perto os anos de litígio, aguçou nossa curiosidade ao longo do processo investigativo de pesquisa.

No que diz respeito ao debate historiográfico sobre o contestado mineiro-capixaba, esta pesquisa visa ocupar as lacunas deixadas ao longo do caminho por outros pesquisadores, e se propõe a tecer novas possibilidades à pesquisa histórica sobre essa região principalmente ao dispor de fontes, até então, inéditas.

Observamos que, nos últimos anos, produções que tratam do contestado, entre teses, dissertações, artigos e livros, vêm ganhando espaço no meio acadêmico. Isso mostra certa pertinência e empenho em discutir esse processo histórico e compreender a dinâmica que envolveu os diferentes agentes sociais do período. Apesar disso, notamos que, em termos quantitativos, há ainda poucos estudos, sendo que boa parte deles foram produzidos no âmbito de instituições do estado do Espírito Santo. Notamos ainda que, na historiografia nacional, há uma considerável lacuna/carência de estudos voltados às dimensões do Brasil rural, agrário e os projetos que contemplam os processos de disputas territoriais, suas lutas e complicações.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Conseguimos averiguar por meio de breve levantamento no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) que os estudos acerca dessas temáticas concentram-se, principalmente, na análise dos séculos XVIII e XIX.

No que se refere à produção acadêmica, verifica-se até o momento a elaboração de quatro pesquisas, entre três dissertações e uma tese, que nos últimos anos possibilitaram importantes discussões acerca do contestado e suas problemáticas. Pesquisas essas que estabelecemos amplo diálogo na finalidade de trazer contribuições sociais, quando se trata em compreender a atmosfera sócio-política da formação da identidade de mineiros e capixabas. A dissertação de Wallace Tarciso Pontes- um dos pioneiros em estudar os processos em torno das disputas de limites entre Minas e Espírito Santo - publicado em 2007 e tendo como título, “*Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito santo e Minas Gerais (1930-1970)*”, compreendeu,

“O processo de ocupação, jurisdicionalização e desenvolvimento do noroeste capixaba – extensão territorial brasileira duplamente reclamada pelos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo – bem como o ambiente sócio-político que forjou o nascimento dos primeiros povoados daquela região, que apresentou um expressivo crescimento populacional entre as décadas de 1940 a 1960, seguido paradoxalmente, por um abrupto esvaziamento. E é exatamente essa desocupação do território que demonstraremos ter sido influenciada pela violência que assolou e marcou toda a região.”<sup>5</sup>

Sendo assim, Pontes buscou analisar o processo de ocupação e jurisdicionalização do noroeste capixaba, a dinâmica local por meio da fundação de povoados, bem como o ambiente político e social, em meio aos conflitos agrários e o esvaziamento populacional.

Elio Garcia Ramires, em sua pesquisa desenvolvida em nível de mestrado, defendida em 2015, intitulada, “*Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé: transição de movimento sociorreligioso a movimento político e organizado – singularidades: transição e longevidade*” analisou o processo de transição ocorrida no movimento camponês ancorado na socioreligiosidade. O cenário é o distrito de Cotaxé, pertencente ao município de Ecoporanga, no noroeste do Espírito Santo, região onde surgiu o *Estado União de Jeovah*, referente à região de litígio Minas/Espírito Santo. Luiz Noboru Maramatsu contribuiu por sua vez, com a primeira tese e terceira pesquisa, finalizada em 2015, tendo como título, “*Movimento Camponês e Camponês em Movimento (Estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960)*”, onde analisou o movimento camponês na frente pioneira do noroeste do Espírito Santo, entre os anos de 1950-1960.

---

<sup>5</sup> PONTES, Wallace Tarcisio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: a disputa do Contestado pelo Espírito santo e Minas Gerais (1930-1970)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007. P.28

<sup>6</sup> MARAMATSU, Luiz Noboru. **Movimento Camponês e Camponês em Movimento (Estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960)**. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.



Vitor Lage Pena <sup>7</sup> desenvolveu a quarta pesquisa sobre a temática. Em sua dissertação de mestrado, defendida em 2016, nomeada “*Os posseiros de Cotaxé e o Movimento Udelinista: conflitos de representação*”, propôs-se a analisar a representatividade construída sobre o movimento Udelinista, organizado pelos posseiros do distrito de Cotaxé, região do contestado, entre os anos de 1940 e 1950. Esse último pesquisador, apesar de desenvolver sua investigação em uma instituição de Minas Gerais, concentrou sua análise na região noroeste do Espírito Santo.

Os trabalhos supracitados foram importantes ao longo de nossa investigação, pois possibilitaram trazer questionamentos à presente pesquisa sobre possíveis problemáticas que diretamente poderiam se incidir nos diferentes atores sociais. Percebe-se, no entanto, na descrição do quadro de produções acadêmicas sobre o tema que, de modo geral, as pesquisas concentraram suas abordagens e discussões nas questões do mundo agrário, na sócio religiosidade e nas relações de poder. Essas problematizações apresentam contribuições ao debate historiográfico, porém, nota-se pouca atenção aos sujeitos que vivenciaram de perto os anos de conflitos e as características cotidianas vividas.

Cabe ressaltar que o principal marco espacial retratado nas investigações citadas voltam seus olhares à região noroeste do Espírito Santo. Inferimos assim que o fato de maior conservação de fontes primárias estarem sob a guarda do Arquivo Público deste estado e dos pesquisadores serem capixabas, favorecem o interesse regional pelo tema. Para além disso, essa temática faz parte do currículo educacional acerca da história regional, contribuindo para a difusão desse processo no imaginário local.

Um ponto que enfraquece os estudos sobre esse objeto é o número pífio de instituições de pós-graduação nas regiões do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais e no Noroeste e Norte do Espírito Santo, algo que contribuiu para concentrar as pesquisas na Universidade Federal do Espírito Santo. Portanto, ao ter como convergência o papel de Minas Gerais no conflito e a vivência da população frente a realidade local, o presente trabalho torna-se original e pode contribuir para uma melhor compreensão do objeto e na análise de outros ângulos.

Quanto ao campo teórico e metodológico é importante esclarecer alguns pressupostos que foram norteadores de nossas análises. Por essa razão, é essencial que nos ocupemos em fazer algumas considerações.

---

<sup>7</sup> PENA, Victor Augusto Lage. **Os posseiros de Cotaxé e o Movimento Udelinista: conflitos de representação**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto. Vitória, 2016.

Com intento de compreender os conflitos em torno do contestado entre Minas e Espírito Santo, variados teóricos nos deram suporte para construir reflexões acerca deste processo histórico e pensar alguns conceitos. Partimos de uma perspectiva interdisciplinar, pois recorreremos à outras ciências para responder nossas problematizações. Cabe ressaltar que o olhar interdisciplinar possibilita aos estudos das ciências humanas a percepção dos seres humanos e suas particularidades na sua multiplicidade enquanto sujeitos históricos, revelando distintos ângulos da transformação do homem e suas diversas estruturas sócias.

A interação da História com outras ciências “primas”, como: Antropologia, Sociologia, Geografia e Economia, constituem-se diferentes possibilidades para captar, a partir das condições teóricas e metodológicas, pontos de vistas diversos dos processos históricos que transpassam a sociedade. Estudiosos como Marc Bloch e Lucien Febvre foram determinantes na interação da História com outras ciências sociais, possibilitando o trato de novas temáticas e abrindo caminho para a análise de novas fontes.

A partir disso, buscamos na Geografia as contribuições de dois teóricos: o francês Claude Raffestin e o alemão Leo H. Waibel. O primeiro, ancorado na Geografia Política, compreende as relações entre poder e território. Crítico das teorias ratzaliana,<sup>8</sup> difusora do pensamento do poder a partir do Estado, Raffestin, inspirado na ótica de poder baseado nas concepções de Foucault, avalia as relações de poder que consiste o território. Para o autor, o poder político não se constitui somente no Estado, mas sim, em diversas formas de organização. Assim, a população e o sujeito histórico são vistos como um dos elementos do poder.

Enquanto isso, Leo H. Waibel, buscou analisar duas vertentes da geografia agrária e populacional: a colonização e o uso da terra. Waibel voltou seus estudos para a agricultura de pequenos colonos, em todos seus aspectos. Dedicou sua atenção à expansão das fronteiras e colonização. Assim, caracterizou as zonas pioneiras presentes no Brasil, dando certa atenção aos grupos sociais de camponeses e suas demandas.

Na Sociologia, o sociólogo brasileiro José de Souza Martins e o britânico, Thomas Humprey Marshall, nos deram sustentáculos para algumas discussões. Martins, desenvolveu variados estudos voltados às problemáticas do campo e às relações do Estado brasileiro com os

---

<sup>8</sup> Friedrich Ratzel geógrafo e etnólogo alemão que viveu entre os anos de 1844-1904, considerado um dos fundadores da Geografia moderna. Ratzel é apontado como um dos primeiros a elaborar estudos no campo da Geografia, refletindo acerca dos problemas humanos, no qual ele denominou antropogeografia. Elaborou o conceito de “Espaço Vital” utilizado pelo regime nazista. Algo que contribuiu para “demonização” de suas teorias. Seus estudos estavam centrados em um conjunto de análises, como, por exemplo, “a difusão e distribuição dos povos sobre a superfície da Terra; as diversas formas de circulação de pessoas e bens materiais; a influência das condições naturais sobre o comportamento humano; as formações territoriais e, intimamente vinculada a estas, a dimensão política da relação homem-natureza.” DANTAS, Alda & MEDEIROS, Tásia Hortência de Lima. Geografia Ratzeliana e seus contextos. Natal. UFRN/Biblioteca central. 2008. p.1.

sujeitos inseridos neste contexto. Valendo-se da Sociologia Histórica, enquanto suporte teórico e metodológico, o autor problematiza o conceito de Frente pioneira proposto por Waibel. Portanto, articularemos o pensamento destes autores para entender tais conceitos. Partindo das perspectivas marshallianas avançaremos na discussão acerca de cidadania e as pressuposições e, como tal conceito é construído na percepção dos sujeitos históricos e suas práticas cotidianas.

Ao discutir memória, recorreremos aos teóricos Jacques Le Golf, Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Henry Rousso, Michael Pollack e Peter Burke. Jaques Le Golf observou a memória e História construídos conceitualmente ao longo do tempo, destinando o conceito de memória a um acontecimento psicológico e individual. Sendo assim, o autor acredita que memória enquanto mecanismo de preservar informações, encaminha-nos a um conjunto de funções psíquicas. Peter Burke elabora importantes discussões acerca das relações entre história e memória sobre a perspectiva que o historiador é o guardião da memória, ou seja, a partir da escrita os fatos seriam armazenados e transmitidos às futuras gerações.

Maurice Halbwachs propõe a análise da memória individual a partir da ideia que antes é necessário compreender a memória coletiva. O indivíduo inserido na sociedade, tende a refletir pensando no contexto vivenciado dentro de um grupo, ou seja, a memória individual assimila seu contexto social. As experiências são realizadas com práticas anteriores. Afinal, “nossas lembranças permanecem coletivas e elas são lembradas pelos outros, mesmo que trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos e com objetos que só nós vimos”<sup>9</sup>. Ao passo que, para Pierre Nora a memória se correlaciona ao lugar. Nora acredita que os lugares de memória, sendo objetos ou algo mais abstrato, seria o registro onde a memória se fixou, pois, “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não existe memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter os aniversários, organizar as celebrações, pronunciar as honras fúnebres, estabelecer contratos, porque estas operações não são naturais”.

Henry Rousso evidencia importantes contribuições a partir do momento em que distingue História e memória por meio da composição da história da memória, isto é, o autor visa resgatar a memória dos grupos excluídos da história oficial. Por meio disso, “a memória de grupos diretamente sensibilizados pela questão do passado e de seu papel na formação e manutenção de uma identidade coletiva: memória do operariado, memória das mulheres, memória dos judeus”<sup>10</sup>. Ou seja, a história da memória possibilita a grupos marginalizados perceberem suas historicidades enquanto sujeitos históricos. Assim, por meio das contribuições teóricas demonstradas acima é que foi possível refletir acerca do objeto de pesquisa desta

---

<sup>9</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006. p.30.

<sup>10</sup> ROUSSO, 2001, p.96

dissertação, tendo em vista que a teoria trouxe explicações e sustentação às hipóteses que serão averiguadas ao longo deste trabalho.

Como suporte empírico para a pesquisa, utilizamos uma gama de fontes históricas que podem dar sustentação aos procedimentos escolhidos para empreender tal estudo, com destaque para fontes documentais, fontes bibliográficas e testemunhos orais. Segundo Márcia Gomes Freire, “uma pesquisa histórica pressupõe a existência de um acervo documental sobre o qual se ampara a reconstituição dos processos históricos”.<sup>11</sup>

Assim, na realização da pesquisa foram usados uma vasta tipologia documental empregados na elaboração das hipóteses aqui construídas e problematizadas. A documentação ampara o pesquisador/historiador em suas análises, contribuindo para que se construam novas possibilidades diante da pesquisa histórica. Por meio do cruzamento dos dados expostos pelas fontes escritas e as fontes complementares - que a seguir serão apresentadas - pode-se compreender a dinâmica nacional em relação às problemáticas que acompanharam o processo de formação histórica do território nacional.

Na documentação escrita buscamos explorar as atas das Assembleias Legislativas dos respectivos estados, as atas das Câmaras Municipais dos municípios emancipados no período, memorandos dos governos estaduais e federal, com perspectiva de analisar como se davam as relações institucionais e políticas acerca do contestado.

Evidenciamos que no caso das atas da Assembleia Legislativas de Minas Gerais, muitas anotações do final da década de 1940 a início dos anos 1960 haviam sido consumidos por um incêndio. Sendo este um obstáculo para a análise do debate político sobre o tema nessa casa parlamentar e para a investigação da formação das comissões que visavam debater tais soluções para questão dos limites. Isso reforça a importância da narrativa oral e o depoimento de membros da política mineira como uma alternativa para cobrir essa lacuna documental. É, nesse sentido, que dedicamos no capítulo 3 desta dissertação uma breve discussão sobre essa fonte, a história oral, e a importância da sua articulação com outras fontes de pesquisa.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do antigo Departamento de Geográfico de Minas Gerais (DGMG) e da Enciclopédia de Municípios Brasileiros nos serviu para construir de forma quantitativa o panorama local no que se refere a crescimento econômico e populacional. As sentenças do Supremo Tribunal Federal (STF) foram uteis para perceber o trato jurídico dado pelas autoridades do judiciário. Os mapas cartográficos propiciaram ilustrar geograficamente nessa pesquisa os limites disputados.

---

<sup>11</sup> FREIRE, Márcia Gomes. **Tapirapuã: lugar de fronteiras, patrimônio e memória.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2015.p.12.

Analisamos também o livro de tombamento da Igreja Santo Antônio de Mantena, que com fortes ligações com a ordem dos capuchinhos nos possibilitou perceber a atuação da igreja frente as disputas. De modo geral, a documentação escrita nos forneceu suporte para averiguar os interesses na região, bem como de que maneira esses se relacionavam com a população local e com seus infortúnios.

Outra fonte da qual nos valemos foram as narrativas orais. Como observado por José Meinhy, a “História Oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida por história viva.”<sup>12</sup> Por meio do uso desse recurso, buscamos averiguar a experiência desse processo pela população local. Segundo a pesquisadora Patrícia Lage de Almeida, “a escolha da história oral como abordagem alternativa produz mais que um simples ordenamento de relatos descritivos de vida, pode ser aliado ao processo de produção historiográfica, como portadora de pensar de um novo que qualifique memória e história sob o ponto de vista do ator social”.<sup>13</sup>

Nesse sentido, colhemos algumas entrevistas que nortearam alguns de nossos questionamentos em razão dos acontecimentos narrados. Nessa direção, Marcia Gomes Feira, analisa a história oral como não sendo simples relatos, pois, “antes elas são histórias de vivências que se originaram no contexto de histórias familiares e se expandiram para enredos maiores, reconstruídas em várias narrativas, de modo que se ajustam bem a própria história de vida se tornando ela mesma parte da história de vida do seu narrador”<sup>14</sup>.

Com isso, na realização das entrevistas fizemos uma divisão, seguindo uma lógica de aproximação com o processo, separando os entrevistados em três grupos: a) os sujeitos diretamente ligados à política local e estadual que acompanharam os processos de consolidação dos limites ; b) um segundo grupo, representado por aqueles que não estavam ligados diretamente às redes de sociabilidade política, mas sofriam o drama de viver em uma região de litígio, o que colocava em jogo até mesmo seu sentimento individual, sua identidade, pertencimento e cidadania; c) o terceiro grupo, representado pelas atuais gerações buscando relatos de memória que possuem alguma ligação com os conflitos. Foram um total de oito depoimentos realizados por nós, sendo cinco homens e três mulheres.

---

<sup>12</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996. p.13.

<sup>13</sup> ALMEIDA, Patrícia Lage de. **Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX**. Juiz de Fora. EDUFJF, 2008. p.12.

<sup>14</sup> FREIRE, 2015. p.28

Buscamos também analisar as narrativas orais de distintos materiais audiovisuais de domínio público, dentre os quais, destacamos os seguintes documentários: a) O contestado;<sup>15</sup> b) O contestado no Mucuri;<sup>16</sup>c) Estado União de Jeovah.<sup>17</sup> Como fontes complementares, tecemos um diálogo com as fontes impressas como forma de complementação das narrativas orais, sendo assim, alguns jornais de época foram utilizados.

As fontes bibliográficas serviram como embasamento teórico. Por esse ângulo, Karl Popper metaforicamente diz que “as teorias são redes lançadas para capturar aquilo que denominamos mundo: para racioná-lo, explicá-lo, dominá-lo”.<sup>18</sup>

Quanto a análise das fontes é importante enfatizar que este trabalho buscou problematizar criticamente todas as fontes disponibilizadas para nossa empreitada. Como se tratava de uma variada documentação oficial de distintos órgãos estaduais, para além da documentação de ordem nacional, aliado ao sentimento de pertencimento, identidade carregado com certo saudosismo de alguns depoentes, adotamos um criterioso trabalho de análise e cruzamento das fontes.

Com isso, nosso intento foi não reproduzir uma ótica unicista acerca dos processos na região, mas assim, perceber as diversas faces da história. Cabe destacar que as fontes orais exigiram um maior cuidado. Foi a partir desta “matéria prima” que respondemos algumas questões balizadoras. Esta variedade de fontes supracitadas possibilitou-nos o cruzamento de informações, fundamentais para problematizar as questões envoltas nas disputas territoriais, nos conflitos agrários e nas implicações do Estado sobre homem.

Após seguirmos os passos apresentados, dividiremos esta dissertação em três capítulos, sejam eles: O primeiro capítulo com o título *A última fronteira*; o segundo, *a diversas faces de um conflito: da frente pioneira ao pluralismo* e o terceiro, *“Inquietações e desassossegos”:* *memórias e narrativas do contestado mineiro capixabas segundo os agentes sociais*. Nesse sentido, problematizaremos as questões relativas ao nosso objeto de pesquisa, ancorados em três eixos: 1) Como surgiu a zona do contestado; 2) Os derivados que emergiram em um território litigioso;3) As implicações causadas aos agentes sociais e suas problemáticas.

Nossa proposta para o primeiro capítulo foi historicizar e situar espacialmente a região dos conflitos caracterizando sua paisagem e a formação topográfica apresentados, ou seja, os sertões do Rio Doce, mostrando assim, a importância da região para a história nacional. Não

<sup>15</sup> Documentário produzido pela produtora *Jucutuaguara filmes; direção: Cloves Mendes.*

<sup>16</sup> Documentário produzido pela Prefeitura Municipal de Mucuri.

<sup>17</sup> Documentário produzido e dirigido por Adilson Vilaça.

<sup>18</sup> POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1995, p. 61.

obstante, procuraremos apresentar de forma breve a geopolítica mineira no século XX no que se refere à demarcação territorial, onde nosso foco recaía sobre o conflito mais duradouro, o caso com o estado do Espírito Santo. O objetivo foi mostrar, por meio da análise bibliográfica, fontes documentais e da narrativa, a importância histórica da região e as experiências de Minas Gerais diante de seus confrontos acerca dos limites do estado. Essa primeira parte, portanto, explora a região, compreende a geopolítica mineira no XX e detalha a fundo o panorama conflituoso com o estado do Espírito Santo.

No segundo capítulo, voltaremos nossa atenção às diversas faces do conflito e suas nuances. Desse modo, será importante analisar a questão jurídica por meio da normatização do território. Em seguida, será importante compreender como surge a área contestada por meio das frentes pioneiras e de expansão. Outra questão a ser observada serão os problemas derivados do vazio jurisdicional e seus impactos. Ou seja, a questão em torno de movimentos religiosos, bem como os conflitos institucionais, levando em conta as implicações para os sujeitos que lá residiam. Para além disso, analisaremos, de forma comparada, fenômenos semelhantes e suas conjunturas. Nesse caso, iremos perceber algumas semelhanças com o contestado do Sul, entre 1912-1916. O objetivo deste capítulo foi mostrar os diversos desdobramentos do vazio jurisdicional.

E por fim, nosso terceiro e último capítulo, enfocará na memória local. Por esse ângulo, indagamos quais eram os transtornos e constrangimentos da crescente população local, diante da experiência vivenciada nesse processo e quais eram as imagens dos conflitos que permaneceram ao longo do tempo no âmbito individual e coletivo. Com isso, na confecção deste último capítulo, estaremos embasados nas entrevistas realizadas em diálogo com outras fontes. Nosso objetivo foi refletir de que maneira a indefinição jurisdicional impactava a população local e as consequências desses impactos para o imaginário dos agentes sociais envolvidos. Como resultado disso, foi possível traçar os principais campos de impactos e a imagem do conflito na atualidade

## CAPÍTULO 1: A ÚLTIMA FRONTEIRA

A história de um povo é inseparável da extensão do país que ele habita... é necessário partir dessa ideia precisa de que a extensão de um país é um reservatório onde dormem as energias em que a natureza depositou a semente, mas seu emprego depende do homem<sup>19</sup>

Localizando-se ao norte do Rio do Doce, estendendo-se por parte do atual Vale do Rio Doce, no leste de Minas Gerais; Noroeste e Norte do Espírito Santo, encontrava-se a região contestada pelos dois estados vizinhos, Minas Gerais e Espírito Santo, sendo denominada como “zona do contestado” ou “região do contestado”.

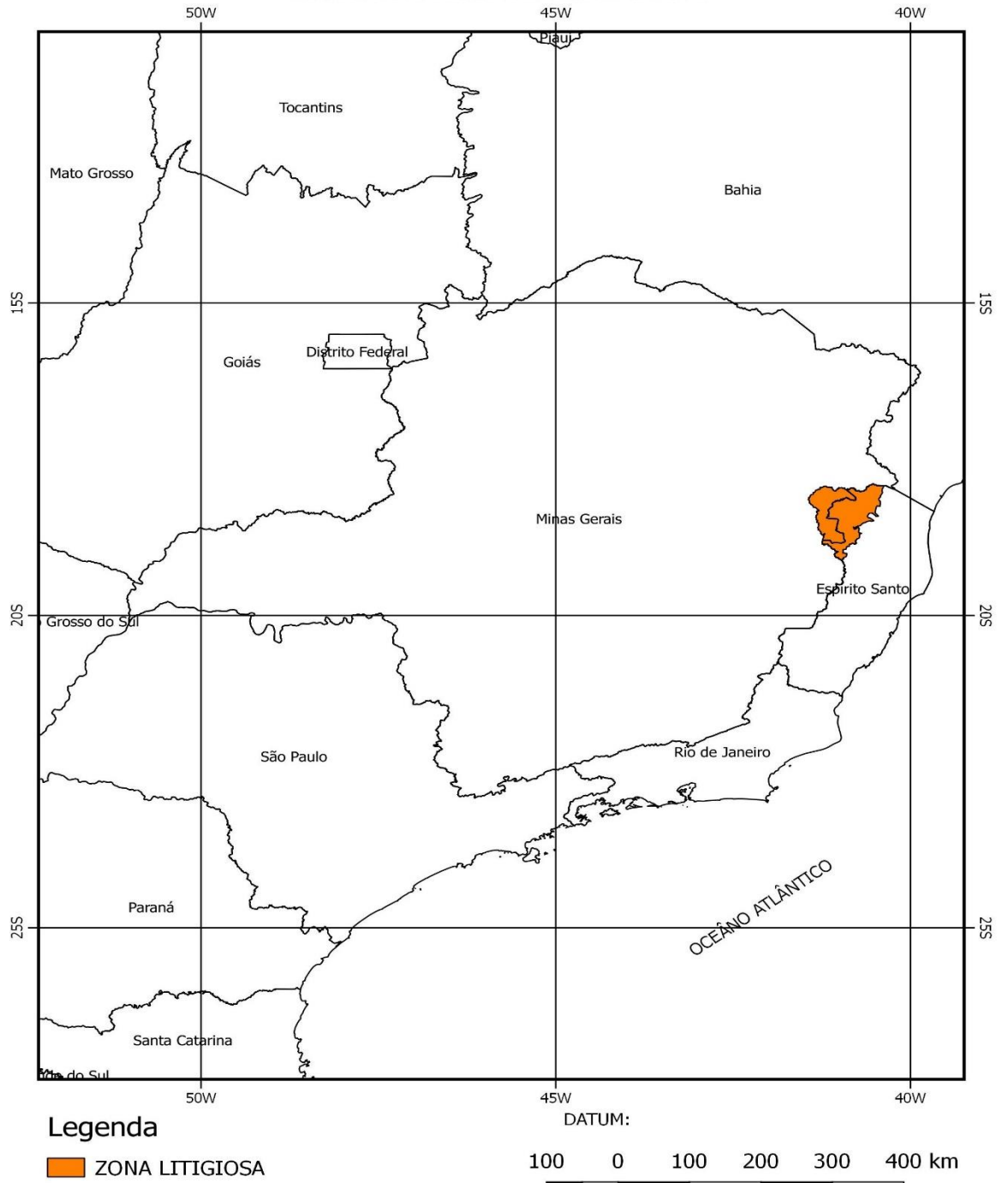
Estava situada nos limites dos estados, distante cerca de 410 km da capital mineira e 264 km da capital capixaba. Era uma área de 10 mil km<sup>2</sup>, dotada de características bem distintas, mas que, basicamente, experimentou um processo tardio de ocupação e exploração de riquezas. Por meio do uso geoprocessamento, conseguimos atualizar algumas informações, como a seguir, podemos ver da área contestada e seus 10 mil Km<sup>2</sup>.

---

<sup>19</sup> VIDAL DE LA BLANCHE apud BRAUDEL, 1990, p. 266.



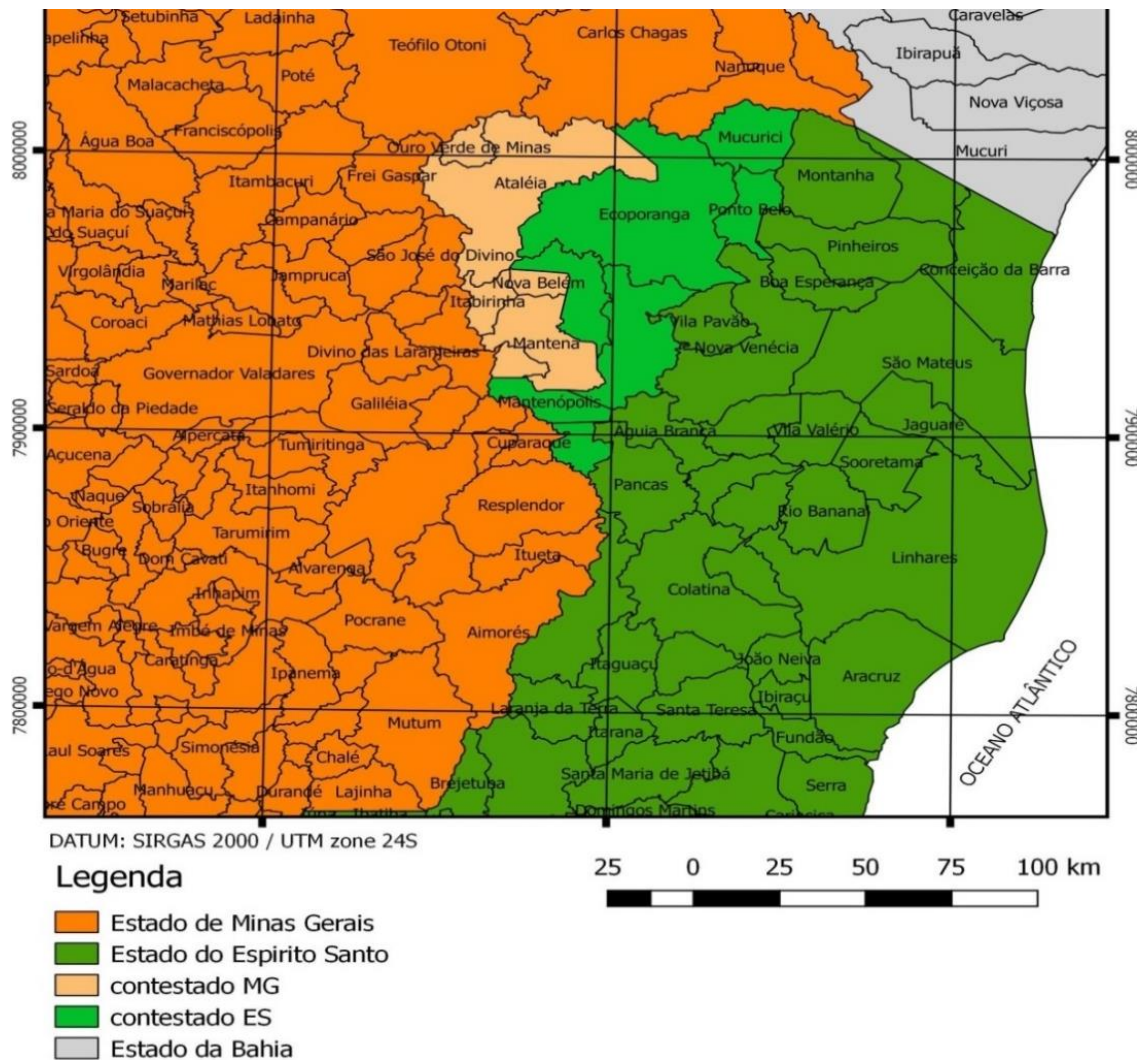
**Mapa 1:** Zona do contestado Minas/Espírito Santo com dados atualizados e parcial divisão regional brasileira



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados do Instituto Brasileiro Geográfico e Estatísticas, 2018

Essa região é geograficamente formada por cadeias montanhosas, de topografia irregular cortada por serras. Na atualidade, os municípios que fizeram parte da zona do contestado são: Alto Rio Novo, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Mucurici e Ponto Belo (do lado capixaba) e Mantena, Itabirinha do Mantena, São João da Manteninha, Nova Belém, Ouro Verde de Minas e Ataléia (do lado mineiro). Na próxima ilustração veremos a atual divisão administrativa da região disputada.

**Mapa 2:** Atuais municípios que integra a antiga região do contestado disputado por Minas-Espírito Santo



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados atuais do IBGE, 2018.

Neste primeiro momento buscamos situar nosso objeto de pesquisa com intento de responder à seguinte questão: como surgiu a zona do contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo, correspondente à bacia hidrográfica do rio São Mateus (Cricaré), entre as bacias do rio Doce e do rio São Mateus, situados entre os atuais Vales do Rio Doce, noroeste e norte do Espírito Santo? Buscando responder a essa questão, este capítulo será estruturado em três tópicos. No primeiro, apresentaremos a contextualização da região, mostrando suas características geográficas e os aspectos históricos da formação do território e de sua configuração para o território brasileiro ao longo do tempo. Feito isso, em um segundo momento, partiremos para uma breve compreensão acerca da geopolítica de Minas Gerais, no século XX, e como se deu a definição dos limites com os outros entes federativos: Bahia, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro. Feito isso, observaremos mais de perto o longo processo de disputa de limites entre Minas Gerais e o Espírito Santo. Dessa forma, iremos traçar as diversas fases desse conflito sobre a perspectiva de abrirmos campo para uma análise mais profunda no nosso objeto de pesquisa.

### 1.1- A região dos conflitos

Ao recuarmos no tempo, verificamos que, historicamente, a região do contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo fez parte do Sertão<sup>20</sup> do Rio Doce, o que nos remete à sua importância econômica, ainda no século XVIII, quando a Coroa Portuguesa, por meio de decretos reais, ou seja, as cartas régias, visava assegurar proteção de suas reservas auríferas nas zonas de mineração no interior do território. A proibição da navegação por rios que desembocavam pelo litoral, monopolizada pela Coroa Portuguesa, isolou a região do resto da colônia, dificultando o acesso à abundante riqueza das florestas, tornando-as, assim, inexploráveis.<sup>21</sup>

O território espírito-santense passou a ser visto pela administração portuguesa como barreira natural na defesa das reservas de ouro e diamante contra o tráfico nas zonas mineradoras em virtude da ambição dos grupos de contrabandistas. Dessa forma, pensando na proteção das riquezas minerais das Minas Gerais, a Coroa Portuguesa ordenou que todas as jazidas de minérios descobertas na capitania do Espírito Santo não fossem exploradas, bem

---

<sup>20</sup> Não é nosso propósito nos aprofundarmos na discussão acerca do conceito de **Sertão**, uma vez que a historiográfica nacional, por meio de teóricos como: *Janaína Amado, Nísia Andrade Lima e Gilmar Arruda*, possibilitam importantes discussões a respeito do conceito. Dessa forma, avançaremos nossa discussão para nosso foco analítico.

<sup>21</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. **O Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005. p.50-54.

como a construção de estradas em direção ao interior do território. Esse conjunto de determinações obrigou a população da Capitania a permanecer no litoral<sup>22</sup>.

Assim, por parte da Coroa Portuguesa não havia interesse no investimento na Capitania do Espírito Santo<sup>23</sup>. Tal desinteresse causava empecilhos à exploração dos sertões a oeste do território, o que não propiciava a evolução econômica da região, empobrecendo sua maior e mais próspera cidade, a Vila Nova de Vitória, prejudicando o potencial portuário.<sup>24</sup>

De modo geral, verificou-se que a exploração das florestas dos Sertões do Rio Doce era problemática em decorrência de suas florestas insalubres e dos rios repletos de cachoeiras desfavoráveis à navegação e pela existência de tribos indígenas. Ou seja, um conjunto de fatores foram determinantes para dificultar o acesso ao interior dos Sertões, favorecendo, desse modo, o projeto da Coroa de manter o isolamento da região<sup>25</sup>.

Esse cenário é repensando a partir da crise da mineração, no final do século XVIII, fazendo emergir a oportunidade de promover o povoamento dos sertões do Leste, uma alternativa para a dispersão populacional das zonas mineradas decadentes, em direção a outras regiões do território da Capitania. Nesse sentido, observaram os sucessivos governos mineiros que o povoamento e a exploração da região seriam uma forma de recuperar a economia dos tempos do apogeu econômico experimentado com a exploração do ouro e diamantes. Isto é, não era viável ao governo manter uma região isolada sem conhecer seu real potencial econômico, uma vez que poderiam vir à tona a capacidade agrícola e possível existência de ouro.

O mapa apresentado na figura 5 ilustra a divisão espacial da Capitania de Minas Gerais, no século XVIII, seu ordenamento econômico e populacional, mostrando a região Leste basicamente formado por matas.

---

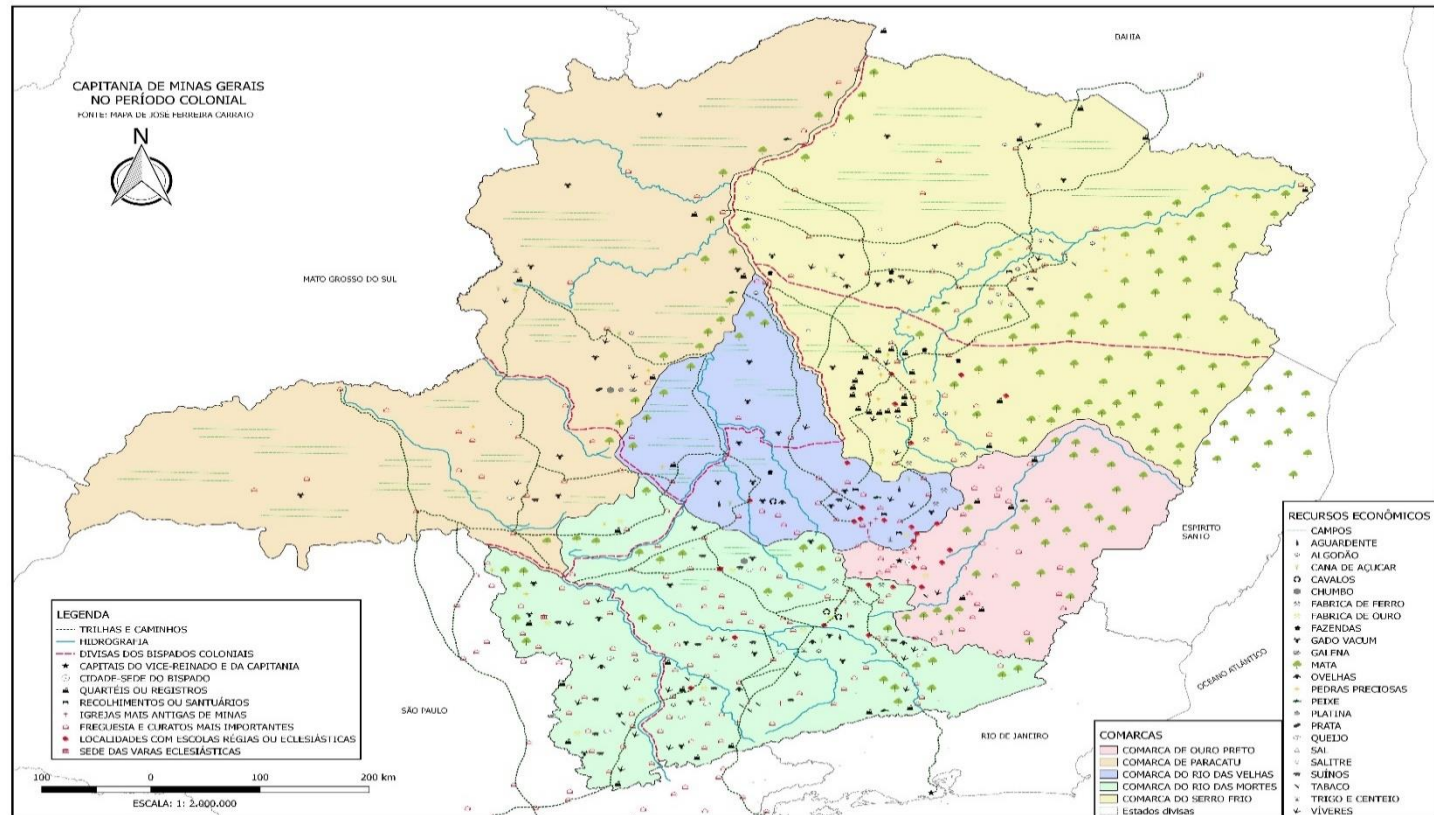
<sup>22</sup> VASCONCELOS, Flávio Nico. **O desenvolvimento da interface da cidade-porto em Vitória**: do período colonial ao início do século XXI. Vitória. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2011. p.80.

<sup>23</sup> BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987, p.

<sup>24</sup> DERENZI, 1965, p.85.

<sup>25</sup> ESPINDOLA, 2005, p.45-50.

**Mapa 3:** Capitania de Minas Gerais e sua divisão econômica no século XVIII- Território inabitado ao Leste



26

<sup>26</sup> Capitania de Minas Gerais nos fins da Era colonial / trabalho por José Ferreira Carrato. Mapoteca do IHGB.

Escala ca. 1:3.500.000. Mostra os recursos econômicos da Capitania assinalando: fábricas de ouro, fábricas de ferro; fazenda; criação de gado, de cavalos, ovelhas e suínos, culturas de trigo, algodão, tabaco e cana de açúcar, florestas, campos, jazidas de pedras preciosas, prata, e chumbo, etc. Indica também: limites da Capitania, limites das Comarcas da Capitania, limites dos bispados coloniais, capital, cidades-sede do Bispado, cabeças de Comarca, caminhos de trilhas etc.

FONTE: Elaborado pelo autor com base em informações do trabalho de José Ferreira Carrato, sobre a Capitania de Minas Gerais e suas riquezas, 2017

---

A partir do final do século XIX, o povoamento, a ocupação e a exploração da região do Vale do Rio Doce tornaram-se uma preocupação institucional, pois havia a crença de que a região era dotada de grandes riquezas naturais e terras devolutas, com potencial de serem exploradas pelo Estado. A liberação da navegação do Rio Doce contribuiu para que o processo de ocupação da região fosse efetivado. A partir daí, surgiram cidades, vilas e povoados ao longo da margem do rio. No ano de 1800, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo assinaram o ato de demarcação que tinha como objetivo demarcar seus limites territoriais.

Por determinação do príncipe regente, Dom João, os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo começaram a incentivar a prática da navegação no rio Doce e a construção de estradas em direção ao Sertão. Um concurso foi realizado para condecorar quem apresentasse um projeto propondo melhorias para a navegação no rio. Assim, a navegação iniciou-se em 1819, com uma companhia que teve pouco tempo de funcionamento. Para Moreira, as atividades agropastoris foram incentivadas para conquistar os Sertões em virtude da queda da produção aurífera.<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> MOREIRA, 2011, p.5.

Outra questão que travava o povoamento da região era a presença dos nativos locais, em sua maioria, os índios botocudos, percebidos como empecilhos ao avanço para os Sertões. Uma alternativa criada em 1808, por ordens de Dom João VI, era decretar guerra aos Botocudos. Foi redigida uma carta régia, iniciando a chamada guerra ofensiva contra eles. Os índios botocudos foram estigmatizados como aterrorizantes.

Doravante, em 1854, foi entregue aos cuidados dos religiosos capuchinhos a pacificação dos nativos da região por meio de aldeamento e da catequese, que consistia no acultramento dos índios mais jovens<sup>28</sup>. De acordo com Borgo, Rosa e Pacheco, “até meados do século XIX, a penetração para o interior foi dificultada pelas florestas tropicais, assim como pela reação dos grupos nativos”.<sup>29</sup>

A Serra dos Aimorés, principal cadeia de montanhas que serviria de marco territorial na região, ainda no início do século XIX, permanecia desconhecida tanto pelo governo de Minas como do Espírito Santo. Nesse sentido, o pesquisador Elio Ramires observa que “o deslocamento de mineiros em direção ao leste, efetuou-se sem que ambos os territórios tivessem o marco de suas fronteiras”.<sup>30</sup> Sua extensão segue do norte do município do atual Baixo Guandu, acima do rio Doce, até os atuais municípios de Ponto Belo e Mucurici, praticamente na confluência das divisas do Espírito Santo, de Minas Gerais e da Bahia.

Em linhas gerais, portanto, o Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, o Norte e o Noroeste no Espírito Santo, permaneciam ainda inexplorados. No entanto, a partir da construção da estrada de ferro de Vitória-Minas (EFVM), o processo de povoamento começou a ser efetivado ao sul do Rio Doce, processo que acentuou no pós-1930.

A construção da estrada de ferro acentuou a efetiva exploração e povoamento da região graças à política siderúrgica dos governos de Minas Gerais, que ocasionou a necessidade de recursos naturais das regiões por onde a ferrovia percorria. Na década de 1920, o interesse estatal no povoamento e na exploração das riquezas de territórios devolutos passariam fazer parte do projeto político dos governos estaduais.

Desse modo, havia interesses políticos tanto para Minas quanto para o Espírito Santo com a construção da estrada de ferro, esses interesses colocaram as terras devolutas do norte do rio Doce novamente na mira desses governos. Dando assim, margem à disputas de limites dos dois entes federativos.

---

<sup>28</sup>MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta: os Botocudos e a catequese na Província de Minas**. Bauru: EDUSC, 2004. p.26.

<sup>29</sup>BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni; ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga; Renato José Costa. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória: EDUFES, 1996. 1996, p.14.

<sup>30</sup>ELIO, 2015.p.37.



## 1.2. Considerações acerca da geopolítica mineira no século XX: um breve panorama

Quando analisamos a geopolítica mineira, especificamente durante o século XX, identificamos que, ao longo de sua história, Minas Gerais experimentou uma série de mudanças no que diz respeito aos seus aspectos territoriais. Haruf Espindola Salmen afirma que “a constituição de Minas Gerais se deu no interior dos sertões, na cordilheira central que formava a transição entre as formações florestais, cerrado e caatinga”.<sup>31</sup>

Conforme percebemos na historiografia, muitas dessas definições territoriais foram perpassadas por uma série de problemas entre estados, ou mesmo antes quando eram províncias, envolvendo a ação do poder local para minimizar as tensões ocorridas em zonas litigiosas. Diante disso, apresentar o processo de formação histórica territorial possibilita perceber as distinções conflituosas envolvidas na configuração territorial, bem como seus aspectos sociais e políticos, para além da “relação dos indivíduos e a sociedade”.<sup>32</sup>

Cabe então expor, de forma breve, o panorama geral dos conflitos territoriais em Minas Gerais com os estados circunvizinhos no século XX, com ênfase logo em seguida no objeto de análise dessa pesquisa: *a zona contestada mineiro-capixaba*.

Nas primeiras décadas do regime republicano, Minas Gerais “desempenhou um papel central na política nacional após a queda do império”.<sup>33</sup> Do ponto de vista de Cláudia Viscardi, nesse período, Minas “teve um papel de destaque” por intermédio da sua política interna, influenciadora nas grandes questões da federação. Já na opinião do brasilianista John D. Wirth, Minas era um mosaico com distintas sub-regiões<sup>34</sup>, que constituía um estado heterogêneo, com “histórias particulares e problemas especiais que desafiavam as soluções comuns”.<sup>35</sup>

Na concepção de Wirth, as diferentes sub-regiões poderiam ser extensões dos territórios vizinhos, culturalmente mais próximos e economicamente mais integrados à dinâmica econômica dos outros entes federativos. Corroborando com os estudos de Wirth, Marcelo Magalhães Godoy confirma que, durante esse período, a nova capital mineira, Belo Horizonte,

<sup>31</sup> ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX**: Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 73-74, jan./jun. 2009.

<sup>32</sup> Segundo Nobert Elias, toda sociedade é formada por indivíduos. Nesse sentido, o autor propõe pensar a relação entre a pluralidade de pessoas e a pessoa singular. Partindo disso, cabe então aplicarmos tal pensamento à dinâmica que envolveu o pensamento sócio histórico de uma região litigiosa entre o coletivo e o individual.

<sup>33</sup> WIRTH, John. **O fiel da balança-Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p.39.

<sup>34</sup> Sub-região é expressão de John Wirth. A expressão significa que o estado está sendo considerado uma região do Brasil e não um ente federativo. Reproduz uma época que crítica ao federalismo. A noção de história regional tem esse sentido, quando chama as histórias dos estados de regional. Tem um pressuposto do nacional com dado e realidade natural. A questão de escala fica ideologizada.

<sup>35</sup> WIRTH, op. cit., p. 41

não era reconhecida como capital centralizadora do Estado<sup>36</sup>, “pois boa parte do Sul de Minas, do Triângulo e da Zona da Mata era polarizada por outras metrópoles regionais, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo”.<sup>37</sup>

Nesse universo é que estão, certamente, as influências de outras metrópoles regionais. As regiões de Minas Gerais despertaram por parte da elite mineira, ainda no início do século XX, a necessidade de resolver as questões no que concerne aos limites territoriais do estado com os demais estados limítrofes.

Desse modo, por meio das fontes documentais exploradas, é possível esboçar como se deu o processo de consolidação dos limites, para além dos trâmites e do trato político que era dado pelos governos mineiros, mediante o projeto político da administração estadual. Convém destacar que essa breve análise se faz necessária uma vez que a historiografia apresenta pouca produção acerca dos processos envolvidos na formação territorial nacional e também em relação à história agrária, fatores fortemente ligados à nossa pesquisa. O intento é mostrar que há um rico campo de pesquisas e debates do território, conforme se observa na documentação para a historiografia mineira e nacional a respeito da formação histórica de Minas Gerais. Com isso, pode-se trazer importantes contribuições, revelando as relações de poder e da relação do homem com o espaço.

De modo geral, podemos destacar os seguintes processos: Minas e Goiás, em 1904, definiriam seus limites e seu principal dilema, seus transtornos com o fisco, que ocasionavam fortes conflitos no atual triângulo mineiro; com o Rio de Janeiro, em 1905, eram feitos os últimos acordos; São Paulo e Minas Gerais finalizaram suas pendências territoriais, em 1920; com a Bahia foi assinado o último acordo, em 1920, referente à linha divisória entre os dois estados.<sup>38</sup>

Com destaque, percebemos que mineiros e paulistas, entre os anos de 1889 e 1920, buscavam, por meio dos respectivos governos estaduais, cooperação mútua na tentativa de solucionar quaisquer querelas envolvendo as zonas de litígios entre os dois entes federativos. Havia frequentes trocas de correspondências para além de uma produção de ofícios, relatórios

---

<sup>36</sup> Vale destacar que a construção de Belo Horizonte vem com esse propósito. Tonar a nova capital de Minas Gerais referência para os mineiros. Algo que se consolida ao longo dos anos.

<sup>37</sup> GODOY, Marcelo Magalhaes. **Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento**. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009

<sup>38</sup> Usamos como recurso de análise para construir esse panorama a documentação obtida junto à **Secretaria do Interior do Estado Minas Gerais, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro, entre os anos de 1891 a 1965**. Essa documentação revela os vários embates pela definição das fronteiras mineiras e os transtornos com os estados limítrofes: Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Goiás e Bahia.

e inventários em municípios mineiros e paulistas localizados nos limites, gerando, desse modo, um grande acervo documental.

A partir disso, foi possível verificar que o auge da produção documental se deu entre os anos de 1911 e 1917. Em 25 de março de 1912 foi assinada, entre os estados, uma convenção que era norteadada por três pontos:

- “1) Reconhecimento de *status quo*, existente a 15 de novembro de 1889, como demarcação provisória da fronteira<sup>39</sup>;
- 2) Averiguação desde estado de fato da linha limítrofe (excetuada a parte do rio Grande, da Ponte da Jaguará ao Paranaíba, que foi desde logo declarada inquestionável pelo documento de propriedades particular, prevalecendo os mais modernos sobre os mais antigos, em referência à data da proclamação da república;
- 3) Compromisso de executado, esse acordo, estabelece-se outro para levantamento da linha extrema definitiva.”<sup>40</sup>

Na convenção, estabeleceu-se que, para cumprimento dos acordos instituídos, os governos paulista e mineiro providenciariam o tombamento das propriedades particulares nas regiões de limite. A organização, de uma parte e a da outra, dos cadastros dos títulos de terras serviria como contraste para o *status quo*, sendo proposto um convênio nos moldes do celebrado entre São Paulo e Paraná, como propôs posteriormente o geógrafo mineiro Mendes Pimentel. Daí a grande quantidade de levantamentos acerca de municípios vizinhos entre Minas e São Paulo e a descrição de fazendas nos inventários oficiais do estado de Minas.

Nos anos seguintes, coube ao então Presidente do Estado de Minas Gerais, Artur Bernardes (1918-1922), buscar resolver junto aos governos paulistas a situação de litígios com São Paulo. Com a eleição do novo governador de São Paulo, Washington Luís, em 1920, o então governador de Minas solicita a ida do seu procurador de Estado, a fim de se reunirem para pôr fim às questões de limites e de conflitos acentuados que cresceram com a expansão da *S. Paulo Railway* (seção Bragantina), que havia inaugurado o prolongamento da linha até aquele município, pertencente a Minas por orientação do governo do Estado de São Paulo.

Quando os conflitos foram remetidos para com o estado do Rio de Janeiro, o processo foi acompanhado de cobranças irregulares de impostos por parte do governo fluminense, em municípios de jurisdição mineira. Constatamos a movimentação de moradores do município mineiro de Miracema, manifestando-se junto à administração estadual, em 1911. Por meio de abaixo assinado, enviado ao presidente de estado de Minas Gerais, reivindicavam ações contra

---

<sup>39</sup> Termo usado na documentação de época. O autor desta pesquisa utiliza do termo limites, pois, fronteira remete a separação de entes soberanos.

<sup>40</sup> Secretaria do Interior de Minas Gerais: divisa Minas-São Paulo

as autoritárias do estado do Rio, como, por exemplo, cobranças irregulares de impostos, em território de jurisdição mineira.<sup>41</sup>

No século XX, Goiás e Minas Gerais enfrentaram vários problemas com o fisco, até 1904, quando há registros de trocas de cartas entre os presidentes do estado de Minas Gerais, Francisco Salles (1902-1906), e o então Presidente de Estado de Goiás, José Xavier de Almeida. No governo de Francisco Salles, buscou-se também verificar a questão relacionada aos limites com a Bahia. O então governador recebeu do secretário de Agricultura e Aviação da Bahia um telegrama relatando sobre a divisa entre os dois estados. Mas, somente em 5 de junho de 1920 os estados assinam um acordo definindo, assim, as suas divisas.

No mapa a seguir, vemos a divisão espacial de Minas Gerais segundo os critérios de John Wirth, que apresenta o uso corrente entre os anos de 1897 e 1930. O autor já especificava a região do contestado, tema desta pesquisa, como área em disputa.

**Mapa 4:** Minas e os 7 mosaicos mineiros. Região do contestado em destaque.



FONTE: WIRTH (1975)<sup>42</sup>

<sup>41</sup> Informações obtidas junto ao Arquivo Público Mineiro junto a antiga Secretária do Interior de Minas Gerais.

<sup>42</sup> Em relação à configuração administrativa apresentada na imagem acima, essa é uma representação elaborada seguindo a dinâmica dos estudos desenvolvidos por John Wirth, em Minas Gerais. É importante salientar que a divisão espacial de Minas Gerais, foi oficializada com a criação do Instituto Geográfico Brasileiro (IBGE), em 1938. Anteriores a esse período, as representações, seguiam distintos critérios na sua elaboração. A divisão espacial de Minas Gerais como conhecemos nos dias atuais, começa a ser elaborada a partir dos anos 1970.

Verificamos que, entre os anos 1891 e 1963, os sucessivos governos mineiros buscaram, por meio de acordos, solucionar suas questões de litígios territoriais com outros estados. Algumas dessas questões vinham, historicamente, arrastando-se por quase todo o século XIX<sup>43</sup>, e no período republicano, entraram como pauta nos debates políticos, chamando a atenção das autoridades para as disputas supracitadas.

Um detalhe importante é que todos esses tratados foram satisfatórios para o governo estadual de Minas Gerais e para os projetos políticos e econômicos de suas elites locais. Isso demonstrou o relatório do engenheiro Benedito Quintino, que esteve em várias negociações dos governos de Minas sobre seus limites, fazendo a seguinte manifestação: “tudo se fez sem demagogia, discussões estéreis enfrentando cada representante as dificuldades que apareciam e assumindo, corajosamente, toda a responsabilidade. O resultado foi de completo êxito, merecendo aplausos gerais”.<sup>44</sup>

Mas, de todos os embates para resolver a demarcação das divisas, a historiografia e a documentação disponibilizada nos informam que nenhuma disputa foi mais traumática do que a ocorrida entre Minas Gerais e o estado do Espírito Santo em torno da *zona do Contestado*, como apontaremos no próximo tópico.

### 1.3- O caso mineiro-capixaba: A *zona do contestado*

No cenário que buscou, por meio de acordos, solucionar as indefinições territoriais e conter a influência de outros centros nas sub-regiões de Minas Gerais é que se deu o principal e mais longo embate, com seu vizinho a leste, o Estado do Espírito Santo, estendendo-se até 1963.<sup>45</sup> Nesse ano era celebrado o “acordo de paz” entre os dois entes federativos assinados

<sup>43</sup> O Trabalho do historiador Haruf Espinola Salmen *“Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX”* expõe a relação entre território e a geopolítica no processo formador de Minas Gerais no século XIX. Nesse sentido, o autor analisa os diferentes processos para ocupação territorial de Minas Gerais e a relação com as Províncias vizinhas. Isso é, retratando no período anterior ao nosso, a dinâmica referente aos limites de Minas Gerais.

<sup>44</sup> QUINTINO, Benedito. **Exposição da questão de limites**: Minas Espírito Santo. Belo Horizonte. 1953, p.5.

<sup>45</sup> A questão de divisa ainda é complexa entre os dois estados. No ano de 2015, um novo traçado foi proposto e acordado entre os dois estados, definindo sete novos marcos para a fronteira, ocasionando a perda, para Minas Gerais, de 20 km<sup>2</sup>. Nesse conjunto de mudanças, ficou indefinida a questão da divisa na região do Caparaó, onde se encontra o *Parque Nacional do Caparaó*. Com uma nova proposta, o município capixaba de Dores do Rio Preto, no Sul do estado, deixaria de ser uma das principais entradas para o parque, e conseqüentemente, a principal fonte de recursos financeira para região, em razão do turismo. Em entrevista ao jornal *Folha de Vitória*, o especialista do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf), Vailson Schneider, declarou que, “a divisa na região é estabelecida pelo rio Preto. Só que o curso do rio se divide em dois córregos em sua nascente; Minas Gerais reconhece um córrego como limite e o mapa capixaba considera o outro”. Entrevista do dia 24/07/2015. Minas Gerais reivindica também o direito de acesso ao parque onde está localizado o Pico da Bandeira.

pelos respectivos governadores de estado: Francisco Lacerda de Aguiar, do Espírito Santo, Governador eleito pelo Partido da Social Democracia (PSD), e José de Magalhaes Pinto, de Minas Gerais, eleito pela União Democrática Nacional (UDN).

O evento de comemoração que marcou a assinatura do acordo que colocaria fim ao confronto foi evidenciado pela presença de membros das elites mineiras e capixabas; contando com a participação de populares, políticos, clero e das corporações militares, em torno do marco divisório (FIG.2). Esses atores sociais estão representados ao longo desta dissertação, na qual, tentamos recompor a trajetória das diversas faces desse conflito e as problemáticas enfrentadas por uma população de uma área de embate e seus anseios, diante daquele cenário.

**Figura 1:** Cerimônia de assinatura do “ACORDO DE PAZ” em 1963.



FONTE: Fotografia cedida por Edivaldo Machado Lima, morador de Barra de São Francisco.

Conforme é possível observar, em virtude de seu caráter atípico, fortemente ancorado em raízes econômicas, o conflito com o Espírito Santo foi para além da questão de limites. Observaremos que não se restringiu aos vários embates políticos e jurídicos, mas ocasionou diversos transtornos e constrangimentos para a população local. Uma questão que vamos problematizar no terceiro capítulo desta dissertação.

No entanto, é nossa intenção deixar claro que estamos analisando aqui a questão de limites ao norte do rio Doce. Afinal, Minas e Espírito Santo tiveram outros embates desde o tempo do Brasil Império. Porém, achamos pertinente concentrar nossos esforços nos conflitos do período republicano. Caminharemos a seguir para sintetizar os processos que envolveram nosso objeto de pesquisa.

Em 1905, foi editada pelos estados a ata de deliberação sobre a questão de limites entre Minas Gerais e Espírito Santo, de 27 de fevereiro, em que ambos os estados adotavam como marco da linha divisória, entre os territórios, ao norte do rio Doce, a *Serra dos Aimorés*, cadeia de montanhas na fronteira entre os dois estados, que era referenciada como a *fronteira natural*, pelos territórios vizinhos.<sup>46</sup> Desse modo, ficou estabelecido que “seja a linha divisória a Serra dos Aimorés, até o rio Mucuri”,<sup>47</sup> isto é, “a serra dos Aimorés, simplesmente a Serra, é que, de comum acordo, deveria ser a divisa”.<sup>48</sup>

Foi nesse contexto que coube à intervenção federal, por meio do Serviço Geográfico do Exército (SGE), estabelecer e definir a linha divisória, demarcando como fronteira limite a serra mencionada. Entretanto, as dificuldades de uma definição topográfica fizeram com que a divisão não tivesse êxito em definitivo. A cobertura florestal foi determinante para que, nos primeiros anos da república, a definição territorial não se concretizasse, uma vez que essa região era pouco habitada e explorada.

Mais adiante, no ano de 1911, um convênio foi assinado para confirmação da Serra dos Aimorés ou Serra dos Souza, como limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. No entanto, as incertezas envolvendo a denominação da cadeia de montanhas como Serra dos Aimorés ou Souza, geraram confusões na região. Na documentação do ano de 1911, como referência de demarcação, a montanha foi mantida, levando em consideração os marcos estabelecidos em 1800.<sup>49</sup>

---

<sup>46</sup> MORAIS, Cicero. **Limites do Espírito Santos**, 1939, p.34.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> QUINTINO, Benedito. **Exposição da questão de limites**: Minas Espírito Santo. Belo Horizonte. 1953, p.2.

<sup>49</sup> *O marco de 1800 estabelecerá a seguinte resolução*: I- Ao sul do Rio Doce pelo espigão que corre do norte ao sul entre os rios Guandu e Manhuassu; II- Ao norte do Rio Doce pela serra do Souza que tem a sua testa elevada defronte desde o quartel do Pôrto de Souza. Essa resolução buscava já tratar de algumas questões entre os limites das duas capitânicas. Sendo novamente discutida ao longo do século XIX, Decreto Imperial nº 3.043, de janeiro de 1863:

E tendo em consideração as duvidas que se tem suscitado sobre os verdadeiros limites da Provincia do Espírito Santo com a de Minas Geraes, na parte comprehendida entre os municípios de Itapemirim e S. Paulo de Muriahé e querendo pôr termo aos conflictos de jurisdição, que este estado de incerteza tem originado entre as auctoridades das duas Provincias nos lugares denominados – Veado e S. Pedro de Rates – Hei por em ordenar que emquanto a Assembléa Geral Legislativa não resolver definitivamente sobre este objecto, se observe o seguinte:

Arti1º. Os limites entre as Provincias do Espírito Santo e Minas Geraes, na parte comprehendida entre os municipios do Itapemirim e S. Paulo de Muriahé, são provisoriamente fixados pelo Rio Preto, braço principal do

Segundo os relatórios da reunião da comissão mista entre os dois estados, ocorrida em 15 de dezembro de 1911, os representantes mineiros propuseram que os limites corressem “pela linha de fastígio ou de culminância da Serra do Souza ou dos Aimorés até o rio Mucuri e, onde esse acidente geográfico se interromper pela linha mais curta e mais natural que ligue os pontos de culminâncias”.<sup>50</sup> Já no âmbito dos interesses espírito-santenses, os representantes desse estado então declararam que em relação aos limites:

“ [...] ao norte do rio Doce, julgam aceitáveis a proposta desde que nos pontos em que a Serra dos Aimorés tiver solução de continuidade, dando passagem ao curso dos rios, corra a divisa, não pela linha prolongada de culminadas, mas por linha que ressalve para o Espírito Santo, os Vales desses rios, excetuando o Mucuri que é considerado divisa do Espírito Santo com a Bahia”<sup>51</sup>.

Enquanto Minas almejava a divisa ligada por linhas retas, o Estado do Espírito Santo aceitava que a divisa deveria ser marcada seguindo a serra e o traçado dos rios que atravessassem, isto é, adotando, para abranger esses vales, as linhas vertentes às divisões de águas. Os rios acima do rio Doce que atravessam de Oeste para Leste, em maior extensão na zona litigiosa ou limítrofe, são os dois braços sul e norte, do São Mateus e, mais para norte e leste, o Itaúnas.

Com isso, o braço norte do rio São Mateus vem junto da cidade mineira de Itambacuri e o braço sul, está próximo à localidade também mineira de São Felix. Ou seja, as duas bacias levariam, assim, às divisas do Espírito Santo bem a oeste do estado de Minas Gerais, basicamente ficando com todo território ao do norte do rio Doce.

A solução encontrada apresentou-se no ano de 1914, quando, por intervenção do Supremo Tribunal Federal, ratificou-se a Serra dos Aimorés como linha divisória entre ambos os estados. Porém, mineiros e capixabas não acataram a decisão promulgada pelo Supremo, pois, entraram com recursos, e, a partir daí, iniciou-se um clima de tensão institucionalizada entre os entes políticos de ambos os estados, acentuado a partir de 1928. Logo a seguir, um trecho do parecer da sentença de 1914:

“Nesta é conformidade, que se cumpra para o Laudo Arbitral de 1914, compreendendo como expresso o que nele virtualmente se contém (como manda o art. 891, alínea do Código de Processo Civil) e de acordo com o que no mesmo Laudo ficou dito, explícita ou implicitamente, atendendo à intenção de seus dignos

---

Itabapoana, ficando compreendido na primeira daquellas Províncias os lugares denominados Veados e S. Pedro de Rates.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrario

<sup>50</sup> QUINTINO, Benedito. **Exposição resumida da questão Minas- Espírito Santo**, 1948. p.3

<sup>51</sup> O.p cit.p.37-39.



prolatores, correndo a linha divisória"... desde Santa Clara, ao Norte, no Mucuri, até o último ponto de vertentes do Guandu... para declarar mineiro todo o território à oeste das linhas retas da ligação das cumeadas da Serra do Sousa ou dos Aimorés (vol. 9.º, págs. 1.759-1.760)."Ao norte do Rio Doce, pela linha de cumeadas da Serra do Sousa ou dos Aimorés, preenchidas por linhas retas as soluções de continuidade" (vol. 9.0 págs. 1.778).

Darcy Bessone, advogado e jurista mineiro, especializado na questão litigiosa, produziu dois livros relatando sua visão e experiência acerca do conflito. O primeiro, *O depoimento sobre os limites Minas Gerais-Espírito Santo*, em 1957, e o segundo, juntamente com o também jurista Antônio Gonçalves de Oliveira<sup>52</sup>, *A questão de limites com o estado do Espírito Santo*, em 1958. Tais obras em muito auxiliaram as pesquisas aqui desenvolvidas.

O autor manifestou seu parecer numa declaração à revista *O Cruzeiro*, no ano de 1957, afirmando que o conflito ocorrera por razão do mal-entendido, de 1911, em relação à fronteira, que antecedeu o juízo arbitral de 1914. Teria sido citada como referência a “Serra dos Aimorés ou Serra do Souza”, como se fosse apenas um acidente geográfico, “quando na realidade a Serra dos Aimorés, limite incontestado entre Minas e Bahia, nada tem em comum com a Serra do Souza, que, no auto de demarcação de 1800, Minas e Espírito Santo, adotaram como divisa, ao norte do rio Doce”.<sup>53</sup>

Bessone destaca ainda que tal incorreção fez com que o Serviço Geográfico do Exército, buscasse demarcar uma serra que fosse a própria do Souza ou qualquer outra que nela fosse atribuído o nome de Aimorés. Segundo uma entrevista da época, Bessone afirma que

“[...] verificou o S.G. E, que a Serra do Souza finda ao Sul de Mantelinha, vale dizer que, ao sul da região de litígio. Mas havendo encontrado outra serra, a do Pega Bem, que se encontrava na do Souza e se dirigia para Oeste, apelidou-a de Aimorés, sem atentar em que tal relevo se acha em local muito distante e leva direção diferente as Serra com o nome de Aimorés, que sempre limitou Minas e Bahia”.<sup>54</sup>

Já do ponto de vista de Cicero Morais, advogado e engenheiro capixaba, em sua declaração à mesma revista, no mesmo ano, é observado que,

“Em junho de 1948, num momento em que a situação da zona noroeste do Espírito Santo, pretendida por Minas Gerais, se tornara muito tense, o governador montanhês, Sr. Milton Campos, propôs contra o Espírito Santo uma ação de demarcação de limites. Contestado essa, houve lugar para uma perícia técnica em busca da caracterização da fabulosa Serra dos Aimorés. Divergindo os técnicos indicados pelos Estados, o perito desempatador apresentou o seu laudo, no qual são reconhecidas todas as alegações do Espírito Santo. Notamos que só duas comissões técnicas,

<sup>52</sup> Antônio Gonçalves de Oliveira foi magistrado mineiro, sendo nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, em 1960, nomeado pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek.

<sup>53</sup> BESSONE, Darcy Andrade. **O cruzeiro**, Belo Horizonte. 10 ago. 1957. p.5

<sup>54</sup> Ibid.p.5

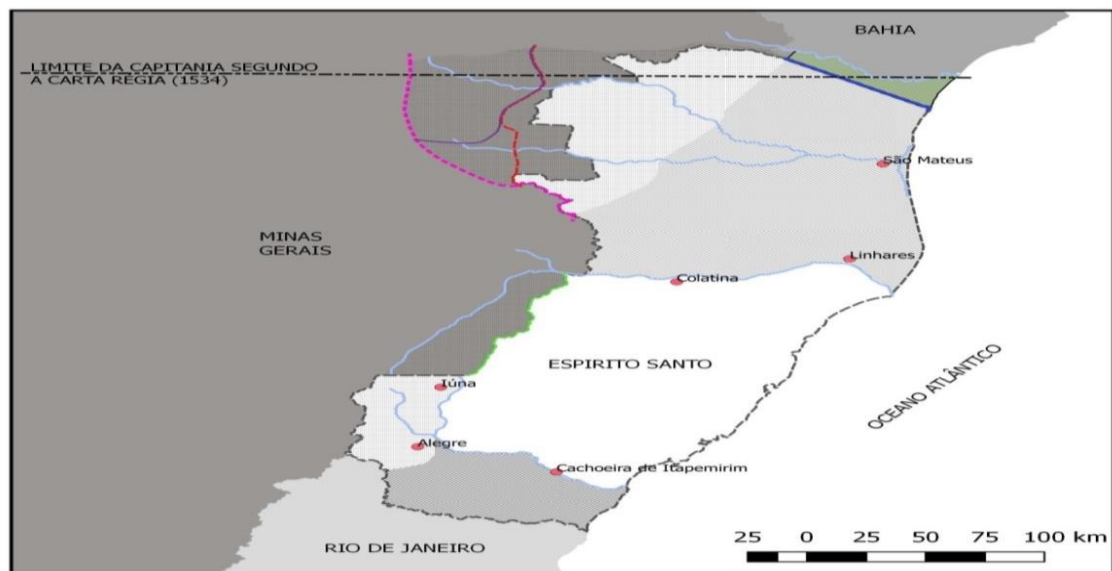
estranhos aos governos estaduais, percorreram e estudaram a região. São elas a do Serviço Geográfico do Exército e a dos peritos Judiciais. Ambas-Finalizou-confirmaram as alegações do meu Estado”.<sup>55</sup>

O relato acima mostra os vários elementos conflituosos em torno da demarcação dos limites. Ambos os estados buscavam escalar equipes técnicas que tenderiam a seguir orientações dos governos estaduais. Daí a tentativa de solucionar os problemas acerca da demarcação dos limites não prosperavam, pois a organização de comissões técnicas era composta por pessoas que tinham algum interesse na região.

---

<sup>55</sup> ibdi.5.

**Mapa 5:** Evolução dos limites do território do Espírito Santo e as pretensões dos territórios vizinhos



#### Legenda

- LINHA DO ESPIRITO SANTO
- LINHA SEGUNDO CONCEITO DE 1800 (Laudo)
- LINHA DO SERVIÇO GEOGRÁFICO DO EXERCITO (1914)
- LIMITES PELO LAUDO DE 1914
- LIMITE 1926
- HIDROGRAFIA
- CIDADES
- PRETENSÃO DA BAHIA
- PRETENSÃO DE MINAS GERAIS
- PRETENSÃO DO RIO DE JANEIRO
- ESPIRITO SANTO
- ÁREA EM QUESTÃO DESDE 1926

FONTE: Elaborado pelo autor com base na evolução de limites do Estado do Espírito Santo disponível no APES, 2017

É possível observar no mapa acima apresentado e nos depoimentos dos especialistas da época um conjunto de informações que mostram os diferentes traçados pretendidos pelos estados vizinhos. Isso demonstra que, não havia por parte das autoridades um consenso de onde seria de fato os limites.

Quando o assunto é a declaração dos especialistas, particularmente, as divergências de opiniões expõem o jogo de interesses entre os diferentes agentes do período na região. Em razão disso, nos anos posteriores a 1914, os projetos para solucionar quaisquer pendências não prosperaram, imperando as discussões acerca da divisa.

É a partir da década de 1930 que se inicia uma série de tentativas por meio de empreendimentos jurídicos e políticos para solucionar as incertezas envolvidas na questão das fronteiras. Com a promulgação da Constituição Federal do Estado Novo, em 1937, o Artigo 184 da carta magna, especificava que:

“Os Estados continuarão na posse dos territórios em que atualmente exercem a sua jurisdição, vedadas entre eles quaisquer reivindicações territoriais.  
§ 1º - Ficam extintas, ainda que em andamento ou pendentes de sentença no Supremo Tribunal Federal ou em Juízo Arbitral, as questões de limites entre Estados.  
§ 2º - O Serviço Geográfico do Exército procederá às diligências de reconhecimento e descrição dos limites até aqui sujeitos a dúvida ou litígios, e fará as necessárias demarcações.”<sup>56</sup>

Conforme foi especificado no artigo da Constituição citada acima, a linha divisória entre os entes federativos do território nacional seria fixada onde os estados tivessem maior predomínio de sua jurisdição representada pela máquina burocrática do Estado. Isso representaria uma corrida por parte dos estados em promover aparelhos institucionais que serviram de marco jurisdicional.

Diante disso, promover a construção de escolas, comarcas jurídicas, eleitorais e a constituição de municípios emancipados composto por uma governabilidade municipal, seria uma alternativa efetivada pelo poder estadual. A partir disso, tanto Minas Gerais quanto o Espírito Santo acentuaram os conflitos na região em decorrência da conquista e da posse e anexação do território contestado. Foi então, nesse período, que ambos os estados começaram uma sucessão de investidas na região, buscando, por meio de políticas de intervenção

---

<sup>56</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm)

governamental, estabelecer controle sobre o território em disputa, o que se tornou recorrente nos anos seguintes.

Tal perspectiva recai sobre a discussão do direito de posse, baseado no princípio *Uti Possidetis*, que teve grande importância para os tratados de fronteiras distinguindo-se entre *Uti possidetis Juris* e *Uti possidetis facto*. Historicamente, tal pensamento jurídico foi fundamental para o mundo ibero-americano, por exemplo, nas colônias portuguesas e espanholas na América do Sul, sendo aplicado na delimitação das fronteiras e na posse de zonas litigiosas de forma ordeira, como estabelecido pelo Tratado de Madri de 1750. Na América Portuguesa, aplicou-se o princípio do *Uti possidetis facto*, que se fundamentava na posse de fato do território ou na sua aspiração por meio da ocupação populacional. Partindo dessa ideia, ocupar e povoar a região foram questões relevantes.

Observa-se que o direito de posse por meio da ocupação populacional do território passou a ser critério para a atuação de instituições militares e jurídicas. Segundo Alceu Aleixo, “o conceito de *uti-possidetis*, que era até então um princípio meramente doutrinário, passou a ser um preceito legal instituído pela carta de 1937”<sup>57</sup>, ou seja, a partir dessa nova determinação constitucional, os estados membros da federação dependeriam do parecer do Serviço Geográfico do Exército, responsável por demarcar as zonas litigiosas em território nacional, levando em consideração a nova Constituição.

Esse período coincide com o projeto político e ideológico do Governo Vargas, que promoveria a ocupação dos vazios demográficos no território brasileiro. No Espírito Santo, esse projeto ganhou uma versão regional, com forte discurso federalista, norteado nos governos dos interventores federais, Jones Santos Neves e João Punaro Bley, de ocupação territorial e avanço para oeste do estado, ou seja, para as terras devolutas da região de litígio. Em seu governo, Bley acentuou a investida espírito-santense em territórios devolutos. No manuscrito particular de relatos, Frei Inocência, religioso que atuou por anos na região, descreveu a invasão ao território mineiro, no governo Bley, por meio do seguinte relato:

“ O telegrama do Bispo ao secretário do interior, naquele tempo José Maria Alkmin, foi assim: *Visitando a freguesia Itambacuri, encontrei a zona Mantena invadida pelo Espírito Santo, civil e eclesiasticamente*. O Estado de Minas Gerais mandou logo para a Zona Contestada o tenente-coronel José Lopes de Oliveira com vários seguidores e um secretário, que, de Itambacuri, foram a cavalo até Benedito Quintino, agora Mantena”.<sup>58</sup>

<sup>57</sup> ALEIXO, Alceu. **Fronteira do Espírito Santo com Minas Gerais**: O laudo do Serviço Geográfico do Exército em face do artigo 184 da Constituição Federal de 1937. Vitória. 1958. p. 14.

<sup>58</sup> Trecho do livro de Tombo da Paróquia Santo Antônio na cidade de Mantena.

O fragmento encontrado no livro de tombo da Igreja Santo Antônio de Mantena evidencia que por parte da Ordem dos Capuchinhos havia uma forte simpatia de alguns membros religiosos para a causa mineira na zona do contestado. Nesse contexto, o governo federal interveio mais uma vez na questão, designando, em 1940, por determinação do presidente Getúlio Vargas, uma comissão formada por geógrafos e engenheiros militares do Serviço Geográfico do Exército para realizar estudos de mapeamento da região contestada, a fim de solucionar os conflitos. A década de 1940 foi marcada como um período de confrontos acentuados entre os dois estados. Nesse mesmo período a região experimentava um processo de *boom* econômico acompanhado de grande crescimento populacional, uma questão que será abordada posteriormente.

Com a queda do Estado Novo, outra constituição foi promulgada pelo novo governo. A carta magna de 1946 que especificava, em seu Art. 6, a seguinte lei:

“O Serviço Nacional de Recenseamento delimitará as faixas territoriais de jurisdição estadual duvidosa ou contestada, afim de que os resultados censitários relativos às mesmas possam ser destacados em qualquer tempo e incorporados aos da unidade política que ali estabelecer, em definitivo, a sua jurisdição”.

De acordo com esse artigo, a nova Constituição a partir de então verificaria se os estados reuniam condições sociais e políticas para reclamar determinada área. Havia, assim, por parte dos sucessivos governos federais, interesse em resolver pelos rincões do Brasil, as questões conflituosas que envolviam as fronteiras das unidades federativas. Tornando-se uma preocupação legislada nas Constituições brasileiras.

Dona Maria Lindernberg, relatou a expedição liderado pelo seu esposo, Carlos Lindenberg, político influente no estado do Espírito Santo, em reconhecimento na região do contestado:

“Eu acho que ele pensava assim, quem não havendo quem tomasse conta, polícia, escola essas coisas, ficavam uma terra de ninguém, uma terra de bandidagem. Um acoitamento que chamava, né? De bandidos! Era muito longe, era tudo lombo de burro e por aí a fora. Ele contou em umas das cartas que ele dormia em saco de café, piolho de galinha, para ver de onde que era a fronteira mesmo, né, quem era quem. Ele era ao mesmo tempo secretário de agricultura e da fazenda conhecia o estado todo de ponta a ponta, não tinha um lugar que ele não conhecia. Trouxe pra cá, pra quem era de direito [...] pra quem ele achava, né? O Carlos me dizia que tem a fronteira natural que são os morros, isso e aquilo tudo ele sabia direitinho”.<sup>59</sup>

---

<sup>59</sup> Maria Lindernberg, ex- primeira dama do estado do Espírito Santo. Entrevista concedida ao documentário- *O contestado*- Vitória, 2014

A crescente instabilidade regional fez aumentar a atuação das polícias estaduais, passando essas instituições de segurança pública a fazerem parte do cenário dos conflitos. Criaram-se diversos destacamentos militares espalhados ao longo da área de litígio, aumentando as inquietações na região. O senhor, Jorge Angélico Batista, ex-policial da Polícia Militar do estado do Espírito Santo descreve acerca da divisão dos dois destacamentos militares na região, um de Minas Gerais e outro do Espírito Santo:

“Só que mantinham (os mineiros) [...] Mantena, Manteninha, Itabira, Ariranha, Limeira (destacamentos mineiros) e o Espírito Santo mantinha, Barra de São Francisco, Água Doce, Ecoporanga. Só que nos tinha destacamento lá (no território mineiro), policiais capixabas em São João, porque eu fui lá em 48 em São João, Vargem Grande, Floresta, Central, Mendes Pimentel, Itabira. Quem mexia em Santo Agostinho era o Espírito Santo (estado) eles foram criados depois que eu cheguei aqui”.<sup>60</sup>

Podemos perceber na fala do depoente a forte atuação e organização de forças militares ao longo dos limites entre os dois estados. Isso demonstra que há uma ativa ação militar na zona de limites. Próximo à cidade de Mantena e Barra do São Francisco foram acionadas forças militares e formadas trincheiras com policiamento em prontidão. Essa era a área mais urbanizada do contestado e, portanto, a mais populosa. Em 1948, o governo do estado do Espírito Santo mandou para a região um deslocamento militar com cerca de 600 homens com grande arsenal bélico. A atuação de tropas, dotadas com forte material bélico, indica que a situação era preocupante e séria.

Diante dos problemas ocorridos pelas indefinições das fronteiras, os dois estados aumentaram ainda mais a atuação militar na região. Em uma reunião extraordinária na Câmara Municipal de Mantena, os vereadores da época registraram em ata a seguinte declaração do drama presenciado naquele contexto:

“A câmara municipal de Mantena no sentido de pedir as autoridades da República, e do nosso Estado que estão rezavam pacificamente a questão de limites entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo preservando os direitos judiciais mantidos nessa região desde os primitivos posseiros. Que sempre viveram sob jurisdição de Minas Gerais e não querem outra jurisdição, pois nós não podemos fiar nesta emergência. O nosso município está localizado em terras de jurisdição de Minas Gerais e ultimamente com o pretexto de serem terras contestadas pelo estado do Espírito Santo, o nosso município foi invadido por tropas capixabas em pé de guerra a praticarem absurdos e estão localizados nos distritos e povoados como sejam: Itabira, Vargem Grande, Ariranha, Água Doce e outros. Com isso, tem trazido inquietações e desassossego às famílias.

A câmara resolveu remeter a presente ata para o conhecimento das seguintes autoridades: Exmo. Sr. General Presidente da República, Exmo. . Dr. Ministro da

---

<sup>60</sup> Jorge Angélico Batista, ex- soldado. Entrevista concedida ao documentário *-O contestado-* Barra de São Francisco, em 2014.

Justiça, Exmo. Sr. Dr. Governador, do Estado, Exmo. Sr. Dr. Presidente, do Senado Federal, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Federal, Exmo. Sr. Dr. Presidente da Assembleia legislativa estadual, Exmo. Sr. Dr. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Estado”.<sup>61</sup>

Por meio do fragmento documental citado, é possível perceber o trato dado pelas autoridades municipais em relação as investidas do estado vizinho. Em virtude das fortes tensões no leste de Minas Gerais, em 1953 o então governador de Estado, Juscelino Kubitschek, resolveu por meio do Decreto-lei 3.810, transferir o 6º batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, que se localizava na capital mineira, Belo Horizonte, para a cidade de Governador Valadares, aproximando o aparato público de segurança da região dos conflitos.<sup>62</sup>

Para tanto, um caminho para uma possível negociação em 1957 foi fadado ao fracasso, em virtude de um político capixaba ter anunciado nos jornais a seguinte ameaça: “repeliremos a bala qualquer tentativa de agressão”. Essa declaração à imprensa causou imensos prejuízos às negociações vigentes, inviabilizando sua concretização naquele ano. A alternativa era recorrer, mais uma vez, ao Supremo Tribunal Federal como mediador dos conflitos, muito embora os recursos a essa instituição jurídica de pouco haviam proporcionado uma solução juridicamente aceita pelos estados.

As dificuldades em resolver os problemas acerca dos limites tinham como base os interesses políticos e econômicos das elites locais, tornando-se um agravante para a efetivação de qualquer proposta. A presença de várias facções políticas locais e a nível estadual, fizeram sucessivos acordos não saírem do papel. Verificamos a nível estadual que as disputas pela governabilidade estadual emperravam muitos projetos que buscavam tranquilizar a vida da população e os ânimos políticos. Temos na tabela a seguir um reflexo da alternância de poder nos dois estados:

**Tabela 1:** Lista de Governadores de Estado de Minas Gerais referente ao Período do Contestado entre 1937-1963

ANO	GOVERNADOR DE ESTADO	PARTIDO POLITICO	CARGO DE OCUPAÇÃO
1933-1945	Benedito Valadares	Aliança Liberal. A. L	Interventor nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas.
1945-1946	Nísio Batista		Presidente do Tribunal de Justiça.
	João Beraldo	Partido Progressista. P. P	Interventor Federal nomeado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra.

<sup>61</sup> Fragmento da ata da Câmara Municipal de Mantena em sua sessão extraordinária, em 1948.

<sup>62</sup><https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portalpm/6bpm/conteudo.action?conteudo=1055&tipoConteudo=itemMenu>



1946	Noraldino Lima	Aliança Liberal. A. L	Interventor Federal nomeado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.
1946-1947	Alcides Lins	Partido Progressista-PP	Interventor Federal nomeado pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra
1947-1951	Milton Campos	União Democrática Nacional- UDN	Governador eleito por sufrágio Universal. Período em que as fontes apontam como auge dos conflitos.
1951-1955	Juscelino Kubitschek	Partido Social Democrático – PSD	Governador Eleito por sufrágio Universal
1956-1961	José Bias Fortes	Partido Social Democrático- PSD	Governador Eleito por sufrágio Universal.
1961-1966	José Magalhães Pinto	União Democrática Nacional- UDN	Governador Eleito por sufrágio Universal. Assinatura do acordo de definição das fronteiras Minas e Espírito Santo.

Lista de Governadores do Estado do Espírito Santo referente ao período do contestado entre 1937-1963

<b>ANO</b>	<b>GOVERNADOR DE ESTADO</b>	<b>PARTIDO POLITICO</b>	<b>CARGO DE OCUPAÇÃO</b>
1930-1943	José Punaro Bley	Aliança Liberal- A. L	Interventor Federal
1943-1945	Jones dos Santos Neves	Partido Social Democrático - PSD.	Interventor Federal
1945	José Rodrigues Sales	Partido Trabalhista Republicano – PTR	Interventor Federal
1945-1946	Otávio de Carvalho Lengruher	Partido Social Nacionalista- PSN	Interventor Federal.
1946	Aristides Alexandre Campos	Partido Social Nacionalista – PSN	Interventor Federal.
1946	Ubaldo Moura	União Democrática Nacional- UDN	Interventor Federal.
1946-1947	Moacir Ubirajara da Silva	Partido Social Democrático – PSD	Interventor Federal-
1947-1951	Calos Lindenberg	Partido Social Democrático – PSD	Governador Eleito por sufrágio Universal.
1951-1952	Jones Santos Neves	Partido Social Democrático – PSD	Governador Eleitor por sufrágio Universal.
1952-1955	Francisco Ataíde	Partido Republicano-PR	Vice-Governador no cargo de titular.
1955-1959	Francisco Lacerda de Aguiar	Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	Governador Eleito por sufrágio universal.
1959	Carlos Lindenberg	Partido Social Democrático – PSD	Governador Eleito por sufrágio Universal.

1959-1962	Raul Guiberti	Partido Social Progressista – PSP	Vice-Governador no cargo de titular.
1962	Hélsio Pinheiro Cordeiro	Partido Trabalhista Brasileiro – PTB	Governador Interino.
1962-1963	Asdrúbal Martins Soares	Partido Social Progressista – PSP	Governador Eleito indiretamente pela Assembleia capixaba.
1963	Francisco Lacerda de Aguiar	Partido Social Progressista – PSP	Governador eleitor por voto Universal.

FONTE: Elaborado pelo autor

Quando analisamos o quadro acima, percebemos que as disputas entre facções pela governabilidade estadual no Espírito Santo geraram uma maior rotatividade de governadores de estado, o que enfraquecia os diálogos entre os dois estados. A articulação das elites políticas locais com o centro possibilitou um possível consenso.

Com a comissão formada em 1963, ambos os estados aceitaram a proposta de demarcação dos limites, possibilitando a assinatura de um acordo, em 15 de setembro de 1963. Sendo publicada no diário oficial de Minas Gerais, em 09 de dezembro, a resolução 569, do Governador Magalhães Pinto, que definia, junto à lei 2084 do estado do Espírito Santo, a linha divisória da região contestada ao norte do Rio Doce, seguindo as delimitações até os dias atuais. Sendo assim, “a solução de fronteira com os outros estados ocorrem de forma menos conflituosa por meio de acordos e na utilização de comissões mista”.<sup>63</sup>

**Figura 2:** Medalha comemorativo



FONTE: Fotografia cedida por Edivaldo Machado Lima, morador de Barra de São Francisco

<sup>63</sup> QUINTINO, 1957, p.5.

Apresentamos, desse modo, os eventos que foram marcados por uma série de processos que possibilitaram relevantes pesquisas que podem contribuir para a historiografia nacional, no que se refere a conflitos em território nacional, para além da dinâmica que perpassa esse processo, bem como o legado deixado à população local. No próximo capítulo, discutiremos o surgimento de uma área contestada e quais derivados que emergiram nessas localidades.

## **CAPÍTULO 2: AS DIVERSAS FACES DE UM CONFLITO: O PLURALISMO EM FOCO E A FRENTE PIONEIRA**

Neste capítulo temos como principal objetivo responder à seguinte questão: quais resultados emergem de um território litigioso? Sobre essa perspectiva, por meio da análise historiográfica, pontuaremos as diversas faces que são claramente manifestadas em uma região sem definição estadual e interesse dos estados em solucionar problemas de ordem social. Sendo assim, destacaremos os diferentes fenômenos em torno do vazio jurisdicional.

Acreditamos que a análise destas questões será importante para contextualizar as próximas discussões contidas no terceiro capítulo desta dissertação, onde iremos verificar quais as adversidades enfrentadas pela população local e como ela reagiu frente a tais problemáticas.

Desse modo, dedicaremos um tópico para compreender os aspectos por trás da normatização do território e sua legalidade, principalmente, a partir do século XX em efeito ao art. 64º da primeira Constituição Republicana de 1891, que delegou aos estados tutela sobre suas terras devolutas. Feito isso, um segundo ponto que devemos analisar serão os principais fenômenos do contestado entre Minas e Espírito Santo: as organizações políticas, a atuação das elites locais e os conflitos institucionais.

Por fim, objetivamos demonstrar de forma comparativa como o vazio jurisdicional do contestado mineiro-capixaba traz algumas semelhanças com os eventos ocorridos na Primeira República, a saber dos conflitos do Contestado nas fronteiras entre Paraná e Santa Catarina entre os anos de 1912 a 1916. Justificando, assim, nosso principal intento com esse comparativo é incrementar a produção acerca do contestado mineiro-capixaba. A partir disso, perceber como os tais elementos que intensificavam os conflitos pela formação histórica do território no século XX passariam pela organização jurídica, entre o pluralismo e a regulamentação do território.

### **2.1: A questão jurídica: normatização do território**

Neste tópico, estabelecemos um panorama acerca das questões sobre a normatização do território com advento da República. Por esse ângulo, será possível perceber que a ocupação de uma área não se refere apenas da articulação entre mercado e economia, mas sim, a capacidade dos atores envolvidos em mobilizar recursos. A principal razão disso está enraizada na tradição elitista brasileira de privilegiar uma parcela pequena da população. Assim, a vantagem recai

sobre aquela que está no topo da pirâmide, favorecida pelo marco regulatório criado pelo Estado, isso é, as elites dominantes.

Com a promulgação da Primeira Constituição Republicana em 24 de fevereiro de 1891, é evidente a preocupação com a dinâmica das relações entre poder central e os demais entes federativos. Dado isso, uma série de características tratadas na nova Constituição tinha por finalidade estabelecer diretrizes que consolidariam o regime republicano no Brasil. Um dos principais pilares era o estabelecimento de maior autonomia aos estados, algo que encabeçaria profundas mudanças nas relações do centro com os estados e nas dinâmicas internas desses estados, dando às elites regionais, maior poder.

Com base nisso, para Nunes Leal as relações de poder estruturadas na Primeira República constituiriam a partir dos municípios um novo panorama político brasileiro<sup>64</sup>. Portanto, a Constituição de 1891, consolidaria a polarização entre detentores de poder por meio da posse e seus dependentes.

O domínio sobre a terra, nesse contexto, se consolida como um importante instrumento de poder. Aliás, as elites brasileiras ao longo da história, usaram a posse e domínio sobre a terra como forma de perpetuação do poder local. Agora, sobre a tutela dos estados da federação, administrar as terras devolutas, como especificou a carta magna de 1891, representou um processo na ampliação da influência das elites locais. Logo abaixo, podemos verificar o artigo que deu aos estados controle sobre as minas e terras devolutas:

“Art. 64 - Pertencem aos Estados as minas e *terras devolutas* situadas nos seus respectivos territórios, cabendo à União somente a porção do território que for indispensável para a defesa das fronteiras, fortificações, construções militares e estradas de ferro federais.

Parágrafo único - Os próprios nacionais, que não forem necessários para o serviço da União, passarão ao domínio dos Estados, em cujo território estiverem situados”.

Desde o período colonial as elites regionais já vinham de uma tradição e ligação com posse de terras. Agora, no alvorecer do século XX, a comando das Assembleias Legislativas Estaduais era dada a prerrogativa de normatizar o processo de definição dos limites do território dos entes federativos. Assim, essa nova dinâmica levou em consideração os interesses dessas elites; mais fortalecidas, estavam ligadas à política local e também estadual. Isso é, com o advento da Primeira República e a garantia dada pelo artigo 64 da Constituição de 1891, as

---

<sup>64</sup> LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: municípios e o regime de representatividade no Brasil. São Paulo: alfa-Ômega, 1986. p.20

terras devolutas passariam a estar no centro dos interesses capitalistas dessas elites regionais. Assim, salientou José de Souza Martins ao tratar dessa questão:

“As **terras devolutas** são colocadas nas mãos das oligarquias regionais. Cada Estado desenvolverá sua política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária”<sup>65</sup>.

O termo devoluto tem sua origem a partir da criação do estatuto colonial para uso dos solos na América portuguesa. A base dessa norma seria o estabelecimento do sistema de sesmarias. Segundo Luiza Volpato, o processo de ocupação das terras no Brasil estabeleceu-se em cima de extrema violência. Com “o avanço do povoamento do litoral para o interior sempre se fez- ainda se faz- sobre a destruição de outra forma de vida, sobre a expulsão do gentio.”<sup>66</sup>

Na lógica da autora, o processo de ocupação das terras no Brasil sempre expressou certa violência: no princípio, com os povos indígenas e posteriormente com a camada desfavorecida de trabalhadores do campo. De fato, o que se viu no período republicano foi o aumento da violência aos trabalhadores de campo e os constantes embates entre posseiros e grileiros.

Em decorrência da descentralização da política acerca das terras devolutas, os estados se viram na incumbência de criar seus próprios marcos regulatórios e legitimadores sobre a posse de terras, ou seja, a elaboração de leis próprias para gerir tal questão. Durante esse período, muitos estados tinham no centro representativo do poder local os coronéis, que passaram a ter toda representatividade política regional, e a posse das terras, virou um poderoso trunfo nas relações sociais.

É sobre esse prisma que muitas manifestações violentas contra camponeses tornaram-se práticas comuns de intimidação e desmandos. Sobre isso, a Lei de Terras nos Estados seguiria uma lógica de mandos e autoritarismo dos chefes políticos locais e do poder local exercido pela figura do coronel. Ligia Osório Silva aponta que,

“Com ambos os trunfos nas mãos, acreditamos que não havia para os fazendeiros posseiros nenhum interesse em abolir a lei, que ainda por cima excluía a possibilidade da posse para aqueles que não tivessem os meios de se manter por um longo período nas terras devolutas do estado. A lei poderia inclusive ser usada como instrumento, quando necessário, na luta pela apropriação das terras públicas que já vinha ocorrendo”.<sup>67</sup>

---

<sup>65</sup> MARTINS, 1983, p. 43.

<sup>66</sup> VOLPATO, Luiza. **Entradas e bandeiras**. São Paulo: Global, 1985, p.48

<sup>67</sup> SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio**: efeito da Lei de 1850. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 252

Sendo assim, a autora explana acerca da manutenção do poder agrário nas mãos das elites. Corroborando com essa ideia, o historiador Paulo Roberto Cimo de Queiroz, fez a seguinte observação

“As conservadoras elites brasileiras se empenharam na manutenção da unidade e da integridade dos domínios herdados dos portugueses, e essa concepção orientou decisivamente as *políticas territoriais* postas em prática desde então, envolvendo, entre outros aspectos, o estabelecimento de vias de comunicação e as relações com outros países. O domínio do território constituiu para essas classes uma importante fonte de legitimação de seu domínio sobre a sociedade, e o dogma da unidade e da integridade serviu frequentemente de pretexto para o esmagamento de movimentos contestatórios de caráter democrático ou simplesmente republicano”.<sup>68</sup>

A lei de terras de 1850, no século XIX, tornou-se um marco referencial do não cumprimento dos direitos de acesso e posse da terra às camadas mais pobres da população. A Primeira Constituição Republicana muito menos se preocupou em atender às demandas do campesinato mais pobre. Na sua totalidade, o que se vivenciou foi que as terras brasileiras iriam ser administradas de acordo com a conveniência das elites locais, conforme salientou João Edmilson Fabrine,

“Com a proclamação da República, a política fundiária passou para a competência dos Estados. A descentralização do poder da União com a República transferiu o poder sobre a terra para as oligarquias regionais, que passa a decidir sobre a sua propriedade dentro do domínio estadual, monopolizando a sua posse e colocando em prática a política de concentração, quando ocorre a transferência das terras devolutas do Estado através de arrendamento a grandes fazendeiros e empresas capitalistas”.<sup>69</sup>

Todos esses aspectos foram também contemplados nas terras devolutas ao norte do rio Doce. A ocupação dos territórios devolutos dos Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, Norte e Noroeste do Espírito Santo, seguiu a mesma lógica de exploração predatória das riquezas naturais, apropriação das elites e uma esmagadora política cultural de usos da vantagem financeira sobre os mais fracos. As nações indígenas foram aquelas a serem as primeiras prejudicadas, que vivenciaram diversos traumas, sejam eles, na cultura, no social ou mesmo no seu território geográfico. Entre a proclamação da República e o Estado Novo a atmosfera no campo era de diversas manifestações de violência.

Os pequenos proprietários eram os mais veneráveis à violência. O que se percebeu, foram dois momentos no processo de conquistas, ocupação e povoamento das terras devolutas. No primeiro momento, serviu como forma do campesinato se projetar no campo, conquistando

---

<sup>68</sup> QUEIROZ, 2003, p. 21.

<sup>69</sup>FABRINI, João Edmilson. **A posse da terra e o sem terra no sul de Mato Grosso do Sul**. Corumbá: Ed. da AGB. p. 33.

certo espaço em territórios sem muitos recursos, de difícil acesso e com precária infraestrutura. Mesmo assim, era um espaço conquistado. No segundo momento, seja ele: por maior domínio das fronteiras espaciais, se viu na violência um mecanismo de conquista por parte desse grupo.

Para o historiador Júlio Cesar Morais, esses dois momentos podem ser explicados por intermédio da ótica dos costume, pois, “as disputas entre grupos distintos pelas formas legítimas de apropriação da terra, e, por conseguinte da floresta.”<sup>70</sup> O autor usa como arcabouço Edward P. Thompson, que no seu livro “*Costumes em comum: um estudo sobre a cultura popular*”, de 1980, que analisa a apropriação de terras, considerando o contexto da Inglaterra e a lógica dos costumes. Ou seja, segundo Thompson “na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei”<sup>71</sup>.

Sobre a posse de terras, Paulo Garcia também evidencia que “essa tornou a única forma de aquisição e de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e por isso que na história da apropriação territorial, esse período ficou conhecida como a fase áurea dos posseiros”.<sup>72</sup> Nem mesmo após as mudanças na estrutura política brasileira, após a Revolução de 1930, modificar o horizonte em torno da dominação das classes dominantes, quando se volta para a estrutura agrária, notam-se poucas alterações. O fato é que muitos estados usaram como referência a definição de terras devolutas especificado no artigo 3 da lei de terras de 1850, usando da mesma base jurídica.

As legislações mineiras, por exemplo, eram contrárias à ocupação de terras devolutas por posseiros. Entretanto, o forte processo de ocupação de forma ilegal gerou uma série de adaptações em virtude da real situação da ocupação do campo. Com isso, a figura do posseiro foi incorporada ao processo de compra e venda dessas terras. Na lei de 27, 1892, normatizou-se o processo de compra e venda das terras devolutas.

Segundo o artigo 19 da referida lei, o processo de ocupação dessas terras passou a ser considerado ocasionador de direito, ou seja, o posseiro, pelo direito de posse, tinha, por garantia da lei, direitos sobre essas terras. As diretrizes norteadoras do artigo 19 estabeleciam que: “os ocupantes de terras devolutas sem posse legítima, com cultura e moradia habitual, terão direito

---

<sup>70</sup> MORAIS, Júlio César P. Pereira. **Território como norma ou norma como território?** Práticas e representações sociais durante a ocupação do Médio Rio Doce na primeira metade do século XIX. (1891 – 1930). Belo Horizonte. UFMG, 2016. Dissertação de mestrado. p.83.

<sup>71</sup> THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 87

<sup>72</sup> Garcia, P.; SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndios**- Efeitos da lei de 1850. Campinas. Editora Unicamp, 1996.p.61



à compra das mesmas pelo preço mínimo legal, logo que sejam medidas, demarcadas e expostas à venda.”

De acordo com Garcia, a lei nº 236, de 21 de agosto de 1899 consolidou o direito do posseiro a partir do momento que definiu os ocupantes de terras devolutas, aquelas que comprovassem: moradia, cultivo e apresentação dos primeiros requerimentos acerca das medições dos primeiros anos ocupados. A partir da lei nº 1144, de 05 de setembro de 1930, a regulação, posse e propriedade da terra, tornaram-se um marco no processo de apropriação das terras. Com a criação da taxa de ocupação, criado pelo governo, reconheceu-se posse das terras, mesmo que de modo velado, legitimando a apropriação dos posseiros.<sup>73</sup>

Diante disso, Rogério Haesbaert Costa, afirma que a posse prolongada e a qualificação dos requisitos pode transformar em domínio ou direito real.<sup>74</sup> De acordo com Espínola, “o direito preferencial de compra e taxa de ocupação, ofereceram facilidades para transformar a posse de terras devolutas em propriedade privada por meio da venda.”<sup>75</sup> Tal afirmação se consolida por meio da lei nº 550 de 20 de dezembro de 1949. No entanto, a Constituição de 1946, em seu artigo 26 impele algumas condições como, por exemplo, a moradia habitual, para além de limitar a 25 hectares, enquanto a lei de 1949, não traz essas especificações.

No caso do Espírito Santo, a preocupação em torno das terras devolutas, transformou-se e um projeto político dos governos capixabas. Durante a Primeira República, o estado estava sobre a liderança de facções políticas, que ligadas à atividades agro comercial de exportação, trataram de favorecer seus “negócios” junto a administração estadual. Com isso, as políticas de desenvolvimento interno foram arquitetadas para atender as demandas e anseios econômicos desses grupos. A primeira lei de terras a nível estadual foi a lei nº 1148, editada em 21 de dezembro de 1917, vigorando até a promulgação da lei estadual de nº 1711, de 18 de fevereiro de 1929. Essa lei, buscou proceder com maiores detalhes acerca da aquisição de terras devolutas. O posseiro só poderia legitimar as terras como suas após trinta anos de efetiva cultura e moradia habitual.

Portanto, todo suporte a economia agro comercial foi dado para facilitar o escoamento dessas produções, dado que a política econômica do Espírito Santo priorizou a produção agrícola até a década de 1950. Em 1951, a lei nº 606, seguida pela lei nº 617 de 52, tratou de modificar parcialmente algumas cláusulas do acesso a terras devolutas. A figura do posseiro

---

<sup>73</sup> GARCIA, op. cit.p.45-52

<sup>74</sup>COSTA, Rogério Haesbaert. **Latifúndio e identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998,p.110.

<sup>75</sup> ESPINOLA, op. cit.p 22.

tornou-se limitada a pequenas propriedades agrícolas, uma característica deste estado. Inferimos, desse modo, que a ênfase na conquista e anexação geográfica da zona do contestado por esse estado não limitava apenas aos interesses geográficos, mas sim, de exploração das férteis terras e da riqueza natural da região.

Sendo assim, ambos os estados se mostraram atentos quando ao marco regulatório. Percebemos, dessa maneira que no decorrer do tempo, os entes federativos se preocuparam em normatizar suas terras devolutas. É nesse contexto que a região ao norte do Rio Doce torna-se centro de numerosas divergências, pois, essa região para além de estar inserida na lógica de indefinição estadual, foi considerado uma área com considerável território devoluto, sendo uma das últimas frentes pioneiras do sudeste brasileiro. Na próxima sessão, vamos nos aprofundar no processo de ocupação das terras devolutas ao norte do rio Doce, por meio das frentes pioneiras e de expansão.

## **2.2- A última fronteira pioneira do sudeste do Brasil, o vazio jurisdicional e seus derivados**

Como ocorreu o processo de surgimento da zona do contestado mineiro-capixaba? Antes de responder a essa pergunta – objetivo deste tópico - é necessário fazer algumas considerações. Desse modo, é importante especificar que as pesquisas acerca dos fenômenos sociais por trás da formação histórica do território fizeram emergir, sobretudo, a partir da década de 1940, certo interesse de compreender o processo de ocupação do território nacional. Além disso, buscou-se entender suas problemáticas, bem como os transtornos sociais causados nesses territórios.

Assim, enfatizou o geógrafo Claude Raffestin ao dizer que:

[...] o território não poderia ser nada mais que um produto de atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto, um "processo" do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder.<sup>76</sup>

Essa definição de Raffestin contribui para pensarmos sobre o conceito de território, que deve ser norteado pela compreensão relacional estabelecida fundamentada a partir das relações sociais. Buscar essa definição conceitual na Geografia, ciência que adota distintas concepções

---

<sup>76</sup> RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. p. 7-8.

para a acepção do conceito de território, abre possibilidades para discutir sobre o diálogo estabelecido entre a História e outras ciências, principalmente, as Ciências Humanas.

Para isso, recorreremos a autores que propõem, por meio da interdisciplinaridade, uma nova perspectiva para os eventos históricos, sejam esses os processos macro ou micro, que possam, assim, serem entendidos e revelados nos diferentes aspectos que ficariam excluídos.

É bom salientar que o debate acerca dos limites no Brasil recebeu grande influência da tese defendida pelo historiador norte-americano, Frederick Jackson Turner, ainda na década de 1940. Em seu trabalho *The Significance of the Frontier in American History* (“O Significado da Fronteira na História Americana”), que expôs uma narrativa sobre o progresso econômico, intelectual e cultural da sociedade estadunidense, por meio da *Frontier Thesis* (tese de fronteira). Sua obra explora a expansão das fronteiras ocidentais no processo de formação da identidade/nacionalidade norte-americana, a partir do povoamento rumo ao oeste, resultando, assim, na consolidação política e democrática dos Estados Unidos.

Suas análises pautadas em fatores econômicos e sociais possibilitaram grandes avanços para os estudos que viriam mostrar o que se ocultava por trás do processo de consolidação de uma fronteira. Dessa forma, tornou-se pertinente citá-lo, uma vez que suas contribuições de cunho teórico foram fundamentais para problematizarmos as relações sociais e a historicidade dos indivíduos envolvidos em fenômenos relacionados à fronteira e suas nuances, como as *frentes pioneiras e as frentes de expansão*.

Partindo dessa perspectiva, analisaremos os estudos que tratam sobre os conceitos de *frentes pioneiras e de expansão*, processos que envolveram a definição dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo, levando a esse contexto de conflitos. É importante para essa pesquisa, apresentarmos tal característica, uma vez que esse processo ajuda a compreender a lógica de inserção da região na dinâmica econômica brasileira.

Nesse sentido, foi possível perceber como as estruturas do ordenamento territorial são peculiares de um determinado processo econômico e político-administrativo. Determinando o surgimento de interesses políticos e fiscais, e em alguns casos, desconsiderando os anseios regionais e locais.

Com base nisso, em virtude das características que esse processo de ocupação apresenta, Muramatsu, em sua tese de doutoramento, estudou a frente pioneira no noroeste do Espírito Santo, estabelecendo relações com as ações capitalistas na formação da identidade do campesinato local, possibilitando duas formas de campesinato, o que é muito elucidativo. Conforme o autor apontou:

“[...] o camponês caboclo vive numa economia do excedente na chamada *frente de expansão*. O camponês branco imigrante vive numa economia de mercado na chamada *frente pioneira*. Os conflitos correm quando a frente pioneira se superpõe sobre a frente de expansão. Este é o ponto central dos conflitos que ocorreram no noroeste do Estado do Espírito”.<sup>77</sup>

Cabe destacar, em primeiro lugar, que nos primeiros anos republicanos, no século XX, não foi alterada a base das leis de terras de 1850, entretanto, o domínio das terras devolutas passaria a ficar sob tutela das unidades federativas, como já citamos no tópico anterior a este. Segundo João Ricardo Ferreira Pires, “o conservadorismo presente na formação histórica-social brasileira encontra, na questão da terra, espaço para largo de atuação”.<sup>78</sup> Nesse sentido, para o mesmo autor,

“[...] o desejo do conservadorismo- é recorrente em terras no país que forjou todo o sistema que impede que pequenos proprietários tenha acesso à terra e condições de torná-la produtiva, que impede que os projetos de reforma agrária tentados desde o século XIX tenham êxito, que impede que os benefícios da mecanização se expandam por todos os produtores e que, numa palavra, impede que os direitos sociais e políticos se consolidem também os que lavram a terra”.<sup>79</sup>

Devemos então mencionar alguns estudos teóricos para embasar nossa discussão e analisarmos os distintos aspectos no que alude às *frentes pioneiras* e de *expansão*, dois fenômenos que antecedem as transformações da área contestada. Partindo desse ponto de vista, o sociólogo José Souza Martins desenvolveu uma série de estudos sobre a temática. O autor explora e critica o conceito de zona pioneira exposto pelo geógrafo alemão Leo H. Waibel, que define conceitualmente da seguinte forma:

[...] O conceito de pioneiro, para mim, significa mais do que o conceito de *frontiersman*, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. O pioneiro procura não só expandir o povoamento espacialmente, mas também intensificá-lo e criar novos e mais elevados padrões de vida. Sim, empregamos o conceito de pioneiro, também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e mesmo da vida espiritual! (...). Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena. (...) Então, os preços das terras elevam-se vertiginosamente, as matas são derrubadas, casas e ruas são construídas, povoados e cidades saltam da terra quase da noite para o dia, um espírito de arrojo e de otimismo invade a população.<sup>80</sup>

<sup>77</sup> MURAMATSU, 2016,p:

<sup>78</sup> STARLING, Heloisa Maria Murgel & BRAGA, Pauliane de Carvalho. **Sentimentos da terra**. Belo Horizonte. Editora Proex. 2013, p.13.

<sup>79</sup> STARLING, Heloisa Maria Murgel, 2013.p 14.

<sup>80</sup> WAIBEL apud MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 43.

Nesse sentido, para Martins, a frente pioneira “exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado”<sup>81</sup>. Apresenta-se, portanto, como fronteira econômica, ou seja, é a frente pioneira que se relaciona com a fronteira econômica, relação que não é necessariamente associada à fronteira demográfica. Já que a inserção na lógica capitalista, faz emergir em sua dinâmica, conflitos que podem determinar “quais são as relações sociais que tornam singular o sistema social nas zonas pioneiras”.<sup>82</sup> Diante desse pressuposto, o autor acredita que “fronteira é simultaneamente lugar da alteridade e expressão da contemporaneidade dos tempos históricos”<sup>83</sup>.

Conforme o autor problematiza, as frentes de expansão surgem em “decorrência da instauração de um estado de insuficiência econômica”. Dessa maneira, Martins ressalta que não há uma conceituação formada em relação a *frentes pioneiras e frentes de expansão*, mas apenas uma designação, na qual vem à tona a necessidade de reconhecer o que está envolto nos diferentes modos de expansão territorial.

Vendo por esse ângulo, as frentes pioneiras remetem também para além da situação espacial, isto é, para a conjuntura social, que “induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social”, pois, “sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir fronteira no Brasil é justamente, a situação de conflitos sociais”.

O antropólogo Otávio Guilherme Velho utiliza-se do aparato teórico de Tuner, enquanto suporte metodológico para responder às suas perguntas, a partir da análise histórica comparada, entre os modelos de expansão territorial do Brasil, Estados Unidos e da Rússia. O autor busca entender o progresso capitalista relacionado com a fronteira. Com seu olhar antropológico, Otávio Velho relaciona as frentes de expansão ao desenvolvimento da estrutura agrária. O autor define frentes de expansão “como sendo constituídas dos segmentos externos da sociedade brasileira que se internavam em áreas antes ocupadas por sociedade indígenas”<sup>84</sup>.

Velho acreditava que a ocupação de áreas novas ocorria, sobretudo, em virtude do desenvolvimento capitalista, que modificava o processo de exploração e de ocupação do território brasileiro por meio da fronteira. Portanto, os autores demonstram que uma região pioneira tem fortes relações com o mercado, onde há o interesse capitalista por meio da criação de uma estrutura extrativista influenciando as relações sociais.

---

<sup>81</sup> MARTINS, 1975,p.45.

<sup>82</sup> MARTINS, 1975,p. 47.

<sup>83</sup> MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997: p. 138.

<sup>84</sup> VELHO, Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estruturas agrárias: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p.172.

Em relação à região contestada, no século XIX, toda a região ao norte do rio Doce, composta pela Bacia São Mateus, apareceria nos mapas e na documentação oficial como Sertão ou como “terra pouco conhecida e habitada pelos indígenas”,<sup>85</sup> como descreveu o Engenheiro C. Cintra e Riviera, em 1870. Coube aos padres Capuchinhos, Frei Serafim de Gorizia, Frei Ângelo de Sassoferrato, Frei Gaspar de Módica e Frei Inocêncio de Câniso, participarem, desde o século XIX, do processo de catequização e aculturamento dos índios mais jovens. Frei Inocêncio Câniso teve fortes ligações com os governos mineiros, chegando a atuar por anos na região de Mantena, lugar de conflito, em que é relevante mencionar o papel da Igreja e de seus membros.

A construção da estrada de Ferro Vitória-Minas, em 1903, inicia, de fato, um processo de povoamento com o surgimento de vilas e cidades à margem do rio Doce, alterando a dinâmica local e incluindo essa região em uma lógica de mercado. Grande parte das terras do Vale do Rio Doce cortadas pela ferrovia já estavam ocupadas ou em processo de ocupação, por meio de um amplo processo de exploração capitalista, restando ainda a região ao norte do Rio Doce, na bacia do rio São Mateus, que havia ficado isolada devido a fatores geográficos.

A ferrovia beneficiou os estados de Minas e do Espírito Santo. No primeiro, facilitou a apropriação das terras devolutas na região que cortava ferrovia, iniciando então o processo de movimento pioneiro no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Ademais, beneficiou o escoamento da sua produção agrícola, industrial e de recursos minerais. No estado vizinho, propiciou a modernização do porto de Vitória, consolidando-o como um corredor exportador do sudeste brasileiro.

Ao norte do rio Doce, o movimento pioneiro inicia-se, de fato, a partir de 1928, com a construção da ponte sobre o rio Doce, ligando Colatina ao norte do estado do Espírito Santo. Essa cidade se torna ponto de partida para o povoamento do norte do território espírito-santense. Dessa forma, a construção da ponte contribuiu para o processo de expansão econômica e populacional desse estado, no sentido sul para norte e noroeste.

As primeiras frentes colonizadoras são datadas por volta do ano de 1927, com a chegada de lavradores em busca de terras devolutas e férteis, que abriram as primeiras clareiras, numa floresta caracterizada por densas matas. Imigrantes mineiros e capixabas abriram picadas de facão pelas matas virgens, construindo moradias próximas aos rios da região. A partir das primeiras plantações de lavouras de café, em 1929, esse processo experimentou positivos saltos

---

e foi se expandindo para o norte do estado do Espírito Santo e para o Vale do Rio Doce, em Minas.

Contudo, entre 1928 e 1939 não houve sinais de avanço de frentes pioneiras, com grande movimentação de colonos, em razão dos efeitos da crise de 1929 atingiram o Brasil, afetaram também o “impulso” da economia local. Em boa parte do país, a crise de 1929 afetou vários setores econômicos, entre eles a produção cafeeira. A nova ordem econômica possibilitou a troca das já esgotadas lavouras de café, pela criação de gado, em regiões tradicionais de produção cafeeira. Segundo Egler “muitos cafezais foram derrubados, queimados e em seu lugar formaram-se pastos.”.<sup>86</sup>

É importante considerar alguns fatores econômicos que permitiram a expansão de uma fronteira agrícola na região, o que foi fundamental para o surgimento de um complexo cafeeiro e da exploração da madeira, trazendo expressivo desenvolvimento. Diante disso, fazer algumas ponderações acerca dessa atividade econômico/comercial, faz-se necessário, uma vez que, nos dias atuais, esse período é rememorado pela população local, como momento de grande movimentação financeira trazendo prosperidade. Afinal, café e a madeira contribuíram para o dinamismo econômico local. É como relembram os comerciantes Archimendes Fernandes<sup>87</sup> e Mauro Lucio Pereira<sup>88</sup>, moradores ainda de Mantena:

“[...] tinha muito café, madeira e, todo tipo de roça tinham aqui em Mantena. Meu irmão inclusive era deputado e comprava café aqui [...] um dia eu cheguei no Rio e recebi um dinheiro dele, eram dois milhões e meio. Eu tava de paletó e cheguei escurecendo no aeroporto [...] o avião que ia chegar dez horas, chegou meia noite e meia. E, eu, com dois milhões e meio no bolso (risos)”

“[...] Mantena era uma cidade próspera mesmo, então qualquer coisa convergia para Mantena. Se você precisasse de um comprador de café, você viria para Mantena, [...] encontrava dezenas e dezenas de compradores de café em Mantena [...] Então era uma cidade que “puxava” o pessoal pra aqui [...] o pessoal vinha para cá porque aqui tinha o que oferecer. Então acabava que concentrava as “coisas” aqui; ela (a cidade) como sede da comarca, cidade polo e desenvolvia. Então, nós chegamos a ter aqui [...] Casas Pernambucanas [...] na época era uma rede loja de tecidos, e ela só ia pra onde tinha desenvolvimento mesmo, senão ela não ia. Mantena teve as Casas Pernambucanas, teve uma outra rede de loja muito grande que foi a Casas Tique, que foi confecção de tecido também. Então era um comércio prospero! Quando a pessoa ia fazer uma propaganda, por exemplo, ela podia esperar que se coubesse 40 pessoas no ônibus, você podia esperar que tinha umas 70 pessoas, tudo em pé. Já chegamos ter aqui umas 60.000 pessoas, no município [...] tinha muito café, tinha muita madeira, então, atraía pessoas para vim pra cá”(grifos do autor).

<sup>86</sup> EGLER, Walter Alberto. **A Zona Pioneira ao Norte do Rio Doce**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro. 1962, p.147.

<sup>87</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Archimendes Fernandes, 93 anos, morador de Mantena. Mantena, 29/05/2017.

<sup>88</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Mauro Lucio Pereira, morador de Mantena. Mantena, 24/05/2017.

A economia cafeeira nos anos seguintes aos de 1929 passou a representar um produto de grande importância para as regiões do Vale do Rio Doce, Norte e Noroeste do Espírito Santo. Na década de 1930 a região se expande em virtude das fronteiras agrícolas, da exploração da madeira de corte e da expansão do café. Café e madeira foram a base da economia da região por anos. Esta é uma característica que Espindola também salienta, quando se refere a toda região do Vale do Rio Doce, fora do alcance dos conflitos em torno da região contestada, ao dizer que a base da economia da região era o café e a madeira até as décadas de 1940.

No quadro econômico do estado vizinho o café já possuía elevado destaque na balança comercial, chegando a representar o principal produto de exportação na pauta comercial capixaba. O avanço da cultura do café e da agricultura de subsistência foi motivado pela colonização do sul do Espírito Santo que, por meio de um processo de migração, buscou na terra uma alternativa para enfrentar a nova realidade<sup>89</sup>. Como afirma Luzimar Dias, o norte do Espírito Santo foi uma das últimas regiões a se incorporar na dinâmica estadual, por meio do processo civilizatório mediante a colonização, ocupação e povoamento, assim como última frente agrícola do estado<sup>90</sup>.

José Lazaro Célin assevera que um dos principais fatores que fizeram com que o Espírito Santo mantivesse, mesmo após o *Crash* de 1929, uma considerável produção do grão, foi a base fundiária da propriedade, baseada na autossuficiência, por meio da pequena propriedade familiar. Segundo o autor, em comparação com as produções pré-crise e a produção de 1940, há pouca mudança nos números.<sup>91</sup> Nesse período, o café chegou a corresponder a 95% das exportações que escoavam pelo porto de Vitória.

As múltiplas memórias da relação da região com a economia do café e a madeira foram também relatadas em manchete do jornal, *Estado de Minas*. Em entrevista por ocasião das comemorações pelo fim dos conflitos no contestado, o ex-prefeito de Mantena, Adrião Baía, acentuou que, por razões econômicas, ambos os estados disputavam a região em virtude de sua alta produção de café, despertando o interesse das fazendas estaduais na receita gerada na região. Apesar de haver essa disputa, os estados não recebiam os dividendos arrecadados, uma vez que os moradores não pagavam impostos por desconhecerem a quem pagar numa questão em que ninguém identificava quem era o verdadeiro ente estatal na região<sup>92</sup>. A sonegação fiscal,

---

<sup>89</sup> DIAS, Luzimar Nogueira. **O massacre de Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo**. Vitória: Editora Companhia dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984. , p.11.

<sup>90</sup> DIAS, 1984, p.11.

<sup>91</sup> CELIN, José Lázaro. **Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. Porto Alegre: UFRGS, 1984. Dissertação de mestrado. p. 152-157.



entre outros fatores, chegou a fazer parte de discussões de uma Comissão Parlamentar de Inquerido da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.<sup>93</sup> A economia cafeeira foi, até 1960, de grande importância para a econômica local.

O contexto descrito corrobora com os dados apresentados na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, de 1957, organizado pelo IBGE, em que são apresentados os levantamentos da década de 1940. Segundo o prefeito da época do levantamento dos dados para o IBGE, só em 1944, a região de Mantena, de jurisdição mineira, produziu mais de 152 mil sacas de café, assumindo a maior produção de grão no estado de Minas Gerais.

Pode-se inferir, dessa forma, que as regiões do Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, norte e noroeste do Espírito Santo, atravessaram um processo muito parecido no que se refere à incorporação de áreas de pouco povoamento à maior dinamização econômica. Motivada, a princípio, pela exploração madeireira e pela expansão agrícola por meio da produção de café. Isto é, essas regiões apresentaram características de fronteira agrícola a partir da década de 1940, com o aumento das atividades econômicas intensificadas pelas práticas extrativistas com forte relação a necessidade do mercado interno e externo.

Com o término da Segunda Guerra, o mercado externo foi propício para a valorização e “o desenvolvimento da econômica cafeeira”. Em virtude disso, a região passou a ser considerada como potencial área de fronteira agrícola, contribuindo para a economia dos dois estados, mas, principalmente, o estado do Espírito Santo, que viu florescer na região noroeste uma área de fronteira agrícola em expansão. Nesse período, as populações dos estados vizinhos, grande parte da Bahia e Minas Gerais, foram atraídas pela possibilidade de encontrar no campo, oportunidade da posse das terras devolutas da região, ainda pouco exploradas que favoreciam a produção agrícola.

Quando nos referimos à ocupação demográfica, a partir dos dados quantitativos do IBGE, constatamos que registrou elevado crescimento populacional para além do econômico, fatores que contribuíram para a modernização da região. A nova dinâmica fez surgir um intenso processo de crescimento populacional, como assinala Wallace Pontes, ao mostrar que, em 1940, havia uma população de aproximadamente de 66.994 habitantes. Decorridos dez anos, a população, em 1950, havia aumentado para 160.070 habitantes, que em 1960, chegava à casa

---

<sup>93</sup> Informação obtida junta a Assembleia legislativa de Minas Gerais.

dos 384.296.<sup>94</sup> “A população havia sido multiplicada por seis em apenas 20 anos. Não há registros de crescimento semelhante em qualquer outra região do Brasil naqueles tempos”<sup>95</sup>.

Esse mesmo crescimento é relatado em uma das primeiras entrevistas que realizamos no ano de 2014. Maria Belan Valente, que morou por 30 anos, aproximadamente, na região, deu-nos o seguinte relato, “me lembro que todo dia chegava alguém de fora [...] era gente que vinha de todos os cantos, gente de Carangola, de Aimorés, da Bahia [...] só via caminhão de mudança chegando [...] a região cresceu muito rápido”<sup>96</sup>.

Marumatsu também explorou o crescimento populacional, trabalhando com os relatórios dos recenseamentos elaborados pelos delegados especiais do IBGE, Marcelo Aroucha e José Guimarães Lobo. Ao problematizar essas fontes, o pesquisador possibilitou análises interessantes, como, por exemplo, a comparação do crescimento populacional do estado do Espírito Santo, com a região do contestado. Segundo o autor,

Em 1940, o Espírito Santo como um todo apresentava uma densidade populacional de 17,14 e a região do Contestado 6,60 habitantes por km<sup>2</sup>. Na década seguinte (1950), passa para 20,75 e 15,57, respectivamente. Em 1960, a densidade populacional do Contestado chega a 37,91 contra 30,76 habitantes por km<sup>2</sup> do estado como um todo, ultrapassando-a em 7,15 habitantes por km<sup>2</sup>. Em 1940, observe-se que o crescimento populacional do Contestado foi maior que o da média do estado, pois enquanto este pulou de 17,14 para 20,76 (subindo 3,62 pontos), o Contestado pulou de 6,60 para 15,57 (subindo 8,07 pontos), um aumento de 136% na densidade populacional se comparado a 1940 contra apenas 2,11% do estado como um todo. O aumento é ainda maior na década de 1950 para 1960. Enquanto o Espírito Santo como um todo registrava um aumento médio de 7,94% de aumento na densidade demográfica, na região do contestado este aumento foi de 474% pulando de 6,60 para 37,91 habitantes por km<sup>2</sup>, num prazo de 20 anos.<sup>97</sup>

Já no caso de Minas Gerais, verificamos que, segundo dados do mesmo censo, a população do estado tinha uma taxa de crescimento de 0,4% em 1940, enquanto no crescimento da população brasileira era registrada uma taxa de 1,5%. Entretanto, a população do Vale do Rio Doce registrava, nesse período, taxas de crescimento bem elevadas.

De acordo com a base cartográfica da carta do Estado de Minas Gerais, organizada pelo Departamento Geográfico do Estado (DGE), as principais diretrizes de povoamento apontavam que havia dois eixos principais. Um primeiro eixo, partindo do Espírito Santo por meio de Colatina, e o segundo eixo, de Resplendor, em Minas Gerais, por meio de Conselheiro Pena.

---

<sup>94</sup> IBGE, 1960.

<sup>95</sup> PONTES, Wallace Tarcisio. op. cit. p. 57.

<sup>96</sup> Entrevista concedida ao autor por Maria Belan Valente, 90 anos, ex-moradora de Mantena. Serra, 05/01/2014.

<sup>97</sup> MARUMATSU, op. cit. 77

Os dois sentidos convergiam para Mantena, a última grande área de terras devolutas do sudeste do Brasil.<sup>98</sup>

Quando o assunto é a formação política e social podemos verificar que o âmago do controle de mineiros e capixabas eram as cidades de Mantena, em Minas Gerais e Barra de São Francisco, no Espírito Santo. Essas eram aquelas que concentravam a maior parte da população urbana. Minas Gerais buscou exercer jurisdição na região, por meio da criação do município de Mantena, em 1942, desmembrado de Teófilo Otoni, em 1918, tornando-se distrito, na década de 1930.

Com implantação de um novo governo autoritário do então presidente Getúlio Vargas, em 1937, acrescida das alterações constitucionais que já citamos, foi acentuado maior predomínio jurisdicional na região. O governo de Minas Gerais criou, em 1939, o povoado de Benedito Quintino, futura cidade de Mantena, passando a aumentar seu poder estatal, elevando o número de autoridades e investindo em serviços públicos. Mantena foi a “capital” mineira no contestado, integrada à Capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, por meio da BR 381, na qual o trecho de 130 km ligava a uma das principais cidades do estado, Governador Valadares, o que resultava numa unificação à dinâmica estadual e também nacional.

A região de Governador Valadares experimentava um processo parecido de *boom* econômico, intensificada após ser construída a Rodovia Rio-Bahia que viabilizou o comércio da região. A construção da estrada até Governador Valadares era um pedido antigo amplamente debatido na Câmara Municipal como foi observado nos registros das atas de discussões, de 1948, que acreditavam na necessidade de incorporação da região ao restante do Estado.

Do lado capixaba foi estabelecida como cidade marco da jurisdição espírito-santense, a cidade de Barra de São Francisco, fundada poucos meses após a elevação de Mantena à categoria de município, em 1943, atualmente denominada como a “sentinela capixaba”. É interessante perceber que na formação do quadro de prefeitos da cidade, os cinco primeiros nomeados, de 1944 a 1947, eram todos militares de alta patente da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

Cabe esclarecer que Mantena e Barra do São Francisco, não eram os únicos municípios emancipados nesse período; outros municípios também se emanciparam, mas tiveram menos representatividade política na região. Podemos perceber, entretanto, a não ocorrência de uma desenfreada organização de municípios na região, algo que chamou nossa atenção, uma vez que

---

<sup>98</sup> EGLER, 1962, p.147.

poderia ser justificativa para o controle por meio do direito de posse, como garantiria a constituição de 1937 em virtude do aumento de habitantes.

A tabela a seguir mostra os municípios pertencentes à região com suas respectivas datas de emancipação:

**Tabela 2:** Cidades atuais da antiga região do Contestado e seus respectivos anos de emancipação política

<b>Cidades do Espírito Santo</b>	<b>Ano de emancipação</b>
Alto Rio Novo	1988
Mantenópolis	1953
Barra de São Francisco	1943
Água Doce do Norte	1988
Ecoporanga	1955
Mucurici	1953
Ponto Belo	1994
<b>Cidades de Minas Gerais</b>	<b>Ano de emancipação</b>
Mantena	1943
Itabirinha do Mantena	1962
Nova Belém	1995
Ouro Verde de Minas	1962
São João da Mantenhina	1993
Ataléia	1943

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017

Com isso, durante os anos de litígio uma série de querelas, ocasionada pela ausência de uma jurisdição definida, que oportunizou o aparecimento de diversos fenômenos de sociais foi uma característica em razão daquilo que denominaremos de “vazio jurisdicional”. Esse vazio jurisdicional, em meio esse campo de conflitos, favorece o advento de lutas por interesses individuais vinculados à questões políticas e econômicas, ou de grupos coletivos, articuladores de uma causa, como, por exemplo, a luta pelo acesso à terra.

Nota-se, com isso, a desqualificação dos aparelhos estaduais de manutenção da ordem pública, gerando implicações aos sujeitos inseridos nesse contexto, acarretando uma série de transtornos que exploraremos no 3 capítulo, por meio dos relatos orais de memória. É

importante especificar que tais transtornos acabam por impactar em maior intensidade àqueles com menores recursos financeiros.

No que diz a respeito institucionalidade, compreendemos que as instituições são estruturas que norteiam a ordem social e as ações do homem. O enfraquecimento das instituições frente ao processo de consolidação dos limites é algo que podemos verificar ao longo de nossas análises. Durante o processo de tentativas de consolidação dos limites entre Minas e Espírito Santo, vimos uma sequência de atos que colocavam em descrédito toda tentativa política por meio de instituições do judiciário de solucionar os problemas derivados da ausência estadual.

Percebemos, assim, que as disputas institucionais entre os poderes locais, em articulação com as capitais, Belo Horizonte e Vitória, eram motivados por interesses políticos, representados pelas elites locais. Resolver as problemáticas em torno dos limites Minas-Espírito Santo representava para esses grupos a perda de representatividade política e econômica.

De modo geral, o processo de consolidação dos limites seguia trâmites e ritos legais com ampla participação parlamentar para resolução dessa problemática. Os estados formam suas comissões parlamentares de inquéritos (CPI), discutindo a problemática em torno do caso apresentado, passando para o processo de discussões nas casas parlamentares. Assim, a reta final, seriam as aprovações das casas parlamentares e logo em seguida sanção do senhor governador de estado. Na verdade, o que se viu foi um jogo de interesses, que gerou uma série de crises institucionais. Algumas instituições estaduais e federais tiveram seus poderes violados a luz do vazio jurisdicional: o poder judiciário, o aparato público de segurança e os poderes exercidos por instituições políticas, como casas parlamentares tanto dos municípios emancipado como das assembleias estaduais.

Quando analisamos o poder jurídico verificamos uma série de imprecisões nas comarcas locais. Os estados passam a recorrer à justiça federal para solucionar alguns de seus embates sobre os limites ainda no início do século XX. Os anos pós 1930 foram registrados alguns processos que visavam definir a jurisdição estadual.

Alguns jornais de época noticiavam a problemática acerca das diversas crises institucionais como podemos verificar nas manchetes em destaques:

“Renuncia ao cargo de Governador Calos Lindenberg se ficar provado que o Espírito Santo invadiu Minas Gerais” - O Jornal, 1948

“Quer Deputado Capixaba que o Governo Federal intervenha em Minas” - O carioca, 1948.

“Invasão Mineira no Espirito Santo: governador Calos Lindenberg dirige-se ao senhor Milton Campos, em defesa do seu estado” - 1948

“Golpe espetacular para afastar o governador de Minas, atribuiu ao senhor Calos Lindenberg a participação do pessedista da sucessão presidencial”  
 “Não se pronunciará o STF no caso Minas- Espírito Santo” - Diário de Notícias, 1950  
 “Minas e Espírito Santo em contenda perante o Supremo: sustenta a questão de limites pelo Ministro Ribeira Costa” - Diário Carioca, 1950.  
 “Getúlio responsável pela crise Minas-Espírito Santo: deixou de resolver a questão de limites quando tinha meios e força para fazê-los, rejeitando o laudo do Serviço Geográfico do Exército” - 1951  
 “Eleições só para Presidente e vice-Presidente em Mantena: o povo da zona de litígio, não poderá exercer amplamente o voto” (Correio da Manhã, 1954).

Entre os estudos que tratam das questões que envolveram o contestado mineiro-capixaba, evidencia considerável interesse em mostrar um dos processos que emergem nesse vazio jurisdicional, a organização de correntes de cunho político e sócio religioso. Sobre isso, percebemos várias interpretações na historiografia acerca desses fenômenos e suas conjunturas. Quando pensamos acerca da sócio religião na zona litigiosa, vemos duas correntes; os messiânicos, e os não messiânicos.

Pesquisadores como Adilson Vilaça, Wallace Tarcísio Pontes e Elio Garcia, abordam a questão e sustentam a tese que a organização dos posseiros de Cotaxé, foi um movimento messiânico. Uma das reivindicações, em meio ao litígio entre Minas e Espírito Santo, foi a possibilidade de criar um estado separatista: estado União de Jeová. Desconstruindo essa tese, Vitor Lage, nega o messianismo e a criação do estado União de Jeová e toda representatividade em cima dessa narrativa.

Sendo assim, é importante dizer que não é nosso objetivo aqui nos debruçarmos em discutir as duas correntes. Acreditamos que as diversas interpretações sobre esse processo contribuem para historiografia preenchendo as lacunas que vem à tona sobre o tema. Nosso propósito é mostrar como o vazio jurisdicional, torna-se um campo profuso para o surgimento de fenômenos que tiveram considerável representatividade social, em meio as diversas disputas ocorridas na zona do contesto.

A sócio religião, foi um desses fenômenos, carregado de representatividade religiosa, conquistando seguidores e adeptos. Com isso, explanarei aqui, ainda que de forma sucinta, como ocorreu esse fenômeno que envolveu as lutas entre posseiros e grileiros, usando a bibliografia referente ao tema.

O pequeno distrito de Cotaxé, entre os anos as décadas de 1940 a 1962<sup>99</sup> presenciou-se fortes conflitos entre posseiros e grileiros. O primeiro grupo, os posseiros, ficavam sobre

---

<sup>99</sup> Essa temporalidade é adotada por pesquisadores que se aprofundaram nos estudos acerca dos eventos em torno. Elio Garcia, afirma que há duas fases no processo de lutas. Uma que vai de 1940 a 1950 e outra que vai de 1950 a 1963.

constante ameaça do segundo, os grileiros. Esses últimos poderiam contar como suporte o aparato da polícia a seu favor. Isso porque muitos grileiros, mesmo de forma irregular, detinham documentação acerca das terras, o que os favorecia dentro da legalidade jurídica. A partir daí a luta entre os dois grupos era certa. É bom dizer que algo compartilhado pelas duas correntes sobre os estudos em torno do processo ocorridos no distrito de Cotaxé, é a luta pela terra por parte dos posseiros.

A luta pela posse de terras passa do processo religioso ao político. Criado a União dos posseiros de Cotaxé (UPC) e a simpatia pelo Partido Comunista do Brasil, favoreceu o diálogo entre as duas organizações políticas. Segundo Elio, o partido comunista “faz sua aparição naquela área e passa a atuar em conformidade com sua linha política mediante a transição”.<sup>100</sup> Favorecendo a organização política em forma de resistência camponesa sobre a liderança de Udelino Alves de Matos.

O que se sabe é que Udelino Alves de Matos foi um migrante vindo da Bahia, chegando à região do distrito de Cotaxé, por volta de 1940. Elio Ramires descreve-o da seguinte forma,

“Místico, bem falante e com certas luzes, sabia, inclusive, ler e escrever. Estava sempre vestido com uma fatiota preta, que lhe conferia um aspecto de seriedade, com bolsos largos o suficiente para transportar um exemplar da Bíblia Sagrada, a qual era sacada em todos os momentos que considerasse oportuno”<sup>101</sup>

As características citadas acima na descrição do autor nos remetem ao imaginário construído em torno da figura de Udelino. Logo, torna-se líder dos posseiros, pois destacou-se tanto pela sua postura de liderança, quando pela vantagem sobre os demais pelo fato de dominar a leitura e escrita. Muitos posseiros foram alfabetizados por ele, aumentando ainda mais seu prestígio junto à população. Segundo Vitor Lage, os posseiros de Cotaxé

“Era uma comunidade agrícola que desejava trabalhar com a ideia de pequenas propriedades de terras em que todos tivessem acesso a ela. Para além do objetivo principal, é importante notar que havia, também, um incentivo a alfabetização, além de uma divisão organizacional do trabalho. Era, portanto, uma articulação preocupada com sua organização e com desenvolvimento dos seus participantes”.<sup>102</sup>

A principal demanda defendida pelos posseiros de Cotaxé era a distribuição de terras em pequenas propriedades. Esse discurso logo desagradou as elites agrárias locais. Com apoio da máquina pública a seu favor, muitos fazendeiros conseguiram reprimir o movimento

---

<sup>100</sup> ELIO, op. cit. p.14

<sup>101</sup> ELIO, op. cit. p.69

<sup>102</sup> PENA, op. cit. p. 29

Udelinista. O apoio das polícias militares do Espírito Santo e, posteriormente, a de Minas Gerais foi decisiva para sufocar o movimento e assim acabar com as ideias em torno da luta dos posseiros.

Desse modo, o que podemos verificar foi a forte atuação das elites dominantes locais. Esse grupo conseguiu ao longo do período de disputas uma série de vantagens em todas as esferas do constado. O crescimento populacional, apresentado no decorrer deste texto, evidencia mais uma vez, a pertinência da pesquisa que vem sendo desenvolvida, considerando que estamos tratando de uma região de indefinições jurisdicionais com acentuado crescimento econômico e populacional. Dessa perspectiva emerge a questão: como a população local vivenciou tais situações?

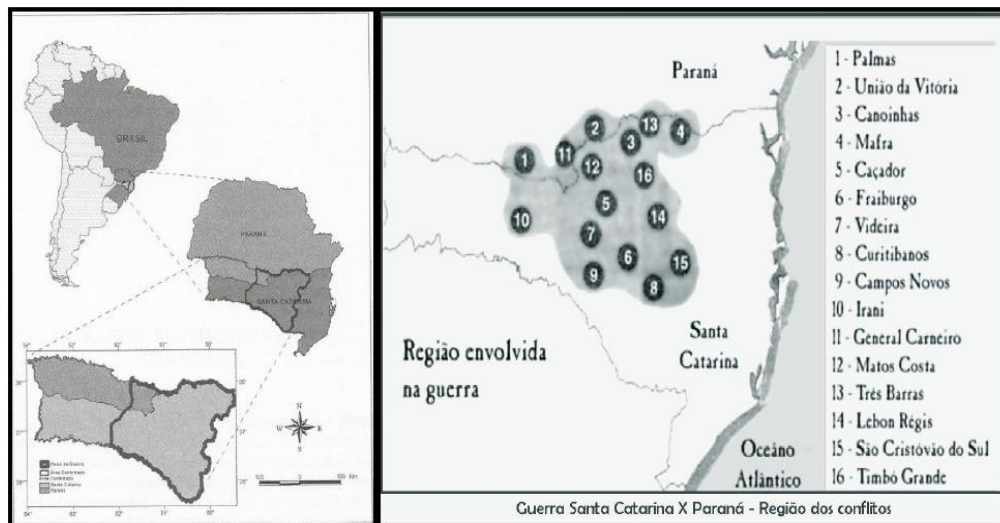
Em suma, a análise construída acerca do processo de delimitação das fronteiras de Minas Gerais e do Espírito Santo, atesta que a área contestada surge como consequência da lógica de inserção da região a uma economia de mercado capitalista. A introdução, portanto, de atividades econômicas, fundamentada, especialmente, no extrativismo; exploração da madeira, à frente do café, e do avanço da pecuária, ocasionou um elevado processo migratório, que convergia para região despertando interesses privados e estaduais na posse e controle do território em litígio. Em virtude do vazio jurisdicional ocorreram uma série de desdobramentos.

### **2.3: Fenômenos semelhantes e outras conjunturas: O contestado do Sul 1912 a 1916**

Como forma de comparar os efeitos causados sobre o impacto acerca vazio jurisdicional nos limites entre Minas e Espírito Santo, achamos pertinente verificar, na história nacional, outro evento histórico que apresentasse certa semelhança. Nesse sentido, nossa análise será feita de forma comparativa tendo como referencial os processos ocorridos na “Guerra do contestado” no sul do Brasil entre os anos de 1912 e 1916, tendo como cenários os limites os estados do Paraná e Santa Catarina, como podemos observar no mapa abaixo:



**Mapa 6:** Contestado do Sul, 1912 a 1916, entre Paraná e Santa Catarina



FONTE: Fraga, 2010, p. 25

Com uma área geográfica de aproximadamente “30.000 ou 40.000 quilômetros quadrados, entre os rios Negro e Iguaçu, ao norte, e Uruguai, ao sul. Ainda não oficialmente demarcada, essa vasta superfície era disputada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina.”<sup>103</sup> Em termos de comparações territoriais com o contestado de Minas e do Espírito Santo, era três vezes maior.

De acordo com Nilson Fraga, são várias razões motivadoras dos conflitos, pois, a região vivenciou ao mesmo tempo uma série de fenômenos, “ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções, uma disputa pela posse de terras, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais, e uma questão de limites interestaduais”<sup>104</sup>. Por uma questão de ordem econômica, a desapropriação das terras dos sertanejos para instalação de Companhia Brazil Railway Company, do magnata norte-americano Percival Farquhar, foi autorizada pelo presidente Afonso Pena. O governo cedeu em torno de 30.000km<sup>2</sup> de terras para a construção de uma estrada ligando o Estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul, passando pelo espaço territorial do contestado. O principal objeto de Farquhar era extrair as riquezas, como madeira, abrindo campo para comercialização interna e externamente.

Os coronéis desse período, representantes das elites locais, eram em sua grande maioria proprietários de terras. A base econômica destes latifundiários estava pautada na criação de gado e produção da erva-mate, produtos largamente comercializados no sul do Brasil. É

<sup>103</sup> AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1998. p.4.

<sup>104</sup> FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido**. “Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. Blumenau: Hemisfério Sul, 2010. p.139.

importante ressaltar que este período da história do Brasil republicano é marcado pela influência desse grupo na política regional. Outra figura marcante desse conflito era a figura do sertanejo, os caboclos locais, fortemente ligados a terras. Para esse grupo, a disputa entre Paraná e Santa Catarina não se fazia como uma questão central, afinal, a prioridade era necessário garantir o sustento retirado da terra. Assim, enfatizou Naroznak, os “problemas eram o de sobrevivência numa região pobre e abandonada”.<sup>105</sup>

Esse quadro passa a mudar com o fim da construção da estrada de ferro. Milhares de trabalhadores trazidos de várias regiões do Brasil pela companhia de Faquhar ficariam à revelia, sem ocupação laboral, favorecendo o aumento dos conflitos em virtude de atos como invasões de terras e saques. Para Narazoniak, uma figura que ganha destaque são os monges. Entre eles José Maria que logo se destacou em virtude do seu discurso de caráter sócio religioso. Logo, desamparados pelo Estado brasileiro, os camponeses passaram a comprar sua narrativa, adotando José Maria como um representante do campesinato.

Com o início da exploração da madeira, um dos objetos da empresa de Faquhar tornou-se necessário desocupar as áreas povoadas pelo campesinato. Em razão disso, foi criada uma milícia que praticava atos coesivos com extrema violência contra os camponeses locais. O processo de desocupação das terras locais favoreceu a criação de redutos que passariam a receber grande influência do discurso de José Maria, agora visto como uma liderança social.

Para Jorge Bittencout algumas redutos poderiam conter um grande número de habitantes, como, os redutos de Taquaruçu, Caraguatá e Santa Maria, pois, “em momentos diferentes da guerra receberam populações aos milhares”.<sup>106</sup> A partir disso, os governos passaram a ver os levantes dos sertanejos com olhares negativos, e a intervenção por forças militares tornou-se uma realidade. O deslocamento de sertanejos do reduto de Taquaruçu para o reduto de Irani foi visto pelo governo do Paraná como uma invasão ao seu território. Nesse contexto, ocorre a morte do monge José Maria e do coronel João Gualberto. Essas mortes, tornam-se motivações para a luta entre os camponeses e as elites locais entre os anos de 1912 a 1916. Esse conflito produziu uma série de líderes ao longo de suas disputas e marcado pela união das elites regionais dos dois estados com o governo federal com intento de sufocar os levantes dos camponeses.

Nas redes intelectuais há várias interpretações acerca do movimento do contestado do sul. Há grupos que defendem sua atmosfera messiânica, outros, seu caráter relacionado ao

<sup>105</sup> NAROZNIAK, Jorge. **Histórias do Paraná**. Curitiba: Arowak, 2010. p.159.

<sup>106</sup> BITTENCOURT, Adgar. **Adeodato: vancê é nosso “último” chefe**. (Guerra do Contestado, uma visão holística). Joaçaba:Ed. Do Autor, 2012. p. 81.

processo de dominação agrária das elites regionais, ainda na Primeira República que viam nesses fenômenos a possibilidade de perder o poder até então adquirido por grupos ligados a terra. O que vemos de fato são as lutas sociais de grupos amplamente excluídos do processo de inserção social que deveria ser promovido pelo Estado, como, por exemplo, o acesso à terra.

O fato dos camponeses do Sul estarem lutando nesse processo envolvia a luta e o acesso a políticas públicas que visassem melhorias no campo, inserindo essa população a uma lógica social com garantia de seus direitos. Assim enfatizou o geógrafo Rogerio Haesbart: “Sociedade e o espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, territorial”.<sup>107</sup>

Brevemente tentamos apontar quais motivações e consequências levaram ao surgimento do contestado do sul. De modo comparativo, conseguimos perceber que ambos os processos compartilham diversas semelhanças. O que se deu no fenômeno do Sul foi um processo envolto de interesses capitalistas: exploração e inserção da região a lógica de mercado, com atuação das elites dominantes e o aparato estatal a favor desse grupo. No meio desse jogo de interesses há o campesinato local, que acabou ficando à mercê dos mandos e desmandos das elites regionais. Fator que favoreceria o alinhamento ao discurso sócio religioso, uma vez que o Estado não era um aliado desse grupo.

Nesse sentido, a partir das fontes disponíveis e da bibliografia acerca de ambos os temas, elencamos os principais pontos de equivalência e que foram vivenciados em ambos os fenômenos, uns mais intensos e outros geraram menos impactos, mas que no fim, em virtude do vazio jurisdicional, ocasionou uma série de problemáticas a poluição local:

- Inserção das regiões a lógica capitalista de exploração das riquezas naturais;
- Conflitos entre posseiros e grileiros;
- Movimentos sócio religiosos;
- Autoritarismo e forte atuação das elites locais;

Sendo assim, percebemos até aqui que os fenômenos em torno do vazio jurisdicional, em diferentes temporalidades ocasionaram uma série de complicações sociais. No próximo capítulo, a partir de olhares da população que vivenciou de perto os transtornos do contestado

---

<sup>107</sup> HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do ‘fim dos territórios’ à multiterritorialidade**. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 20.

mineiro capixaba, pretendemos observar tais complicações a partir dos agentes sociais que vivenciaram na região litigiosa e perceberam que estavam imersos em constantes lutas pela sobrevivência nessa localidade.

### **CAPÍTULO 3: “INQUIETAÇÕES E DESASSOSSEGO”: MEMÓRIAS E NARRATIVAS DO CONTESTADO MINEIRO-CAPIXABA SEGUNDO OS AGENTES SOCIAIS**

Neste capítulo vamos discorrer sobre a seguinte questão: quais as implicações e problemáticas foram as vivenciadas pelos agentes sociais da região do contestado mineiro capixaba? Nessa perspectiva, partiremos da memória local narrada pelos moradores atuais e antigos com o intento de perceber como os agentes sociais inseridos nessa zona litigiosa vivenciavam tais inquietações e os desassossegos provocados pelo contexto de indefinição estadual. No meio de jogo de interesses, os agentes sociais sentiam na pele o drama de viver em uma região litigiosa. Buscamos aqui identificar quais eram esses dramas.

Este capítulo encontra-se dividido em cinco tópicos. O primeiro abrirá campo para nossas discussões e problematizações, onde iremos tratar sobre alguns conceitos balizadores da articulação entre memória e História. No segundo, abordaremos sobre a importância da oralidade na narrativa histórica e como outras fontes foram complementares em nossas análises. No terceiro tópico discorreremos sobre os agentes sociais que foram norteadores em nosso trabalho. No quarto analisaremos os impactos de ordem individual: identidade, cidadania e pertencimento. Por fim, nos concentraremos em analisar os principais impactos de ordem coletiva vivenciados pela população local.

#### **3.1: História e memória: considerações acerca desse diálogo**

Por intermédio dos relatos orais de memórias, fomos levados a navegar por entre as histórias e analisar os principais temas que eclodiam nas falas daqueles sujeitos que presenciaram o processo de consolidação da fronteira Minas-Espírito Santo. Como resultado, a reconstrução histórica narrada pelos agentes sociais envolvidos nesse processo ocasionou a problematização dos principais impactos individuais e coletivos, possibilitando, assim, valorizar as “experiências de grupos e setores reprimidos e sem registros de históricos oficiais”<sup>108</sup>, nesse caso, a população de uma área de litígio.

Para os fins desta pesquisa, em um primeiro momento, nos atentamos em alguns conceitos balizadores do uso da memória e da prática de história oral, considerando o caráter representativo dos mesmos. Em um segundo momento, aventaremos sobre as narrativas dos

---

<sup>108</sup> VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro & Delgado, Lucília Neves(org.). *História Oral: teoria, educação e sociedade*. Juiz de Fora, 2006.p.13.

entrevistados e suas respectivas memórias acerca das experiências vivenciada em relação aos transtornos sócio-políticos causados aos mais diversos agentes sociais.

A perspectiva é observar “a partir de suas múltiplas memórias” quais as possíveis implicações rememoradas por esses, agentes sociais, bem como os elementos contidos em suas narrativas de trajetórias e nos fragmentos de relatos de vida que contribuem para o entendimento do nosso objeto de análise. Essa abordagem é pertinente na medida em que permite compreender os anseios e as demandas políticas e sociais da região no contexto em litígio. Com isso, o debate epistemológico torna-se necessário ao longo do desenvolvimento de uma pesquisa acadêmica, posto que o conhecimento científico fornece sustentação às hipóteses apresentadas no percurso da nossa investigação. Isto é, o posicionamento teórico tem sua importância na compreensão do saber histórico.

Nesse sentido, *a priori*, compreender o diálogo estabelecido entre *História e memória* enquanto fomentadores da historicidade a partir da identidade individual e coletiva de cada sujeito social se faz necessário, uma vez que neste capítulo será traçado o uso da memória enquanto principal “matéria-prima” para esta pesquisa. Dessa forma, o ponto de partida de nossa discussão é perceber que apesar desse profícuo diálogo, ambas se distinguem uma da outra, entretanto, fazer memória implica história e vice-versa.

É importante enfatizar que os interesses pela produção de estudos voltados para uso da memória enquanto objeto de pesquisa ganham maiores contornos a partir da década de 1970, com advento da história das mentalidades. Com intuito de compreender a história social e os sujeitos nesse contexto inseridos, usar a memória, tornou-se indispensável, possibilitando novas produções e novos olhares a dinâmica social. Esta nova possibilidade ocasionou mudanças na narrativa histórica, valorizando a experiência do indivíduo, rompendo com paradigmas da historiografia tradicional, em favor de uma história que passou a inclinar-se para as estruturas sociais.<sup>109</sup>

Acreditamos que entre as discussões que a presente pesquisa vem tecendo, ecoar acerca do papel da memória no trabalho do historiador, constitui-se âmbito do “saber histórico”, pois doravante no momento que em nosso estudo se propõe resgatar a memória histórica, trazemos à tona os sujeitos desta história. Com isso, Peter Burke, salienta que os historiadores devem ter interesse pela memória, partindo de duas perspectivas; um primeiro ponto é estudar a memória enquanto fonte histórica, tecendo críticas sobre a “confiabilidade da reminiscência no teor da crítica tradicional de documentos históricos”.<sup>110</sup> Um segundo ponto, exposto por Burke, é que

---

<sup>109</sup>REIS, op. cit. p.20

<sup>110</sup>BURKE, Peter. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. p.73

os historiadores se interessem pela memória como um fenômeno histórico, aquilo que “poderia chamar de história social do lembrar.”<sup>111</sup>

Seguindo essa linha de pensamento, Lucília Delgado salienta que “a memória é uma construção sobre o trabalho passado, atualizado e renovado no tempo”<sup>112</sup>. Quer dizer, na concepção da autora, o tempo presente pode influenciar o fato passado. Henry Rousso apresenta um ponto que reforça tal perspectiva ao salientar que a memória é sempre do presente, pois, para o autor:

“Um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou ator da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade. Essa versão é não só legítima, devendo como tal ser reconhecida (pode um historiador impedir alguém de exprimir-se sobre o seu passado?), como também indispensável para todo historiador do tempo presente.”<sup>113</sup>

Sendo assim, a memória é um conhecimento do passado que é guiado pelo presente, afinal, o tempo assume “um caráter abstrato e concreto as suas múltiplas e muitas vezes enredadas formas de manifestações na dinâmica da história”<sup>114</sup>. Concomitante a essa abordagem, Antônio Torres Montenegro, acentua que a temporalidade da memória diferencia-se da histórica, pois, a “construção está associada ao vivido, como dimensão de uma elaboração da subjetividade coletiva e individual, associada a toda uma dimensão do inconsciente.”<sup>115</sup>

Contemplar a capacidade humana de rememorar aquilo que já foi vivido nos leva a entender memória enquanto conhecimento que utiliza das lembranças pessoais, mas, também orquestrado pelos jogos individuais e de interesse coletivos. É um compartilhamento de lembranças e discursos acerca do passado sem muito senso crítico. Com esse fim, o modo como as lembranças são arranjadas imortalizam lugares, lugares esses que, por sua vez, podem despertar os mais variados sentimentos passados. Assim enfatizou Pierre Nora sobre os lugares de memória como “lugares, com efeitos nos três sentidos da palavra, material, simbólico e

<sup>111</sup>BURKE, Peter:200: 73

<sup>112</sup> DELGADO, Lucília de Almeida N. *História Oral*: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.p.6

<sup>113</sup> ROUSSO, Henry. **A memória não é mais o que era**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 4a ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p.93.

<sup>114</sup> DELGADO, op. cit. p.20

<sup>115</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.p. 20.

funcional”, sendo assim, a memória está permanentemente ligada ao lugar e ao território que nele se insere determinado processo.

Jacques Le Goff elucida memória como “propriedades de conservar certas informações que nos remete em primeiro lugar a um conjunto de informações psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele represente como passadas”<sup>116</sup>. Dentro deste debate, a memória pode virar um discurso, uma reconstrução do passado que serve para atender os interesses do presente glorificando ou demonizando os elementos desse passado.

Nessa mesma ótica Michael Pollack divide memória em dois tipos: a relacionada com a individualidade, ou seja, “acontecimentos vividos pessoalmente” e a que se relaciona com a coletividade, melhor dizendo, acontecimentos “vividos pela coletividade”. Enquanto isso, para Maurice Halbwachs, as lembranças de determinado fato ou lugar são reveladas pelos grupos que fazem parte da sociedade, pois, “uma ou várias pessoas, reunindo suas lembranças, possam descrever muito exatamente o fato ou os objetos que vimos ao mesmo tempo que elas, e mesmo reconstituiu toda a sequência de nossos atos e de nossas palavras dentro de circunstâncias definidas, sem que nos lembrássemos de tudo aquilo”<sup>117</sup>

As noções e imagens que tomamos dos meios sociais não se fazem do modo exclusivo pelas lembranças individuais, pois a memória coletiva se faz presente a contar da inserção dos indivíduos em determinados grupos. Logo, a memória individual existe sempre a começar de uma memória coletiva, posto isso, todas as lembranças são construídas no interior de um determinado grupo.

Nesse sentido, segundo Halbwachs, o indivíduo que lembra é sempre um indivíduo inserido e habitado por grupos de referência, ou seja, para Halbwachs, a memória coletiva é soberana em relação a memória individual. Complementando as ideias de Halbwachs, Ecléa Bosi, assinala que mesmo a memória sendo a sobrevivência do passado, ela não fica excluída de sofrer profundas mudanças no decorrer do tempo. Sendo que, rememorar um acontecimento nada mais é que constituir representações que interpretam o nosso imaginário hoje.<sup>118</sup>

Em linhas gerais, podemos inferir que o trabalho com memória é compreendido como o confronto entre diferentes pontos de vista que coexistem com o indivíduo. Voltar nossos

---

<sup>116</sup> LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003. p. 419-476.

<sup>117</sup> HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990. p.27.

<sup>118</sup> BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorai, 2003. p.55.



olhares ao sujeito na abordagem histórica se mostra de fundamental importância para o andamento de uma pesquisa que se propõe desenvolver uma empreitada relacionada à memória.

Assim sendo, apoiado nas narrativas orais das pessoas que vivenciavam os anos de conflitos na zona do contestado, foi possível confrontar temas corriqueiramente citados que podem nos dar um panorama da situação vivenciada pela população em distintos campos sócio-políticos e como reagiam os agentes sociais inseridos nesse contexto de disputas e suas problemáticas.

### **3.2: Oralidade: possibilidades e diálogos**

No que tange a aplicação da história oral enquanto recurso metodológico central para responder aos questionamentos levantados no decorrer deste capítulo, foi dotado de procedimentos específicos, teóricos-técnicos e metodológicos, para trabalhar memória. Esta perspectiva metodológica engrandece nosso trabalho em razão da riqueza contida nos relatos orais. Conforme salientou Thompson o trabalho com história oral sofreu certa resistência por parte de muitos pesquisadores que consideravam esse tipo de fonte um material de “segunda classe” em virtude da possibilidade de ocorrer equívocos e a falta de objetividade. Com pesquisas voltadas a analisar a Segunda Guerra Mundial, esse campo passou a ser maior explorado com os estudos de Jan Vlasina e John Fage, que desbravaram esse campo para que na Inglaterra e Itália surgissem importantes centros de estudos voltados a oralidade.

Segundo a pesquisadora Patrícia Lage de Almeida a escolha da história oral como abordagem alternativa produz mais que um simples ordenamento de relatos descritivos de vida; pode ser aliado ao processo de produção historiográfica, como portadora de pensar de um novo que qualifique memória e história sob o ponto de vista do ator social. Alzira de Abreu nos convoca a refletir o conceito de história oral enquanto fonte de pesquisa ao salientar que “o conceito de fontes se ampliou e a ideia de que elas foram produzidas ao longo do tempo se completa com a aceitação de que o historiador constrói suas próprias fontes”.<sup>119</sup>

Em outras palavras, o pesquisador que se propõe usar a oralidade para reconstruir os eventos históricos, estará constituindo uma gama de possibilidades ao estabelecer um diálogo entre pesquisador e narrador, uma vez que o percurso escolhido por ele pode ampliar a experiência do narrador frente ao processo histórico vivenciado. Para Ângela de Castro Gomes é muito característico dos depoimentos orais visualizar os fatos do passado de maneira

---

<sup>119</sup> Abreu, Alzira. *Intelectuais e Guerreiros*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992. p.195.

individual, ocasionando um novo dimensionamento dos fatos. “Afinal o “passado” que para o pesquisador é uma questão a ser compreendida, para o depoente é a vida vivida”.<sup>120</sup>

Em razão disso, quando percorremos a “trilha dos relatos” na antiga região de disputas, presenciemos por meio das narrativas orais os diferentes ângulos apresentados pelos agentes sociais e como esses visualizam os transtornos sociais e o imaginário passado. Com isso, o nosso interesse pela oralidade se materializa na possibilidade de perceber na vida cotidiana as experiências desses sujeitos e seguir os passos apontados por eles. Corroborando a esse pensamento, Gomes salienta que as fontes orais podem colaborar com a pesquisa acadêmica, dado que obrigam o pesquisador a uma forte interação com seu objeto, enriquecendo-o com uma nova sensibilidade”<sup>121</sup>.

A história oral, surge como meio de trazer à tona, novas meditações ao possibilitar aos historiadores vestígios da oralidade humana. Sobre a história oral, Verena Alberti, amplia sua reflexão ao defini-la como:

“[...] um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam”<sup>122</sup>

Nesse sentido, a história oral, enquanto ferramenta metodológica “é à força de qualquer história metodologicamente correta”<sup>123</sup>. Por meio dos depoimentos dos atuais e antigos moradores da região foi possível reconstruir, sobre diferentes narrativas, os reflexos causados aos sujeitos sociais e identificar as interpretações desses atores acerca dos anos de conflitos. Sendo assim, a escolha, em primeiro lugar pela história oral como método nesta pesquisa não foi feita apenas para obter respostas, mas também, perceber a partilha da experiência vivida mediante os impactos causados pela ausência estadual e jurisdicional a população de um território litigioso.

Com isso, partilhamos da afirmativa de Paul Thompson que sustenta a ideia que “a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas por que suas vidas são menos prováveis de serem

<sup>120</sup>GOMES, Ângela Castro (coord.). **Velhos Militantes**. RJ, Jorge Zahar, 1988. p. 7,8.

<sup>121</sup>GOMES, Ângela, 1988.p.8.

<sup>122</sup> ALBERTI, V. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990. p. 18.

<sup>123</sup> BURKE, 1992, p.94.

documentadas nos arquivos”<sup>124</sup>. Isso, em parte, pela possibilidade deste mecanismo de pesquisa conseguir visualizar/contemplar pessoas comuns.

Nesta pesquisa os relatos orais de memória apresentados são de sujeitos que presenciaram entre os anos de 1937 e 1963 e tiveram alguma experiência com o processo de consolidação dos limites Minas-Espírito Santo. Todas as entrevistas foram estruturadas seguindo uma lógica narrativa, levando em consideração a vivência dos indivíduos na região e sua aproximação com os eventos relacionados aos anos de litígio. Com isso, pensamos na organização dos agentes sociais no contexto ao qual eles estavam inseridos. Do ponto de vista de Alessandro Portelli, os princípios éticos relacionados à história oral compreendem para os,

“[...] historiadores orais tem a responsabilidade não só de obedecer a normas confiáveis quando coligem informações, como também de respeitá-las quando chegam a conclusões e fazem interpretações- correspondam ou não aos seus desejos e expectativas”<sup>125</sup>.

A partir das discussões referidas acima, construímos uma base sólida para as problematizações propostas até o momento. Assim, podemos nos debruçar sobre as problemáticas analisadas por meio das narrativas orais para recompor a trajetória dos moradores locais.

É importante enfatizar que, enquanto prática de pesquisa, transcrevemos os relatos cedidos para essa pesquisa do modo como os depoentes se expressavam, a fim de refletir exatamente as palavras proferidas pelo entrevistado. Assim, conservamos alguns vícios de linguagem e repetição de termos.

Salientamos que a recomposição desse período não se fará apenas pelas fontes orais. Também nos auxiliam alguns documentos como as fontes da imprensa nacional, mineira e capixaba, para além de material audiovisual com testemunhos de pessoas entrevistadas por esse mecanismo de pesquisa.

No caso das fontes audiovisuais, evidenciamos que no ano de comemoração dos 50 anos de resolução das fronteiras Minas-Espírito Santo, em 2013, foi produzido o documentário de acesso público, “*O contestado 50 anos*”. Esse documentário coordenado pela produtora *Jucutuquara Filmes* e dirigida pelo produtor cultural, Cloves Mendes, nascido na região onde permaneceu por alguns anos, construindo ainda nos dias atuais fortes laços. Tal produção, traz importantes narrativas que usaremos ao longo do percurso deste capítulo. Festejada como forte

---

<sup>124</sup> THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade**. História Oral, n. 5, p. 9-28, 2002.

<sup>125</sup> PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e fontes orais**. Tempo. Rio de Janeiro, 1997. p. 13.

caráter memorialista, a festa dos 50 de definição das fronteiras Minas-Espírito Santo, contou com a participação dos governadores de estado deste ano, para além agentes do período.

Sobre a articulação da história oral e o registro audiovisual, compartilhamos do pensamento de Ana Maria Mauad e Paulo Knauss a respeito do uso deste recurso de pesquisa, quando os autores salientam que o conteúdo audiovisual pode ser a “expressão mais adequada para cruzar textos e imagens, e, ainda, retornar aos entrevistados um produto do seu trabalho de rememoração.”<sup>126</sup> Isto é, a produção audiovisual pode possibilitar a historiografia enormes contribuições no que se refere a trazer inovações e compor uma gama de possibilidades a narrativa histórica.

Com isso, entre as várias pessoas entrevistadas pelo diretor Cloves Mendes, almejando reconstruir a memória do contestado sobre a ótica das narrativas orais, destacaremos algumas entrevistas que mostram o cotidiano da localidade. Alguns temas, citados nas falas dos entrevistados, podem revelar o drama da população local e o trato dado pelo poder estatal e as relações conflituosas entre as elites locais. Este trabalho nos possibilitou importantes considerações acerca da representação desse processo histórico no imaginário social dos agentes sociais que vivenciaram o período. Com isso, foi possível verificar os principais impactos causados à população, também do ponto de vista audiovisual.

Por outro lado, fontes da imprensa corroboram para confirmar alguns relatos de memória. Nesse sentido, na caminhada que trilhamos ao trabalhar as memórias dos moradores, encontramos inúmeros periódicos que atestam as problemáticas na região. No contexto referido, analisamos as representações das fontes impressas acerca da experiência e as tensões políticas e sociais, vivenciadas pela população local na região dos conflitos.

Quando somos remetidos ao uso das fontes impressas, Tania de Lucas, destaca que este tipo de fonte de investigação, também pode produzir importantes problematizações e contribuições à historiografia. Pois, “reconhecia-se, portanto, a importância de tais impressos e não era a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História, por meio da imprensa”<sup>127</sup>.

Como isso, compreendemos que esse período não será reconstruído apenas pelas fontes orais de memórias. Outras fontes como conteúdos audiovisuais e jornais do período, constituirão também como ligação para recompormos a visão da população acerca do

---

<sup>126</sup> MAUDE, Ana Maria & Knauss Paulo. **Memória em movimento**: a experiência ideográfica do LABHO, UFF. p.143-158. 2006

<sup>127</sup>LUCA, Tânia Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassaneze. *Fontes Históricas*: São Paulo: Contexto, 2005.p. 35.

contestado. Tais fontes reproduzem pertinentes informações que podem ir ao encontro das narrativas orais, corroborando para hipóteses levantadas nesta pesquisa. Neste contexto é que a imprensa se torna importante material analítico.

Logo abaixo, listamos os principais periódicos que noticiavam os acontecimentos nos limites entre Minas e Espírito Santo. Com tanto, inferimos que, dada a gama de períodos e os variados locais de suas publicações, evidenciamos que jornais de circulação em todo território nacional, relatavam os processos na zona de disputa Minas-Espírito Santo, tornando os processos que estavam acontecendo na região de conhecimento público. Apesar disso, como podemos observar na tabela, pouco noticiado em Minas Gerais.

**Tabela 3:** Lista com os principais periódicos impressos

<b>Periódicos</b>	<b>Local de circulação</b>
<i>Diário do Rio Doce</i>	Governador Valadares
<i>Diário da Noite</i>	Rio de Janeiro
<i>Jornal O Globo</i>	Nacional
<i>Diário de Notícias</i>	Rio de Janeiro
<i>Jornal A manhã</i>	Nacional
<i>Tribuna de Niterói</i>	Rio de Janeiro
<i>Correio da manhã</i>	Rio de Janeiro
<i>Diário Correio da Noite</i>	Rio de Janeiro
<i>Jornal a Gazeta</i>	Espírito Santo
<i>Diário Carioca</i>	Rio de Janeiro
<i>Diário de São Paulo</i>	São Paulo

FONTE: Elaborada pelo autor por meio de levantamento de jornais do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e do Arquivo, Arquivo Público Mineiro e privado do jornal Diário do Rio Doce da cidade de Governador Valadares.

Por intermédios dessas questões é que voltaremos nossos olhares para analisar as entrevistas desta pesquisa mostrando que as distintas fontes denotam uma imagem particular em relação aos eventos ocorridos nessa região. Ao contemplamos a História Oral destacamos que poderemos ser um dos últimos pesquisadores a encontrar sujeitos dispostos a dar o seu testemunho.

A partir desse contexto é que o ponto central desta investigação vem à tona: quais eram os transtornos e constrangimentos vivenciados por uma crescente população de uma região de contestado? Esta indagação foi nossa motivação, visto que a experiência vivenciada por essa população, sujeitada a uma série de dificuldades de ordem coletiva e individual, é pouco explorada pela historiografia.

### 3.3. Nas “trilhas da memória”: os agentes sociais em cena

Quando iniciamos nosso percurso nesta pesquisa nos deparamos com uma variada tipologia documental: documentos escritos, jornais impressos, documentários audiovisuais, relatos orais, fotografias e mapas cartográficos, fontes que tratavam sobre nossa respectiva temática. Esta multiplicidade de recursos de pesquisa possibilitou a análise histórica das conjunturas sociais em diferentes períodos, ajudando a responder nossos questionamentos. Representando, assim, uma imersão e foco no nosso objeto analítico, por meio destes distintos mecanismos supracitados.

Entretanto, pode-se por meio da oralidade, avaliar a gravidade do contexto envolto nos anos de litígio, visto que as representações dos fatos, foram narradas levando em consideração a linguagem e subjetividade humana, reconstruindo as marcas do tempo. Certo disso, interpretou Portelli:

“Representações e “fatos” não existem em esferas isoladas. As representações se utilizam dos e alegam que são fatos; os fatos reconhecidos e organizados de acordo com as representações, tanto fatos quando representações convergem a subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”.<sup>128</sup>

Assim, selecionamos sujeitos que tiveram alguma participação ou vivenciaram os processos ocorridos na região do contestado. Verificamos as representações individuais e coletivas, adotamos a seguinte lógica, a) os sujeitos diretamente ligados à política local e estadual que acompanharam os processos de consolidação dos limites; b) um segundo grupo, representado por aqueles que não estavam ligados diretamente às redes de sociabilidade política, mas sofriam o drama de viver em uma região de litígio; c) o terceiro grupo, representado pelas atuais gerações buscando perceber qual era a memória que tinham acerca dos conflitos. Com isso, nos preocupamos em representar os diferentes grupos e atores sociais,

---

<sup>128</sup> PORTELLI, 1998:103-130

e como esses protagonizaram em algum momento as vivências registradas trazidas à tona nas suas recordações.

Nesse sentido, no conjunto depoimentos analisados aspiramos refletir e interpretar as representações acerca destes diferentes grupos; *emoções, reações e narrativas*, e como se davam as relações sociais entre eles, na materialização da construção da memória. Nosso intento, é compor o clima de tensão que se dava na região do contestado, e como a construção de memória da população local influência na reconstrução dos fatos narrados. Assim podem se intercalar a um tempo simultâneo, “pois o indivíduo constrói a narrativa sobre as experiências passadas com as ferramentas que possui no seu presente, e isso torna-se muito claro quando se trabalha com história oral”.<sup>129</sup>

Dessa maneira, este caminho trilhado nos levou a percorrer nas “*trilhas da memória*” onde encontramos diferentes narradores, que por intermédio dos relatos de memória, intercambiaram as experiências que vivenciaram os anos de conflitos. Esta perspectiva nos permitiu problematizar/compreender como o cruzamento entre memória coletiva e individual, podem lançar novas questões a pesquisa histórica. Seguindo esse ponto de vista, Maria Celia Paoli, argumenta que,

A construção de um outro horizonte historiográfico se apoia na possibilidade de recriar a memória dos que perderam não só o poder, mas também a visibilidade de suas ações, resistências e projetos. Ela pressupõe que a tarefa principal a ser contemplada em uma política de preservação e produção de patrimônio coletivo que repouse no reconhecimento do direito ao passado enquanto dimensão básica da cidadania é resgatar estas ações e mesmo suas utopias não realizadas, fazendo-as emergir ao lado da memória do poder e em contestação ao seu triunfalismo. Aposta, portanto, na existência de memórias coletivas que, mesmo heterogêneas, são fortes referências do grupo mesmo quando tenham um fraco nexos com a história instituída. E exatamente aí se encontra um dos maiores desafios: fazer com que experiências silenciadas, suprimidas ou privatizadas da população se reencontrem com a dimensão histórica.<sup>130</sup>

Conforme destacamos, apresentaremos como os agentes sociais que citaremos no decorrer deste tópico foram norteadores de nossas análises, a fim de lançarmos novos olhares sobre o percurso individual e coletivo de cada indivíduo, nos eventos analisados nesta investigação, recorrendo aos fragmentos de memória. Partiremos, assim, da chegada de cada indivíduo à região e o que foi conservado nas memórias, que ficaram armazenadas dos tempos de litígio.

<sup>129</sup> CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Isabel: História e Memória do Isolamento Compulsório de doentes da lepra**. Curitiba: Editora Prisma, 2006. p.189.

<sup>130</sup> PAOLI, Maria Célia. "**Memória, História e Cidadania: O Direito ao Passado**" In O Direito à Memória. São Paulo: DPH. SMC.PMSP, 1992. p. 27.

O primeiro agente social que avistamos em nossa “trilha da memória” é representado pelo senhor Aurélio Felipe de Vasconcelos de 87 anos, aposentado, nascido em 1931, no estado de Pernambuco. Ingressou na política regional no cargo de vereador, filiado a UDN, fazendo parte do corpo político da cidade de Mantena, destacando-se na legislatura de 1963 a 1967. O período de sua atuação política do senhor Aurélio, é marcado pelo processo final que envolveu as negociações de delimitação das fronteiras e assinatura dos acordos que estabelecia um marco geográfico para os limites. Este período, também é marcado pela consolidação jurídica e estatal na região, uma vez que uma série de problemáticas acompanharam a população local anos após os acordos firmados entre mineiros e capixabas, tendo como principal conflito, as questões que envolvia disputas por terras.

Membro de uma família composta por quase 12 indivíduos, senhor Aurélio recorda o que tinha estimulado a saída de sua rede familiar de tão longe a migrar para área litigiosa; as oportunidades que a região oferecia. Oportunidades essas, que motivaram e chamaram a atenção de seus pais, principalmente, o acesso fácil a alguns “palmos” de terras. Senhor Aurélio relata que chegou à região ainda muito jovem, como foi dito por ele “ah, eu vim novo”<sup>131</sup>, no final da década de 1930, ou seja, marco inicial da baliza temporal proposta em nosso trabalho. Com isso, nesta trilha, Senhor Aurélio de Vasconcelos, se propôs caminhar conosco.

Nesta jornada, nos deparamos também com dona Ana Fernandes Pereira, uma das mulheres que compartilhou seu relato oral de memória, quando na época da entrevista desfrutava dos seus 85 anos. Nascida em 1932, no estado do Espírito Santo, chegou à região do contestado com 17 anos, por volta do ano de 1949, período esse de acentuados conflitos na região. A chegada de sua família nesse território de disputas fora motivada pela compra<sup>132</sup> de uma “roça” feita pelo seu avô. O encarregado da família a tomar conta das terras, assumindo para si a responsabilidade sob os terrenos, ficaria a cargo do pai de dona Ana Fernandes. Começando assim, a relação de sua família com a região do contestado.

Nos primeiros momentos de nossa conversa, dona Ana logo salientou que pouco se lembrava das questões acerca dos conflitos na região, talvez, pela sua vida ser mais voltada a sua rede de sociabilidade familiar. Segundo ela, “a gente vivia cá na vida doméstica da gente. A gente não se envolvia com nada”<sup>133</sup>. Entretanto, mesmo não sendo a intenção da depoente

<sup>131</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor Aurélio Felipe de Vasconcelos, Mantena, 25/05/2017.

<sup>132</sup> Cabe destacar que, a depoente atribuiu em sua narrativa a compra de terras. Entretanto, o mais certo era que seu avô havia adquirido os terrenos por meio da posse já que no período atribuído pela depoente, era pouco comum a compra e venda de terras, com salientou o advogado Domingos Jório em entrevista concedida ao documentário “O contestado”. Há falta de registros de compras e vendas de propriedades rurais nos cartórios da região datada desse período, vai ao encontro de nossa problematização.

<sup>133</sup> Entrevista concedida ao autor pela senhora Ana Fernandes Pereira, moradora de Mantena, 25/05/2017.



narrar fatos que envolviam os anos de conflitos, dona Ana, relatou alguns processos que envolveram a população local que podemos e iremos problematizar.

Outro agente social que encontramos nas “trilhas da memória” foi Mauro Lucio Pereira. Político e comerciante, morador de Mantena, 69 anos de idade, foi um dos entrevistados desta pesquisa, a apontar possíveis caminhos para os nossos questionamentos. Nascido em 1949 na região do contestado, é membro de uma das famílias mais tradicionais da atual cidade de Mantena, com trajetória na participação da política local. A história do contestado se confunde a própria história de sua família, posto que seu pai exerceu a governabilidade municipal em Mantena no período da assinatura dos acordos que estabeleceu os limites de Minas-Espírito. Mauro Lucio rememora a motivação que ocasionou a vinda de seus pais para a região como narra no fragmento a seguir.

Mantena na época era uma região muito próspera, então era como se hoje a gente abrisse os olhos lá para o lado de Rondônia,<sup>134</sup> mais ou menos isso. Então Mantena significava um “**El Dourado**”, né? Foi onde que levou o pessoal a enxergar Mantena. Então nessa época aí meu pai já estava em Colatina e Mantena era mais próximo, né?<sup>135</sup>

Mauro Lucio Pereira, nascido em Mantena, vivenciou de perto o processo de consolidação dos limites. Seus relatos orais de memória foram importantes para construir as problematizações desta pesquisa.

Seguindo as muitas trilhas que apareceram em nossa caminhada, logo foi possível avistar o entrevistado mais vivido e experiente a compor nossa rede de depoentes. Senhor Archimendes Fernandes, 92 anos, comerciante até os dias atuais. Ao narrar sua chegada a região após se decepcionar com a vida e experiência no exército, aceitou o convite do seu irmão, José Fernandes Filho, em tomar conta de alguns “negócios” particulares, como relatou no trecho a seguir, “Meu irmão era prefeito e tinha uma venda, mas também não gostei do jeito dele não (em comparação com a vida no exército). Peguei e falei: agora vou vender banana, mas não vou trabalhar para mais ninguém. E comecei, ali na esquina (sua vida de comerciante).”<sup>136</sup>

<sup>134</sup> O depoente ao fazer essa analogia, leva em consideração a cultural migratória local, que nos dias atuais, visualiza Rondônia como um lugar de prosperidade econômica. A cidade de Mantena, é uma das poucas cidades do interior de Minas, que conta na atualidade, com ônibus diariamente para Rondônia. Isso mostra, a forte tradição migratória da região.

<sup>135</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor Mauro Lucio, morador de Mantena, 24/05/2017

<sup>136</sup> Entrevista concedida ao autor pelo sr. Achimendes Fernandes, 93 anos, morador de Mantena. Mantena 29/05/2017

Os relatos do senhor Archimedes são carregados de saudosismo, especialmente, quando faz referência ao seu irmão, José Fernandes Filho, um dos personagens mais controverso da região, fazendeiro e membro ativo da política regional, atuou no cenário político estadual e nacional. Fernandes Filho fez da região do contestado seu “reduto” político e econômico. “Fernandinho”, como era conhecido, exerceu influência nos setores sociais do contestado em razão não só da sua atuação política, mas também em virtude do alto controle agrário que obteve.

A circularidade de José Fernandes Filho nas esferas políticas do país, possibilitou a experiência de exercer vários cargos de importância na esfera estadual e federal durante o governo de Juscelino Kubitschek, algo que demonstra sua articulação na política nacional. O próprio Juscelino Kubitschek, enquanto mineiro, chegou visitar o contestado, estabelecendo fortes relações com as elites locais, atendo as demandas desse grupo, como, por exemplo, a transferência do 6º Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais para cidade de Governador Valadares. Aproximando o aparato de segurança pública da região de conflito. Com isso, José Fernandes se tornou conhecido por favorecer os interesses mineiros na região, mas também, pelos seus mandos e desmandos que estavam vinculados a posse das terras. Assim, nossa entrevista com o senhor Achimendes, conseguimos elencar as principais problemáticas enfrentadas pela população local.

Cicero Ferreira da Silva, 85 anos, aposentado, morador de Mantena, passando por nossas trilhas da memória, também rememorou o cotidiano local em tempos de indefinição jurisdicional e as situações que se deparou ao chegar na região. Segundo senhor Cicero, “era tudo mato... só tinha umas casas de pau a pique de madeira que davam para olhar lá de cima” (aponta o ponto mais alta da cidade).<sup>137</sup> Senhor Cicero juntamente com sua família, havia migrado do Espírito Santo, da cidade de Afonso Cláudio, localizado na parte central do estado. Sua recordação de mudança com sua família foi em razão das possibilidades que região oferecia: “Ah, meu Pai.... Sabe aquelas pessoas que não possuíam nada. Onde que achava um jeito de trabalhar... daí ele veio embora pra cá. Era um lugar bom de serviço, ne? Tudo era fartura, naquela época o presidente era o Getúlio Vargas, quando vim pra aqui. (Risos)”<sup>138</sup>

Na sua juventude, período auge dos conflitos, Cicero rememora que as atividades econômicas locais, apesar dos conflitos vivenciados pela população, contavam com certa movimentação econômica. Segundo sua narrativa, o comércio “era bom! [...] era movimentado

---

<sup>137</sup> Entrevista concedida ao autor pelo Senhor Cicero Ferreira da Silva, 85 anos, morador de Mantena. Mantena 26/06/2017.

<sup>138</sup> Trecho da entrevista do senhor Cicero, Mantena 26/06/2017.

[...] carro vinha lotado de gente pra fazer compra aqui”.<sup>139</sup> Senhor Cicero relembra que quando ainda era menino cozinhava com seu pai nos destacamentos, um mineiro e outro capixaba. Na sua concepção, as coisas, na atual parte mineira do contestado, estariam melhores se a região tivesse ficado para o estado do Espírito Santo em razão da realidade econômica da parte capixaba do contestado ter apresentado maior desenvolvimento econômica ao longo dos anos. Essa questão será problematizada mais adiante em nossas considerações finais.

Em nossa caminhada foi possível nos deparar também com o ex-coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, Getúlio Barbosa, 79 anos, hoje morador de Governador Valadares, que relatou sua experiência vivenciada na região do contestado enquanto Delegado Especial de Polícia de Minas Gerais. Senhor Getúlio Barbosa conta como o serviço obrigava sua atuação na região: “eu fui várias vezes a região lá fazer inquérito policial militar. O batalhão tinha poucos oficiais e esses poucos oficiais andavam demais da conta. Era estrada de chão (para se chegar em Mantena), era estrada encascalhada.”<sup>140</sup> Senhor Getúlio chegou a morar na região anos após a assinatura do acordo, ficando pouco tempo em razão de conflitos de interesses locais, que dificultavam sua atuação na apuração de crimes, sendo logo transferido pela administração estadual de Minas para outra localidade.

Ao longo da entrevista algumas questões elucidadas sobre a participação da Polícia Militar de Minas Gerais estiveram presentes em seu relato oral de memória, principalmente àquelas relacionadas ao alcance do aparato público de segurança na manutenção da ordem local e a dimensão causada pelas relações entre as elites agrárias locais, justiça e força policial.

Em nossa trilha, percebemos que dona Clery Miranda Barbosa não deixava de estar ao lado do seu marido, o senhor Getúlio Barbosa, citado acima, acompanhando seu esposo em várias ocasiões, entre elas, a ida para a região do contestado. O tempo de permanência de dona Clery nas localidades foi curto, em razão da organização da mudança de Governador Valadares para Mantena e da rápida passagem do seu marido pela região.

Narrando suas memórias acerca daquilo que ouvia falar do contestado na sua juventude, contribuiu na nossa caminhada. Nos relatou ainda que era muito comum ouvir notícias no rádio e ler jornais sobre os problemas que se passavam na fronteira. Uma experiência ficou marcada em suas lembranças como mostra o seguinte trecho:

Eu morava ali na rua Rio Grande do Sul (rua do Bairro de Nossa Senhora de Lourdes em Governador Valadares), [...] ali, tinha um armazém. E os armazéns de

---

<sup>139</sup> Trecho da entrevista do senhor Cicero, Mantena 26/06/2017.

<sup>140</sup> Entrevista concedida ao autor pelo senhor Getúlio Barbosa, 79 anos, morador de Governador Valadares. Governador Valadares. 28/03/2018.

antigamente, vendiam de tudo... Lá tinha muito foguete, muita bomba... era tudo muito livre, não tinha muita fiscalização. Ai, um dia, o armazém pegou fogo e começou a dar tiro para todo o lado... foguete, bomba... aí uma pessoa, gritou de lá... Nossa senhora! O Espírito Santo tá invadindo Valadares [...] ai foi todo mundo correndo, gritando. Depois que a gente viu que foi o armazém que tinha pegado fogo. (Risos)<sup>141</sup>

Essa matriz de interpretação no trecho da entrevista citada elucida o imaginário construído pela população de outras localidades acerca dos eventos que estavam ocorrendo na fronteira indefinida. A construção desse imaginário proporciona um panorama a respeito do clima de ameaça constante e uma possível invasão eminente. Percebemos que havia certo respeito da população em relação a problemática do contestado. Essa narrativa era alimentada principalmente pelos jornais da época que retratavam os fatos que estavam ocorrendo na região trazendo um ponto de vista de conflitos armados constantes.

Outros lugares conheciam de forma bem superficial as problemáticas que estavam ocorrendo na região do contestado. Enfatizamos que, durante os anos de conflitos, não se registou por partes dos entes federativos conflitos armados. Apenas posicionamento para que isso ocorresse.

Em nossa trilha não percorremos apenas pelas narrativas orais. A escritora Leonina Fortunato Heringer, em seu diário pessoal de memórias, “*Cidade dos Vagalumes: Laranja da Terra, Itabirinha e o Fim do Contestado (MG/ES)*”, possibilitou fragmentos de sua experiência quando criança e adolescente na região de conflitos.

O intento da autora foi de narrar o período que ficou na região, por isso seu texto apresenta certo tom saudosista, dando destaque para a sua própria rede de sociabilidade familiar. Heringer apresenta as adversidades familiares frente a uma região de litígio. A obra da autora acaba por descrever com riquezas de detalhes o cotidiano de incertezas e intranquilidade que pairava o contestado após a mudança de sua família para o município de Itabirinha. Quando analisamos a chegada da família Heringer à região do contestado, vemos nos relatos memorialistas da autora alguns sinais que nos apontam para os possíveis transtornos e constrangimentos vivenciados pela população local, sejam eles: os problemas em torno da dualidade jurisdicional e sentimento de identidade, pertencimento e cidadania.

Outros atores envolvidos que fizeram parte desta caminhada foram aqueles selecionados da produção audiovisual, *O contestado*<sup>142</sup>. Com base nos relatos dos depoentes extraídos deste

<sup>141</sup> Entrevista concedida ao autor pela senhora Clery Miranda Barbosa. Governador Valadares. 28/03/2018.

<sup>142</sup> Entre os atores sociais selecionados neste material audiovisual, destacamos as entrevistas do ex deputado estadual de Minas Gerais, Domingos Jório; A esposa do ex governador do estado do Espírito Santo, Dona Maria Lindenberg, que acompanhou os trabalhos do seu marido, o senhor Carlos Lindenberg; O senhor Josué B. Sena, morador do distrito de Cotaxé, atual Ecoporanga, área de surgimento do estado União de Jeovah; senhor Francisco

material, conseguimos identificar as principais representações de base política, cultural, social e econômica, narrados pelos entrevistados. Sendo assim, construímos uma base sólida para as problematizações intencionadas até aqui.

Com isso, trilhamos um caminho formado por um misto de recursos que nos permitem recuperar relatos memorialistas para construção da memória e transmitir os anseios, dramas, transtornos e constrangimentos da população da zona contestada. Nessa trilha, algo em comum que perpassa os depoimentos dos diferentes sujeitos entrevistados por nós, é como os narradores visualizam a esperança de começar a vida em uma região dotada de oportunidades.

### 3.4. A memória sobre os impactos individuais: identidade, pertencimento e cidadania

Este tópico tem por finalidade refletir sobre a concepção de três elementos: *identidade, pertencimento e cidadania*. Percebermos ao longo de nossas análises, certa pertinência em avaliar essas questões, à vista que algumas narrativas soavam tais fragmentos. Como é possível sentir-se pertencente a uma região de litígio? Qual identidade era compartilhada pela população? E como se dava o exercício da cidadania? Essas questões estão no centro de nossas discussões neste tópico, para assim, entenderemos melhor acerca dos impactos individuais.

A identidade está relacionada ao lugar de vivência e as relações que são estabelecidas pelos sujeitos inseridos nesse contexto. De acordo com Flamarion, esses lugares estão associados à construção simbólica do espaço, sendo referenciado pela experiência pessoal da pessoa vivida, denominando-se lugar antropológico.

Mediante isso, o lugar antropológico “caracteriza-se por garantir simultaneamente identidade, relações e história aos membros do grupo cuja cultura o constituiu.”<sup>143</sup> Com isso, a ideia de lugar pode ser parcialmente materializada no encadeamento que os sujeitos tem de “suas relações com seu território, com seus familiares e com os outros.”<sup>144</sup>

Dialogando com Flamarion, Marc Augé sugere que o lugar antropológico consegue fomentar uma identidade e trazer significados por meio da intencionalidade dos homens e os significados armazenados na memória. Ou seja, o lugar torna-se a essência da identidade. Assim, “o lugar antropológico, é simultaneamente princípio de sentido para aqueles que o

---

Vasconcelos, ex-prefeito de Mantena; senhor Ascendino José Moreira morador de Barra de São Francisco; dona Silvia Guiomar Pereira, moradora de Limeira; o senhor Alcebides Coelho de Souza, morador de Mantena, Cicero Heitor Pontes, morador de Barra de São Francisco.

<sup>143</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. **Repensando a construção do espaço**. In: Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios. Bauru: Edusc, 2005, pp. 37-54.

<sup>144</sup> JORGE, Rogério Ribeiro. **Território, identidade e desenvolvimento**: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural. São Paulo 2010. p. 240

habitam e princípio de inteligibilidade para quem o observa. (...) O lugar antropológico não faz história, vive na história”.<sup>145</sup>

A identidade cultural, ao longo do tempo, sempre foi uma alternativa para a construção de um sentimento de pertencimento e identidade. A exemplo disso, durante no século XIX, a construção da identidade por meio da tradição foi usado como mecanismo para territorialização e formação dos Estados nacionais. Nesse contexto, Benedict Anderson destacou a ideia do sentimento de identidade e pertencimento como chave central na organização dessas comunidades e seus valores culturais.<sup>146</sup> Assim, identidade é “o resultado de um trabalho permanente de renovável construção social, mas também geográfica que leva em conta a extrema mobilidades dos agentes”<sup>147</sup>

Mediante isso, uma problemática vivenciada na individualidade de muitos agentes sociais do contestado, era acerca da sua própria identidade regional. É o que podemos notar, por exemplo, na fala do senhor Josué B. Sena, morador de Ecoporanga,

Eu tive que me alistar em Vitória, que se seu colocasse meu nome, como morador de Ecoporanga, de Cotaxé eu não servia (ao exército) porquê? Por que eu não pertencia ao Brasil. Eu tava numa área de contestado que pertencia a quem? Eu não podia dizer que era mineiro, que eu morava em Minas, eu não podia dizer que morava no Espírito Santo e nem que eu morava na Bahia, porque aonde eu morava era contestada.<sup>148</sup>  
(Grifos do autor)

O fragmento de memória acima nos demonstra como a população encontrava dificuldades em reafirmar uma identidade própria. Ao dizer, “eu não servia”, o senhor Josué mostra um primeiro ponto refutado no exercício de sua cidadania. Conseguimos também averiguar como a população buscava alternativas para driblar o descaso das autoridades estaduais. À medida que Josué tem que se descolar para a capital do estado do Espírito Santo, Vitória, para cumprir com suas obrigações militares, percebemos a luta para exercer seus direitos de cidadão. Cidadania é algo que estará presente neste e no próximo tópico, nesse sentido, um dos elementos a se pensar aqui é sobre cidadania.

Partindo desse pressuposto, José Murilo de Carvalho em sua obra, “*Cidadania no Brasil: o longo caminho*”, constrói o panorama da consolidação da cidadania no Brasil, seguindo as concepções clássicas marshallianas ancorados em três eixos, direitos civis, direitos

<sup>145</sup> AUGÉ, p. 51,52

<sup>146</sup> ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras.2018. p. 35-40

<sup>147</sup> JORGE, Rogério Ribeiro. **Território, identidade e desenvolvimento**: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural. São Paulo 2010

<sup>148</sup> Entrevista do senhor Josué B.Sena ao documentário -O contestado. Ecoporanga, 2014

políticos e direitos sociais. De forma mais aprofundada o autor elenca o que pode ser considerado cada direito, como podemos observar na tabela abaixo:

**Tabela 4:** Cidadania sobre a ótica de José Murilo de Carvalho

<b>Direitos civis</b>	<b>Direitos sociais</b>	<b>Direitos políticos</b>
Referem-se aos direitos fundamentais à liberdade, à propriedade, à vida, à igualdade diante da lei, os quais podem ser desdobrados em: garantia de ir e vir, de organização, de escolha do trabalho, de manifestação do pensamento, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis em vigor, de ter respeitada a inviolabilidade do seu lar e da sua correspondência; e ser condenado, somente, após um processo legal regular. Estes direitos pressupõe a independência da justiça, além de sua eficiência, e facilidade no acesso para toda sociedade, garantindo as relações entre as pessoas e um ambiente propício ao desenvolvimento socioeconômico.	São aqueles que garantem a distribuição da riqueza entre as esferas da sociedade, incluindo itens como: o direito ao trabalho, à educação, à aposentadoria, ao salário justo e saúde de qualidade. Os direitos sociais dependem de uma administração pública eficiente, distante dos exemplos comuns no Brasil, de má gestão do dinheiro público.	Tratam-se daqueles ligados à participação do cidadão no governo da sociedade, tendo como premissas a capacidade de fazer demonstrações políticas, de votar e ser votado, poder organizar partidos etc. Os Direitos políticos têm como base a existência de partidos políticos atuantes e um parlamento livre e representativo, os quais dão legitimidade à organização política da sociedade.

FONTE: Tabela elaborada pelo autor

Partindo dessa premissa, Carvalho reverbera que nem todas as nações seguem essa mesma trajetória na construção da cidadania, o que favorece a ação de grupos dominantes. O que se viu no caso brasileiro foi uma maior ênfase nos direitos sociais, como alternativa para cobrir na sociedade as consequências deixadas pela ausência ou menor intensidade de direitos políticos e civis. O período em que se vivenciou maiores mudanças foi a partir da década de 1930, sendo esse período de grandes alterações nos direitos sociais e políticos. Processo esse que se consolidou com a constituição de 1988.

De acordo com Lilia Moritz Schwarcz, cidadania é uma noção que se constitui a partir da coletividade, fazendo sentido nas experiências individuais dos sujeitos, isto é, cidadania é uma identidade social, construída por intermédio de uma resposta política em razão das

demandas dos sujeitos.<sup>149</sup> Com isso cidadania está fortemente atrelada ao sentimento de pertencimento e identidade que é construída na memória dos agentes sociais.

Complementando esse pensamento, Benedict Anderson salienta que o cidadão aparece por meio de um processo de lutas, sejam essas lutas no interior das políticas nacionais ou nas lutas pelos direitos dentro das fronteiras geográficas e políticas dos Estado-nação. A partir desse processo de lutas por direitos é que se constituiria a cidadania.

Sobre cidadania, há várias interpretações que tratam deste conceito e nos revelam seus múltiplos significados. Pontuaremos no próximo tópico, por exemplo, o estudo clássico de Marshall Berman, quando formos analisar os impactos coletivos e a abstenção da população do contestado no direito de participar das eleições. Neste tópico, buscamos outras interpretações para perceber como se constituiu tal definição na lógica brasileira.

Portanto, o que pode ser visualizado na região do contestado era que a população não vivenciava na sua totalidade o acesso ao processo de avanços da cidadania e consolidação dos direitos enquanto cidadão. Mediante essa lógica, a interpretação de cidadania que tratamos aqui e tomamos como base para nosso objeto de pesquisa, é aquela que nos remete aos avanços na vida da população. Com isso, ao se verem como agentes privados de seus direitos enquanto cidadão, a população do contestado se viu excluída em comparação com os brasileiros de outras localidades.

Outro relato que destacamos sobre a temática da identidade, pertencimento e cidadania é da professora aposentada, moradora da região, Silvia Guiomar Pereira, em entrevista ao documentário, *O contestado*. No trecho abaixo podemos averiguar a sua fala,

“[...]quando chegou o destacamento capixaba, ai fiquei trabalhando pra eles. Aí aconteceu o seguinte, trouxeram uma professora capixaba puseram no meu lugar. Então, eu fui trabalhar pelo mineiro. [...] foi um conflito. Os capixabas achavam ruim, eles disseram que não abria escola mineira porque eles não deixavam [...] Raimundo foi para Mantena e comunicou para Fernandinho, porque o Jose Fernandinho filho que era o prefeito”.<sup>150</sup>

“Passei a trabalhar pelo município de Mantena. Já nessa época já existia destacamento mineiro. Então, na rua lá do canto era os capixabas e aqui era os mineiros e era aquela contenda [...] eu vivia no meio deles, era política, ne? [...] eu era muita atrevida também. Eles queriam que eu falasse que eu era capixaba, eu cuspi e falava meu cuspi era mineiro, eu não sou capixaba, sou mineira até no cuspi. E eles criaram problema, não o povo capixaba de lá não, mas os daqui! (Os policiais. Grifos do autor). Era a quinta coluna que nós chamava eles, ai conseguimos abrir a escola mineira”.<sup>151</sup>

<sup>149</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. **Cidadania um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.p. 12

<sup>150</sup> Entrevista de Dona Silvia Guiomar Pereira ao documentário- O contestado, 2014.

<sup>151</sup> Entrevista de dona Guiomar concedida ao documentário- contestado. 2014



Quando narra sobre sua experiência enquanto professora em uma região de conflitos, dona Silvia Guiomar compartilhou uma série de transtornos e constrangimentos vivenciados pela população local. Os conflitos de interesses levavam muitos agentes públicos a usar da imposição para sobrepor sua ideia ou pensamento identitário. Ao dizer “eles queriam que eu falasse que era capixaba”, dona Silva expressa que essa era uma condição imposta a ela para continuar exercendo sua vida professoral.

Sobre o pertencimento, podemos definir que exprime as experiências individuais ou coletivas dos sujeitos compartilhadas com um grupo por meio da construção de uma consciência histórica. Sendo assim é impossível desvincular pertencimento a identidade.

Leonina Fortunato Heringer, ao narrar sua experiência acerca da identidade, pertencimento e cidadania, recorda sua vida na infância. A depoente relata que, como ela era criança, não entendia a extensão dos conflitos. Mas, para os adultos “a situação era mais complicada, pois tinham problemas com a documentação dos imóveis (causados pela dupla jurisdição) e sempre surgiam salafrários que se aproveitavam da situação para usurpar propriedades.”<sup>152</sup>

Uma vivência que marcou sua infância foi suas idas à escola. Enquanto Leonina estudava em uma escola capixaba, sua irmã estudava em uma escola mineira. “Uma para aprender que a bandeira do seu estado era com três faixas (azul, branca e rosa) com a inscrição “Trabalha e confia”, e a outra, que era uma bandeira branca com um triângulo vermelho circulado pelas inscrições “Libertas que será tamen” (“Liberdade ainda que tardia”)”<sup>153</sup>.

Por meio disso, inferimos que a escola servia para reafirmar o sentimento de pertencimento, uma vez que essas instituições buscavam trazer os elementos da cultura regional de ambos os estados, para dentro da sala de aula. Leonina relata algumas questões ao tratar desse tema com amigos que vivenciaram o mesmo no período, como podemos verificar na citação abaixo,

Sim, eu estudava na escola capixaba e minha irmã Etelvina, na mineira. Não me recordo de ter problemas de pertencimento, mas minha irmã Etelvina diz que se sentia mineira. Minha amiga Maria Barreto, a Santa do Meladinho, lembra-se de que a disputa maior era só no dia 7 de setembro quando uma (escola) queria vencer a outra. Segundo ela, só uma vez que o Espírito Santo ganhou Minas. Os carros alegóricos eram todos feitos escondido; tudo o que seria apresentado era feito em segredo absoluto”. E, um detalha que eu não me recordava, era de que, segundo Ronaldo Viana, também morador da época, “os pais punham os filhos para estudar a quarta série em uma mineira, por exemplo, e no ano seguinte, matriculavam os filhos a quarta série da escola capixaba para terem os dois diplomas.

<sup>152</sup> Entrevista de dona Leonina Heringer concedida ao autor. Governador Valadares 15/05/2018

<sup>153</sup> Trechos do diário de memória de Dona Leonina Heringer.

Foi o que aconteceu com a Santa (Maria Barreto) que teve o diploma de quarto ano das duas escolas. Quando indaguei sobre pertencimento, ela respondeu que, quanto a se sentir mineira ou capixaba, era de acordo com a escola. Se estudasse na escola capixaba, você se sentia capixaba ou vice-versa. Ela teve esta experiência. Acho que eu não me senti mais capixaba, nem mais mineira, apesar de ter estudado nas duas escolas. Apesar de ser capixaba de nascimento passei a torcer por Minas Gerais depois dos conflitos da serraria.<sup>154</sup> (*Grifos do autor*)

Todos os elementos presentes nesse relato revelam vários aspectos da vida social da população e os mecanismos usados contra indefinição jurisdicional. As disputas em torno da comemoração do 7 de setembro e a importância dada pela depoente em especificar que o Espírito Santo havia vencido as disputas das alegorias melhor elaboradas -apenas uma vez- revela a proximidade da depoente com a cultura regional mineira. Isso pode ser também motivado pelos conflitos em torno da serraria, que enfrentou vários problemas em razão da dualidade de jurisdição. Dado que se tratava de uma região de indefinição jurisdicional, muitos pais viam como estratégia para os filhos terem seus diplomas validados, o cursamento da mesma série em anos distintos e em escolas diferentes. Outro ponto que mostra como era problemática a questão em relação aos elementos tratados neste tópico, é quando a depoente diz não saber a qual identidade regional era compartilhada por Heringer.

Até aqui traçamos um panorama dos impactos de ordem individual. O fato é que a população local foi marcada profundamente pelos acontecimentos a respeito das disputas do contestado. Mecanismo de dominação, fizeram parte da vida população. Atingir as dimensões acerca da identidade, pertencimento e cidadania, demonstram que as consequências em torno da indefinição jurisdicional, impactavam os sujeitos das formas mais distintas. No tópico a seguir, iremos averiguar, como os impactos gerados pela indefinição jurisdicional, ocasionavam transtornos à coletividade.

### **3.5: A memória acerca dos impactos coletivos: direitos sociais e o impacto do Estado sobre o indivíduo**

Neste tópico nossa atenção se volta para problematizar os impactos de ordem coletiva. Consoante as ideias de Maurice Halbwachs, a memória deve ser analisada enquanto um fenômeno social, construída pela coletividade, portanto, passível de transformações<sup>155</sup>. Nesse sentido, trabalharemos com aspectos que foram negligenciados pelas autoridades dos estados,

<sup>154</sup> Trecho da entrevista de Dona Leonina Heringer.

<sup>155</sup> HALBAWACHS, op. cit. p. 20.

afetando diretamente a vida daqueles que estavam inseridos neste território de litígios. Com isso, exploraremos aqueles temas que são mais recorrentes nos depoimentos dos entrevistados e que, de modo geral, afetavam esses agentes sociais.

A partir da leitura dos temas rememorados ao longo dos testemunhos, foi possível fazer uma análise dos principais campos que impactavam a população. Sendo assim, tais depoimentos nos levaram a atentar como ao longo dos anos, se tornou necessária a definição dos limites para manutenção da ordem social local, para além do desenvolvimento econômico e político da zona do contestado. Nessa direção, a historiadora Keila Carvalho considera ser importante “analisar o contexto sócio-político no qual estavam inseridos os depoentes”<sup>156</sup>. Assim, analisaremos as narrativas dos moradores, em distintos momentos.

Como é possível constatar na historiografia, a década de 1930, representou para o Brasil a experiência de um misto de mudanças em diversos setores da sociedade. Período de grande efervescência do Estado Brasileiro, que avistou na industrialização uma guinada na econômica. A produção de bens de capital e serviços passou a fazer parte da vida da população, mudando o estilo de vida das pessoas, principalmente, nos grandes centros.

Os discursos de Vargas tinham como objetivo construir uma narrativa de grandeza econômica, suplantação da miséria e construção efetiva de unidade nacional. Com isso, questões de ordem econômica e social passariam a dominar a pauta desenvolvimentista do Governo Vargas, que se estendera para décadas seguintes. O ápice desse processo foi no governo JK.

Tal perspectiva modernizadora permitiu que transformações profundas ocorressem na sociedade brasileira, sobretudo, aquelas voltadas ao campo das mudanças sociais, por exemplo, o dinamismo do espaço urbano e transformações na estrutura econômica nacional. Impactos causados pelas modificações no cenário internacional e as mudanças que humanidade experimentava nesse período.

Sobre modernização, Sergio Paulo Rouanet usa-se das contribuições de Max Weber para refletir sobre o conceito supracitado. Para o autor, Weber traz significado ao pensar modernização, principalmente no que diz respeito ao aumento da autonomia e eficácia. Assim, salientou Sergio:

Esse conceito de modernização é o que prevalece na literatura especializada e nas políticas de desenvolvimento econômico e social. Modernização significa melhorar a eficácia do sistema tributário, educacional, de saúde, de transportes, de alimentação. Modernizar é melhorar a eficiência da administração pública, das instituições políticas, dos partidos. É um conceito funcional de modernização, no sentido literal:

---

<sup>156</sup> KARVALHO, op.cit. p. 189.

numa sociedade moderna as instituições *funcionam* melhor que em sociedades tradicionais.<sup>157</sup>

Ocorre que contagiados com esse discurso, muitos estados da federação passariam a promover internamente políticas estaduais voltadas ao desenvolvimento regional. Minas Gerais, por exemplo, intensificou uma política interna de desenvolvimento industrial regional conduzida pelo estado, que se intensificou entre os anos de 1933 a 1955. Política que motivou o desejo das elites regionais na exploração das terras devolutas pela possível riqueza mineral e pela visível riqueza natural.<sup>158</sup>

Enquanto isso, o que se viu no estado do Espírito Santo foi a implementação de políticas regionais mais intensas no que diz respeito ao controle de terras devolutas, construindo uma narrativa de avanço para o norte e oeste do estado. A partir dos anos 1950, ocorre a promoção de políticas voltadas ao desenvolvimento planejado do estado com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (CODEC), tendo por objetivo de fomentar a industrialização regional. Com isso, verificamos até aqui o forte empenho, seja na área industrial, seja na agricultura, dos dois entes federativos de promover avanço econômico dos seus estados.<sup>159</sup> A partir disso, inferimos que definir os limites não se tratava apenas de uma pauta política, mas envolvia interesses econômicos significativos para a dinâmica interna de cada estado.

No caso da região do contestado, quando voltamos para o nosso campo de pesquisa, verificamos que a falta de interesse estadual acentuou algumas problemáticas para a população local. Mesmo experimentando certo impulsionamento econômico e crescimento populacional acima da média nacional, como apresentamos nas fontes exploradas e dissertada nos capítulos 1 e 2 desta investigação. Questões pautadas pelos moradores da época nos ajudam visualizar as possíveis implicações causadas aos agentes sociais da zona do contestado. Mediante isso, faremos a seguir elucidação dos principais componentes narrados pelos moradores. Este processo ajudou a compreender uma série de questões que pautavam a vida da população, seu cotidiano, suas demandas e necessidades.

Começamos, então, a sintetizar tais problemáticas a partir das vias de acesso, e de que modo as pessoas percebiam o desenvolvimento local, e como isso impactava os moradores de

---

<sup>157</sup> ROUANET, Sergio Paulo. **Mal-estar na modernidade**: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.p. 121-122

<sup>158</sup> COSTA, Mariana Val. Políticas industriais em Minas Gerais no período de 1933 a 1955: *o desenvolvimento regional conduzido pelo Estado*. 2014. P.1-15.

<sup>159</sup> DIONES, Augusto Ribeiro. Planejamento e industrialização no Espírito Santo: o conselho de desenvolvimento econômico do Espírito Santo

alguma maneira. Em razão disso, pensemos acerca da infraestrutura da região, tendo como perspectiva perceber como isso ocasionava conflitos a estrutura político-social dos municípios.

Região com uma infraestrutura precária, rememorar acerca dessa problemática, não só criou na memória dos moradores um sentimento de abandono, como também, nos possibilitou problematizar as práticas culturais, sociais, condições sanitárias e até onde o aparato assistencialista do Estado brasileiro era vivenciado pela população entre os finais dos anos 30 ao início dos anos 60. Tais fenômenos mostraram as problemáticas vivenciadas pela coletividade. Sendo assim, percebemos pela reação dos depoentes que os discursos tinham como intento demonstrar o clima de abandono que esse período foi vivenciado pela população da zona litigiosa.

A fala do senhor Domingos Jório revela que a falta de infraestrutura nos municípios do contestado era visível e causava diversas implicações inclusive na acentuação desse conflito. Isso porque a maioria das cidades da região entre os finais da década de 30 não contavam com condições mínimas para promoção do povoamento local. Ao narrar a situação das principais e mais povoadas cidades e, que contavam com maior aparato público, revelou as emergentes realidades sociais que se deparou. A cidade de Mantena, por exemplo, “não tinha grupo escolar, não tinha iluminação pública, não tinha água encanada, não tinha esgoto, não tinha nada disso. Não tinha infraestrutura nenhuma. Barra do São Francisco era mais ou menos a mesma coisa, agora (em comparação), talvez, um pouco melhor do que Mantena”.<sup>160</sup>

O trecho acima não só expõe apenas o abandono estadual vivenciado pelas cidades locais, um reflexo da falta de interesse das administrações públicas de ambos os entes federativos que estavam nessa disputa. Mas, revela também aspectos acerca das condições suportadas pelos agentes sociais da zona de limites. Para François Hartog “os olhos são testemunhas mais seguras que os ouvidos”<sup>161</sup>. Com isso, ao salientar como se deparou com a região na sua chegada, o depoente fornece maior confiabilidade à sua narrativa.

É importante ressaltar, como já citamos no capítulo 1, que a partir de 1937 tornou-se uma preocupação das administrações estaduais estabelecer múltiplas possibilidades de controle do território em disputa, por meio instituições públicas. Com isso, muitos mecanismos de controle dos estados só passaram a fazer parte da vida da população local, anos após o contexto salientado pela promulgação da Constituição de 1937. Entretanto, verificamos que tais mecanismos não foram suficientes para suavizar o ambiente de incertezas e abandono da

---

<sup>160</sup> Entrevista do senhor Domingos Jório concedida ao documentário- O contestado. 2014

<sup>161</sup> HARTOG, François. O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Tradução de Jacyntho Lins Brandão. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.p.

população local. Pelo contrário, registramos que a “corrida” dos entes federativos por maior predominância jurisdicional, acarretou também em um aumento de hostilidades.

Nota-se com isso que a região do contesto apresentou na constituição do seu quadro administrativo um modelo bem singular, onde ambos os estados buscavam manter seus interesses geográficos, ocasionando três modelos administrativos: um predominado por Minas Gerais, outro pelo Espírito Santo e outro de composição misto, ou seja, em uma mesma localidade a administração era exercida pelos dois estados.

Outro aspecto importante que devemos notar é como se davam/eram vivenciadas as práticas voltadas ao campo sanitário, isto é, as práticas sociais. Não é nossa intenção analisar e investigar a fundo as condições sanitárias da população, contudo, é importante levantar algumas reflexões, extraídas a partir das narrativas dos depoentes. No campo sanitário, Dona Ana relembra como eram as dificuldades em torno da captação da água potável: “toda vida, desde que eu cheguei aqui, usa água desse ribeirão aí. A Mamãe levantava de madrugada pegava água, fervia e botava naquele monte de vasilha[...] deixava esfriar e depois a gente bebia.”<sup>162</sup> É um simples fragmento de memória, porém, o relato expõe como se davam as práticas sócias da população e quais recursos eram usados para driblar a ausência de serviços e políticas públicas.

Outro relato que reforça essa visão acerca das práticas sociais é o depoimento de dona Leonina Fortunato Heringer. A depoente descreve o ambiente que era vivenciado por alguns moradores:

O saneamento era altamente precário, não havia água encanada nem rede de esgoto. Os porcos andavam soltos pelas ruas, muitas vezes sujos das fezes que caíam das latrinas improvisadas no fundo dos quintais. Nenhum dos prefeitos dos municípios a que pertencíamos fazia nada em prol de Itabira. Apenas na época de eleições é que os políticos apareciam por lá. Lembro-me de comícios de candidato a deputado e governador em palanques de Minas e do Espírito Santo também.<sup>163</sup>

Entendemos práticas sócias sobre os olhares teóricos de Bourdier, ou seja, são “aptidões sociais, variáveis no tempo e no espaço, transferíveis, não estáticas, no interior e entre indivíduos da classe e o que fundamenta os distintos estilos de vida”<sup>164</sup> A vista disso, as práticas sócias são construídas considerando os atores sociais em distintos contextos.

Neste período, lembramos que o projeto do Governo Federal, criado em 1942, com o apoio do governo estadunidense, possibilitou a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que atendia cidades em algumas localidades da região do Vale do Rio Doce e noroeste

<sup>162</sup> Trecho da entrevista de Dona Ana Fernandes.

<sup>163</sup> Trecho da entrevista de dona Leonina.

<sup>164</sup> BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2009.p.10.

do Espírito Santo. As atividades desse órgão governamental contribuíram para mudanças fundamentais na vida sanitária da população das regiões contempladas por esse programa. A região do contestado, entretanto, ficava fora do alcance desta política pública.<sup>165</sup> Os primeiros registros que datam de uma maior atenção a essa temática são dos anos pós delimitação dos limites.

Corroborando com as declarações do primeiro depoente acima citado, o ex-prefeito de Mantena, Francisco Vasconcelos, relatou acerca dos interesses estaduais em investir na região. Segundo o ex-administrador municipal, por partes dos governos o interesse em promover investimentos que visava melhorar as condições de vida da população era pífio.

Dentro deste contexto, a representatividade do poder público municipal se tornava fraca, conseguindo apenas manter jurisdição dentro do município sede, enquanto nos distritos a dualidade jurisdicional era vivenciada gerando assim “uma intranquilidade muito grande”<sup>166</sup>. Com isso, o narrador traz a sua experiência à frente da administração municipal e como era administrar um município na região de litígio. Acerca da dualidade jurisdicional, vamos mais adiante retratar essa problemática a fundo sobre a ótica da história oral.

Aurélio Felipe de Vasconcelos recorda que a situação em termos de infraestrutura não era das melhores. Logo, no momento da chegada de sua família a região, se deparam com a falta de iluminação na cidade, que era a base de querosene. Geradores chegaram à região tardiamente, como aponta ao dizer: “depois de um certo tempo tinha um gerador de cem cavalos na cachoeira do Ituana que mandava luz pra cá. Mas, quando dava seis horas (dezoito horas) já não tinha mais luz”<sup>167</sup>.

O narrador rememora que muitas vias de acesso eram construídas pelos próprios moradores a mando de autoridades locais. Essas autoridades poderiam ser tanto os agentes que atuavam a serviço das elites locais, pistoleiros e jagunços ou a mando das autoridades representativa pertencente a máquina pública ligados as administrações estaduais, polícia, políticos e juízes.

A princípio não havia de fato projetos dos governos estaduais que contemplasse questões voltadas para a infraestrutura dos municípios pertencentes a zona litigiosa.

---

<sup>165</sup> O trabalho do professor Maria Terezinha Bretas Vilarinho traz importantes considerações acerca da atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no Vale do Rio Doce em Minas Gerais e no Espírito Santo. Ver trabalho: *Entre lagoas e florestas Atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce: 1942-1960*.

<sup>166</sup> Entrevista do senhor Francisco de Vasconcelos concedida ao documentário- O contestado-2014.

<sup>167</sup> Segundo entrevista concedida a nossa pesquisa, o ex- coronel da Polícia Militar de Minas Gerais, enquanto delegado especial na cidade de Mantena, relatou que o período de ocorrência de grande parte dos crimes na região era após as 18:00 horas.

Averiguamos que muitos projetos nesse campo passaram a ser executados, principalmente, a partir da década de 1960. As ruas eram basicamente sem calçamento, pois, segundo Aurélio, “não tinha nada calçado, não” e água encana não era algo predominante. As cisternas eram usadas em larga escala.<sup>168</sup>

Coube, em muitas situações, às polícias militares de ambos os estados assumirem papel importante na coordenação de algumas ações quando o assunto era fornecer à região condições mínimas que promovessem o povoamento local. Como podemos perceber nos relatos do diário do Tem. Cel R.R Jadir.<sup>169</sup>

Foram criadas escolas e postos de saúde por toda parte. Para uma ideia melhor da região, basta dizer que Barra de São Francisco, hoje uma cidade importante do Estado, tinha casebres apenas. A prefeitura funcionava numa taperá. Eram 30 casas modestíssimas. Não havia luz elétrica e as repartições funcionavam em casas particulares. A polícia, nessa época, fez várias estradas[...]. Eram todas com a intenção de forçar a penetração capixaba e instalar o mais que pudesse gente na fronteira com Minas Gerais. (*Grifos do autor*)

Aliás, a presença dos militares era algo bem corriqueiro na região, basicamente em virtude do clima de tensão que por lá pairava. Nesse aspecto verificamos que, o jornal *O Globo*, em uma de suas edições, trazia como título: “*O Governo do Espírito Santo, reforça tropas capixabas em algumas localidades que eram suas*”.<sup>170</sup> Reforçando assim, o clima de hostilidade perene que se instalou na região.

Portanto, enfatizamos até aqui como foi problemático os primeiros anos de intensificação do processo de povoamento da região, sua falta de estrutura física, a ausência de interesse dos governos estaduais, causando diversos infortúnios sociais a população local. Caminharemos para visualizar outros problemas à luz dos relatos orais de memória.

Outro ponto que devemos analisar refere-se ao cumprimento e garantia das leis e como essa questão se tornou uma das principais problemáticas a população local. Sobre o campo da justiça, um dos principais impactos que verificamos rememorados pelos moradores, são aqueles referentes aos termos jurídicos, a dualidade jurisdicional e suas consequências.

Assim destacou Jório, especificando que a delicada situação em torno da dualidade jurisdicional: “*você não tinha garantia absoluta da lei*”<sup>171</sup>, sendo assim, isso implicava nos direitos individuais de cada cidadão. Essa pequena fala do depoente corrobora com as matérias

<sup>168</sup> Trecho narrado pelo senhor Aurélio Felipe De Vasconcelos.

<sup>169</sup> Diário sobre posse da Polícia Militar do estado do Espírito Santo.

<sup>170</sup> Fragmento do jornal *O Globo* de 3 de maio de 1948.

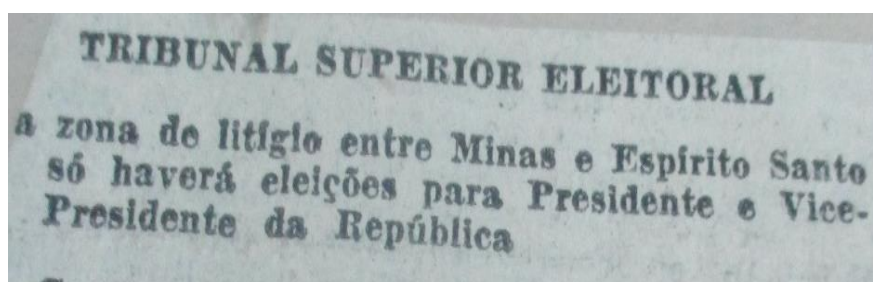
<sup>171</sup> Trecho da entrevista do senhor Domingos Jorio.



dos jornais da época, que retratavam as adversidades acerca da ótica jurídica, e como isso prejudica os direitos sociais dos sujeitos inseridos nesse contexto.

Na publicação do final da década de 1940, o jornal *Correio da manhã*, noticiava a decisão do Tribunal Eleitoral Superior (TSE), que havia decidido por meio de uma junta de ministros que a população da zona do contestado só iria exercer sua cidadania, por meio da escolha dos cargos de Presidente da República e Vice-presidente, como observaremos no fragmento de notícia logo abaixo:

**Figura 3:** Fragmento do jornal *Correio da manhã*



FONTE: Jornal *Correio da manhã*

Com isso, podemos averiguar que o impacto gerado pela dualidade jurisdicional limitava o exercício da cidadania. Um dos pilares acerca do conceito de cidadania segundo o ponto de vista marshalliano, foi garantir os direitos fundamentais, entre eles, o direito político. Marshall, atenta que o desenvolvimento da cidadania na sociedade, consolidou-se a partir de três aspectos: civil, político e social. Assim, o direito de participar da vida política constitui-se em um elemento consolidador da compreensão do conceito de cidadania. Segundo o autor “começando do ponto no qual todos os homens eram livres, em teoria, capazes de gozar de direitos, a cidadania se desenvolveu pelo enriquecimento do conjunto de direitos de que eram capazes de gozar”.<sup>172</sup>

Portanto, constatamos que a população da área contestada, para além dos transtornos diários em virtude dos conflitos de jurisdição, tinham seus direitos políticos ressarcidos pelas autoridades do judiciário federal.

Na zona litigiosa, contava-se com duas comarcas sede: a comarca mineira, localizada na cidade de Mantena, e a outra localizada na cidade capixaba de Barra do São Francisco. Essas eram as duas Comarcas Jurídicas predominante. Os conflitos de jurisdição ocasionavam no

<sup>172</sup> MARSHALL, T. H. *Cidadania e Classe Social* [Ed. atual trad. e rev. Por EaD/CEE/MCT], 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002. P.27

aparato regulador da ordem pública, consequências desfavoráveis à toda segurança pública. Tornou-se comum o ajuizamento de processos e recursos de um mesmo indivíduo nas duas distintas comarcas da região. Isso ocasionava duas penas diferentes por uma mesma ação, ocorrendo, assim, duas ações onde a pessoa poderia ser autora em uma e réu na outra, ou vice-versa.

Nas lembranças do senhor Adão Alves Batista, um fato relatado em seus depoimentos, marcou sua percepção acerca dos aspetos jurídicos da região, quando ele conta que:

“Me lembro quando José de Paula, cidadão daqui (Barra de São Francisco), foi a Mantena, e o soldado Oliveira, o deteve e o assentou em cima de um formigueiro que a gente chama de formiga lava pé. Sem roupa, ele conseguiu sair e veio embora. Um certo dia, soldado Oliveira estava desfilando ali na rua. Ele (José de Paula) pegou sua arma e assassinou o soldado em plena praça pública. Ele foi preso e julgado aqui (Na comarca capixaba), ele foi absolvido por sete a zero.”<sup>173</sup>

A partir do relato acima, acreditamos que muitos crimes recebiam suas penas levando em consideração também a dinâmica de disputas que era vivência na região. Por meio do relato de Domingos Jório verificamos uma de suas experiências vivenciadas por ele enquanto jurista, ilustra como era problemático essa questão, como podemos visualizar logo abaixo:

“Quando assumi a Prefeitura de Mantena, em 1955, já conhecia, em toda sua extensão e rudeza, os problemas que a dualidade jurisdicional ocasionava aos pobres moradores da região.

Nessa altura, tomo a liberdade de trazer um fato ocorrido, do qual tomei parte, que ilustra bem a insegurança de quem vivia na região, e que assim se explica:

Antes de assumir a Prefeitura de Mantena, e como advogado militante na Comarca, fui procurado por familiares de um cidadão que havia cometido um crime de homicídio no, então, distrito de Itabirinha, e encontrava-se recolhido à Cadeia Pública. Naquela época, quando ocorria o crime de homicídio a decretação da prisão preventiva era obrigatória.

Patrocinei a causa até ao julgamento final pelo Tribunal do Júri quando nosso cliente foi absolvido. Tempos depois fui novamente procurado por um familiar do antigo cliente comunicando-me que o mesmo havia sido preso pela polícia de Barra de São Francisco, Espírito Santo.

- O que ele aprontou agora? – Perguntei ao enviado do meu antigo cliente.

- Nada, seu Doutor. Foi pelo mesmo crime que ele respondeu aqui.

- Mas isso não é possível! Ele já respondeu por esse crime aqui nesta Comarca...

- Mas é o mesmo crime. A polícia me falou...

- Isso é um absurdo!!! – Respondi.

Absurdo ou não, o certo é que ele estava novamente preso e processado na Comarca de Barra de São Francisco. Solicitei ao Cartório Criminal as cópias necessárias e, antes de qualquer requerimento de uma medida judicial própria para o caso, procurei o MM Juiz da Comarca citada. Este, já meu conhecido e cujo relacionamento era amistoso, disse-me, constrangido:

<sup>173</sup> Trecho da entrevista concedida ao documentário: o contestado.

- Domingos! Sei que se trata de um verdadeiro absurdo, mas se você requerer “habeas corpus”, serei obrigado a negar. A recomendação do Egrégio Tribunal é no sentido de que o juiz não pode reconhecer, em nenhuma circunstância, a jurisdição mineira na região. Se eu atender qualquer pedido relacionado ao seu cliente estaria, ipso facto, reconhecendo a jurisdição mineira no Contestado. O Tribunal cairia em cima de mim... Aconselho-o a ir direto ao Tribunal. Talvez ele entenda o absurdo da situação e faça algo a respeito. Eu não posso fazer nada...

E agora? O que fazer? Com toda certeza o Tribunal também manteria a situação, em repúdio à jurisdição mineira.

Avistei-me com o cliente e expus os fatos. Um recurso ao Tribunal do Estado demandaria bastante tempo até a decisão, que, por certo, seria desfavorável. Isso obrigaria a um recurso no Supremo Tribunal, onde certamente seria procedente nosso pedido. Mas o tempo que tudo isso ia demorar...

- Doutor, o senhor faz o que achar melhor...

E o melhor, na verdade, era mesmo responder ao processo na Comarca capixaba e tentar nova absolvição.

Os próprios jurados entenderam a gravidade e improcedência da situação e meu cliente foi, novamente, absolvido.

O fato aqui trazido ilustra bem como era viver no Contestado...<sup>174</sup>

O processo narrado pelo depoente nos retrata como os impasses causados ao campo jurídico ocasionavam total insegurança e sentimento de injustiça. Como consequência da intranquilidade jurídica, tornava-se o ambiente favorável ao cometimento de crimes. Quando visualizamos esse prisma podemos explorar por meio das narrativas outros dois temas rememorados pelos depoentes: a insegurança institucional e a violência.

Em relação a violência, observamos atentamente os depoimentos, onde verificamos que os depoentes fazem questão de salientar o clima de insegurança que pairava e era vivenciado por eles.

Segundo o senhor Aurélio, na época do contestado, a mortalidade na região era muito grande. O ex-vereador contabiliza em sua narrativa que em um único mês a mortalidade dentro da cidade chegou a quase 91 indivíduos. Conforme ele rememorou, as mortes eram constantes dentro e fora da cidade. Sobre o questionamento de quais motivações das várias mortes e crimes, o entrevistado logo salientou “era um pouco por ciúmes em ver o outro crescer.”<sup>175</sup> Segundo seus relatos muitos mandatos de crimes se sentiam seguros, pois, “tinha apoio do Juiz, do promotor. Ai tudo ficava certo”.<sup>176</sup>

Para Dona Ana a memória da violência logo foi visualizada em sua narrativa, quando a mesmo especificou que: “ah, vivia mantando gente. Matava gente de lá e de cá. Volte e meia caia uma pessoa (ao se referir a morte de alguém). [...] era briga à toa!”<sup>177</sup>

<sup>174</sup> O trecho retirado do jornal notícias de Mantena, de 2014.

<sup>175</sup> Trecho da entrevista do senhor Aurélio.

<sup>176</sup> Trecho da entrevista do senhor Aurélio.

<sup>177</sup> Trecho da entrevista de Dona Ana.

De acordo com a senhora Sani de Farias havia certo receio entre os moradores, por aquilo que poderia acontecer em determinada hora, principalmente, após as 18:00 horas. Era após o entardecer que boa parte dos crimes aconteciam, em virtude disso, uma estratégia era circular até certa hora, Sani recorda: “Aos domingos a gente encontrava na pracinha, né? Fazia a avenida, mas, tinha que ser ali beirando umas de 16/17 por que depois ninguém sai, né?”<sup>178</sup> É possível perceber diante disso, que a memória do medo permanece viva em alguns agentes sociais.

O fragmento anterior pode ser explicado pela fala do senhor Getúlio, “em Mantena se matava quase um por dia, e de preferência a noite, a luz lá era de motor, que funciona por volta de até umas dez horas da noite (22:00). Normalmente os crimes ocorriam após a luz ser desligada [...] quando dava dez horas da noite eu tinha que reforçar o policiamento por que eu sabia que ia acontecer algum crime lá”.<sup>179</sup>

Senhor Aurélio rememora que a população local ficava à mercê dos autoritarismos das elites locais. O crime de pistolagem era comum e o poder estadual pouco poderia intervir, uma vez que membros da política local, tinham um alto prestígio junto aos governos centrais.

Ao contar sobre a força política que as elites locais tinham em sua memória, o caso de José Fernandes filho se tornou um exemplo emblemático e da morte de uma divergência política desse agente social. Senhor Aurélio relembra que quase nada foi feito pelas autoridades estaduais, uma vez que, “nessa altura, o coronel “Zé Fernandinho” mandava no trem todo; o prefeito era dele, o juiz era dele e o promotor era dele. Tudo dele, o escrivão também era dele, tudo do Fernandinho”<sup>180</sup> Por várias vezes, senhor Aurélio o chama pelo termo “coronel” em virtude do poder local exercido por ele. Nesse momento identificamos como as elites locais contavam com grande influência política e econômica.

Um relato que corrobora com essa narrativa é do ex-coronel da polícia militar de Minas Gerais, senhor Getúlio nos relatou a dificuldade de fazer justiça na região, enquanto delegado especial de polícia destacado pela Secretaria de Segurança de Minas Gerais, para “moralizar” a situação da região.

“Eu cheguei lá como Tenente, e muito vaidoso, desejando aparecer e todos os processos que estavam paralisados eu coloquei eles pra funcionar e comecei a apurar muito crime de gente importante. A essa altura dos acontecimentos a Secretaria da Segurança tomou conhecimento disso e me tirou rapidinho de lá. Me mandou um telegrama dizendo que eu havia sido designado por interesse da justiça como delegado de Guanhães e que eu seguisse para Guanhães. Fiquei uma semana lá resolvendo

<sup>178</sup> Entrevista concedida por Dona Sani aso Documentário- O contestado. 2014

<sup>179</sup> Trecho da entrevista concedida ao autor pelo senhor Getúlio.

<sup>180</sup> Trecho da entrevista do senhor Aurélio concedida ao autor.

minhas coisas para mudar, chegou outro telegrama dizendo que eu fosse imediatamente! Daí, tranquilizei eles (as autoridades) dizendo o seguinte: a partir desta data, não estou mexendo com processos criminais de ninguém [...] estou apenas separando minhas mudanças. (grifos do autor)

Havia interesse que eu paralisasse, para que eu não mexesse com determinados processos lá.

Meu escrivão me dava conhecimento de algumas coisas políticas. Quando eu ia mexer em algum processo ele (seu escrivão) logo falava: não mexe com isso não por que vai dar problema. Mas eu não estava preocupado, queria apenas cumprir minha obrigação”.<sup>181</sup>

Com isso, as elites políticas locais tinham grande prestígio junto a capital, enfraquecendo o poder policial. Os interesses políticos dificultavam a atuação dos agentes estaduais.

Getúlio fez uma observação acerca dos crimes que foram apurados durante o período em que ele esteve na região, “cadeia era cheia de presos[...]o crime que mais ocorria era a pistolagem. E a gente percebia que os crimes estavam mais vinculados a posse de terras, e ao poder financeiro[...]eram mais crimes patrimoniais”.<sup>182</sup> Ou seja, grande parte dos crimes que ocorriam estavam ancorados nas disputas por terras.

Nesse contexto, a questão sobre as disputas por terras também compôs algumas narrativas. O senhor Josué, afirma:

“A briga era posseiro com policial, porque o policial jogava junto com o fazendeiro ele vinha aqui para expulsar o povo da terra, o fazendeiro botava pistoleiro pra matar o posseiro e o posseiro matava o pistoleiro do fazendeiro. As vezes um policial mineiro chegava aqui e o policial capixaba logo era comunicado ai o policial capixaba vinha, vinha porque realmente Minas queria tomar conta, e o Espírito Santo não deixava.”<sup>183</sup>

O fragmento de memória do senhor Josué descreve como se davam as relações entre dominação das elites agrárias locais sobre os camponeses. Outro ponto que devemos perceber é o ato de exercer controle ou influência dos políticos locais sobre as instituições. Nem sempre o aparato público de segurança era favorável aos posseiros. Percebemos isso ao relatar acerca do distrito do Cotaxé no capítulo 2 desta pesquisa. A relação era desfavorável aos posseiros, uma vez que a política nem sempre era uma alternativa viável.

Vários depoimentos também atestam sobre as relações sociais. Jório narra sua experiência ao visitar a sede do Governo capixaba em uma das tentativas de negociar com os governos os limites dos dois estados. O então deputado lembra o clima que se deu com a

<sup>181</sup> Trecho da entrevista do senhor Getúlio concedida ao autor.

<sup>182</sup> Trecho da entrevista do senhor Getúlio concedida ao autor.

<sup>183</sup> Trecho da entrevista do senhor Aurélio.

presença de um político mineiro na sede do governo capixaba, o palácio Anchieta: “então não havia relacionamento social, nem político, nem administrativo nenhum. Ao contrário cada estado preocupava em ter maior jurisdição, intensificando maior a suas jurisdições.”<sup>184</sup>

O senhor Ascedino José Moreira, de Barra de São Francisco em seu depoimento narrou com se dava o clima conflituoso na região, “se a gente ia lá tratavam a gente mal pra pagar a duplicata, então o pessoal lá tinha muita rivalidade um com o outro, né?”<sup>185</sup>

Nem mesmo a esfera religiosa ficava fora dos problemas em torno da dualidade. Como lembra senhor Aurélio, a relação era tão conflituosa que atingia até mesmo as relações entre membros da igreja Católica e também entre as denominações protestantes,

“Quase toda a cidade, fora do interior, patrimônio, tinha dois padres católicos, um mineiro e outro capixaba. Tinha vários pastores também nessa região; um crente pela Batista, outro presbiteriano outro Metodista e assim por diante. Sempre, sempre um mineiro e um capixaba.

Quando casava e um e procurasse a igreja católica, tinha dois cartórios com dois padres pra celebrar a missa. Quando tinha missa no Água Doce, por exemplo, aí vinha um padre de São Francisco celebrar a missa lá. Vinha padre daqui de Mantena celebrar a missa lá. Quando o indivíduo procurava o católico ele tomava um cossa dos mineiros se fosse um mineiro tomava uma cossa dos capixabas. Então vivia aquela luta tremenda.”<sup>186</sup>

Quanto a posição de igreja frente aos conflitos, esse ainda é um campo que carece de estudos. Mas, é notório que tanto as igrejas católicas quanto as protestantes tiveram uma forte influência e participação em algumas questões na região. Percebemos que muitas denominações tinham membros no corpo político dos municípios.

Assim, havia por parte dessas instituições religiosas não só a prerrogativa de aumentar o número de membros, mas a representativa também era um mecanismo de influência, em meio essa atmosfera. Nesse jogo de disputas religiosas, a população também tinha embates com a questão religiosa para além do descaso das autoridades dos estados, tinham que lher dá com essa questão religiosa. O jornal, *O Diário*, de Belo Horizonte, chegou a destacar as desavenças entre as facções religiosas locais, como podemos ver logo abaixo:

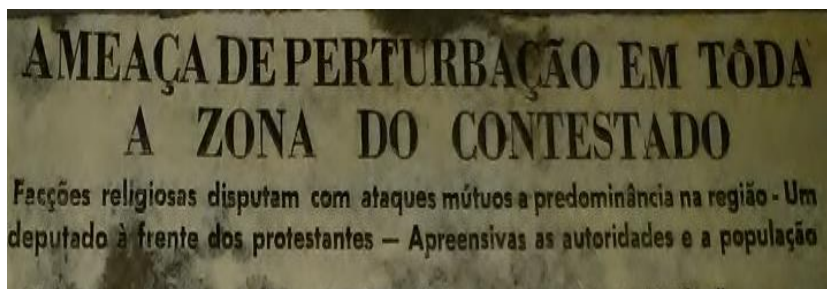
---

<sup>184</sup> Trecho da entrevista do senhor Domingos Jório.

<sup>185</sup> Trecho da entrevista do senhor Ascedino José.

<sup>186</sup> Entrevista concedida pelo senhor Aurélio.

**Figura 4:** Fragmento do jornal *O Diário*



FONTE: Jornal O diário.

Desse modo, ao verificarmos as lembranças da população, conseguimos perceber que muitos processos vivenciados pelos moradores da região do contestado, ainda são rememorados, possibilitando uma nova perspectiva acerca dos eventos em torno da zona de limites Minas/Espírito Santo. Por meio desses fragmentos de memória foi possível reconstruir as dimensões em torno do vazio jurisdicional e entender também como os agentes sociais vivenciaram e significaram os impactos causados sobre eles. Por isso, buscamos privilegiar esses agentes da história e projetar suas expectativas e experiências por meio da memória.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta inicial era verificar quais foram os transtornos e constrangimentos vivenciados pela população de uma área litigiosa, a zona do contestado mineiro-capixaba, a luz da memória. A respectiva zona de limites foi o cenário de um dos processos mais longos de consolidação dos limites entre entes federativos no Brasil.

Com essa perspectiva, iniciamos nossa pesquisa trazendo a importância histórica da região, resgatando os anos de isolamento as primeiras tentativas de colonização. Mostramos ainda a geopolítica mineira durante o século XX, revelando que o estado de Minas Gerais, no decorrer de sua história, viu-se em vários processos litigiosos. Desse modo, construímos, assim, base para analisar nosso campo empírico, investigando os conflitos de limites com o estado do Espírito Santo, contextualizando os processos que fizeram parte dos contestados Minas e Espírito Santo até a assinatura dos acordos para limitar as fronteiras ao norte do rio Doce.

A partir dessa discussão introdutória, exploramos algumas características de territórios litigiosos. Averiguamos a normatização do território no período republicano e como os estados passaram a legislar sobre a ocupação e povoamento das terras devolutas, a partir de uma lógica que privilegiasse as elites. Assim, exploramos o processo de povoamento e exploração das terras ao norte do rio Doce por meio das frentes pioneiras e de expansão, fenômenos que ocorreram no Brasil republicano seguindo uma lógica capitalista e de demanda social. Examinamos os derivados que se manifestaram no nosso objeto de pesquisa e comparamos os processos semelhantes retratado na historiografia brasileira. Buscamos assim, como referência, o contestado ocorrido no Sul entre os anos de 1912 a 1916.

Após essa caminhada buscamos traçar as reflexões em cima do nosso principal objetivo, a vivência dos agentes sociais frente aos conflitos de uma área litigiosa. Para obter as respostas para nossas perguntas, recorreremos a memória dos sujeitos históricos. Com isso, achamos necessário fazer algumas considerações sobre História e memória. Consideramos necessário também mostrar a cientificidade da nossa principal metodologia, a história oral e como a articulação com outras fontes podem revelar as transformações sociais da ação humana ao longo do tempo e a percepção dos sujeitos inseridos em algum contexto histórico.

Tendo isso como base, construímos a partir dos nossos agentes norteadores, uma trilha de possibilidades, mostrando que a ausência estatal e o desinteresse dos agentes públicos causavam os mais diversos impactos no indivíduo e na coletividade, ocasionando a organização desses sujeitos em relação as suas demandas.



Nessa área, ocorreram diversos fenômenos de ordem política, social, econômica e cultural. Buscamos canalizar as principais demandas vivenciadas pela população e suas problemáticas. A pesquisa, no entanto, nos permitiu por sua vez, identificar por meio da memória, as implicações do Estado sobre os agentes sociais e a relação do homem com espaço.

Portanto, ao longo da dissertação encontramos uma região disputada por dois entes federativos, onde foi possível perceber as relações de poder que se constituíram a partir dos interesses políticos e econômicos dos sujeitos inseridos nessa lógica de indefinição estadual. Por meio disso, observamos como se constituiu a geopolítica de dois estados brasileiros e o trato que ambos deram aos interesses das elites dominantes de seus estados. Dentro dessa esfera, conseguimos fazer a leitura sobre a relação do Estado brasileiro e as demandas da população e seus anseios.

Esse tema ainda carece de estudos, não só pela volumosa documentação acerca dos processos que envolveram as disputas entre Minas e Espírito Santo, mas, também pela possibilidade de analisar a participação de outros agentes sociais, como, por exemplo, a atuação de membros do clero. A ordem dos frades capuchinhos atuou de forma ativa na região e tem sob sua posse um considerável acervo documental. Por isso, há ainda muitas possibilidades investigativas acerca do contestado.

O que se viu foi que a população buscou ao longo dos anos de conflitos, estratégias para driblar os mandos e desmandos das autoridades e a luta contra o autoritarismo das elites locais. Sendo assim, ao analisar o contestado sobre ótica da memória dos moradores, a pesquisa traz outro ângulo acerca dos conflitos.

Apesar dos vários conflitos vivenciados pela população, muitos moradores enxergavam na região como sendo um território de um novo começo. O sentimento de esperança, muito atrelado a posse da terra, foi favorável a fixação de muitas famílias. Com isso, de maneira a identificar os impactos que os anos de litígio teve na população, pode-se analisar o processo de lutas dessas famílias. Os aspectos mais fortes que decorrem nos depoimentos são os descasos das autoridades, o autoritarismo das elites locais e o sentimento de abandono e desamparo.

Do ponto de vista político, percebemos que para as elites dominantes, com seus interesses políticos e econômicos, uma solução imediata dos problemas na região representava o fim de um certo monopólio. Sendo esse um dos principais fatores que levaram as autoridades dos governos tratar dessa questão sem levar em consideração as dificuldades enfrentadas pela população. Muitos processos para solucionar os problemas que marcavam a vida da população eram nitidamente imperados em virtude da lógica de dominação das elites dominantes. As

relações de poder não eram favoráveis à parcela mais pobre da população, com um considerável número de camponeses.

O processo de exploração das terras do Vale do Rio Doce, Norte e Noroeste do Espírito Santo experimentaram do ponto de vista econômico um próspero crescimento, acompanhado de um acelerado processo de degradação ambiental, ocasionado um forte declínio econômico ao longo dos anos. Hoje, “*nem café, nem lavoura, nem nada! Não tem mais nada*”, diz, senhor Aurélio. A economia extrativista gerou um processo de degradação e destruição das matas, e o fim da cultura do café. Logo, iniciado esse processo de decadência, viu-se a partir disso, a necessidade de resolver os problemas de limites.

Na atualidade, o imaginário construído na memória das pessoas é que a área pertencente a Minas Gerais estagnou-se, enquanto a pertencente ao Espírito Santo, prosperou. Foi muito comum encontrar pessoas que falavam “se tivéssemos ficado com Espírito Santo, as coisas estariam melhor”. Inserida na Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a parte capixaba ganha grandes incentivos fiscais, dinamizando setores econômicos das cidades pertencentes a SUDENE. Enquanto a parte mineira fora do programa desenvolvimento do governo federal, assiste um largo processo migratório dos moradores da região para outras localidades. Causando grandes impactos no imaginário local acerca da divisão do contestado.

A partir da memória conseguimos resgatar traços culturais das culturas mineira e capixaba, sendo possível compreender as realidades políticas e culturais dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Mesmo com algumas limitações que enfrentamos no nosso percurso, acreditamos que abrimos campo que a partir de olhares oficiais, novas possibilidades sejam vistas acerca desse processo histórico. Sendo assim, nosso objetivo de preencher as lacunas deixadas por outros pesquisadores, contribuirá para que seja feita novas leituras sobre a zona do contestado.

**ANEXO I****RESOLUÇÃO 569, DE 09/12/1963 -  
TEXTO ORIGINAL**

Aprova a linha divisória entre o Estado de Minas Gerais e o do Espírito Santo, ao norte do Rio Doce, e contém outras providências

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais promulga:

Art. 1º – Fica aprovada a seguinte linha divisória, entre o Estado de Minas Gerais e o do Espírito Santo, ao norte do Rio Doce, sugerida, em 8 de junho de 1953, pela Comissão Mista organizada pelos respectivos Governos:

“Começa na Pedra do Souza, à margem esquerda do Rio Doce; segue pelo divisor de águas entres os Rios Resplendor e EME, por um lado, os rios Mutum, Pancas e São José, por outro lado, até o ponto em que começa o divisor de águas entre os rios EME e Braço Sul do Rio São Mateus; segue por este divisor até o entroncamento do divisor de águas entre os córregos Floresta e Barra Alegre; segue por este divisor até encontrar o paralelo que passa pela confluência do Córrego Boa Vista com o Rio Denominado Mantenas, pelo Espírito Santo, e denominado Ribeirão Vargem Alegre, por Minas Gerais; segue por esse paralelo até a referida confluência; sobe pelo Córrego Boa Vista até a sua cabeceira; segue até o divisor entre o Córrego São Domingos e Ribeirão Itaúnas, por uma linha reta passando no ponto equidistante dos pontos mais altos das pedras do Emiliano e Bananal; segue por este último divisor até a cabeceira do Córrego Bananal; segue pelo divisor de águas da margem direita do Córrego Bananal e desce até a foz deste no Rio São Francisco; daí segue pelo meridiano até atingir o Braço Sul do Rio São Mateus; sobe por este até a foz do Córrego do Garfo; segue pelo divisor de águas da margem direita do Córrego do Café, passando a oeste do povoado denominado Café Ralo, até a cabeceira do citado Córrego do Café; segue por uma linha reta até a confluência do Rio Preto com seu afluente Ribeirão Águas Claras; sobe pelo Rio Preto até a foz do Córrego Santo Agostinho; segue por uma linha reta até a cabeceira do Córrego Azul, no divisor de águas na Serra do Norte ou Serra de São Matheus; segue pela citada Serra do Norte, até a cabeceira do primeiro afluente do Rio Peixe Branco, a montante do lugar denominado Novo Horizonte; desce por este afluente até a sua foz no Rio Peixe Branco; desce por este até a sua foz no Braço Norte do Rio São Mateus; desce por este até a foz do Córrego Muritiba; sobe por este até o ponto em que uma reta partindo da cabeceira do Córrego Pistóia ou Pistola, no divisor de águas da Serra Map Crac, que divide as águas dos rios Braço Norte do Rio São Mateus e Rio Itaúnas, por um lado, o Rio Mucuri por outro, com o azimute

geográfico 56° SE (quarenta e cinco graus sueste), corta o citado Córrego Muritiba; segue por esta reta até a cabeceira do Córrego Pistóia ou Pistola; segue por este divisor até a cabeceira do Córrego Limoeiro ou Guaribas; desce por este até a sua confluência com o Córrego Barreado, desce por este até a sua confluência com o Córrego Palmital, na divisa com o Estado da Bahia”.

Art. 2º – Logo que a linha for aprovada pelos Poderes competentes do Estado do Espírito Santo, o Poder Executivo promoverá as medidas próprias para encerrar-se o litígio no Supremo Tribunal Federal.

Art. 3º – Aprovada a linha a que se refere o art. 1º o Poder Executivo promoverá imediatamente sua demarcação, através do Departamento Geográfico do Estado, em entendimento com o seu congênere do Estado do Espírito Santo, lavrando-se de tudo ata para os devidos fins.

Art. 4º – É concedida anistia fiscal aos contribuintes que, na região até agora litigiosa, deixaram de pagar tributos em consequência da incerteza da jurisdição a que pertenciam.

Art. 5º – Fica o Poder Executivo autorizado a confirmar os títulos de terras devolutas expedidos, até 8 de junho de 1963, pelo Governo do Estado do Espírito Santo, relativamente à área delimitada pela linha constante do Serviço Geográfico do Exército e a que se acha descrita no art. 1º.

Art. 6º – Fica o Poder Executivo igualmente autorizado a retificar quaisquer outros atos do Governo espiritosantense referentes à mesma região.

Art. 7º – As ratificações autorizadas pelos artigos 5º e 6º serão procedidas do exame necessário, inclusive, quanto a atos semelhantes de autoridades mineiras.

Art. 8º – Os funcionários, cujas sedes de ofício sofreram modificações, por efeito dos lindes estabelecidos, serão mantidos em seus cargos, salvo os direitos de outros titulares porventura nomeados pelo Governo mineiro.

Parágrafo único – O Governador praticará os atos necessários à execução deste artigo.

Art. 9º – Ao Estado de Minas Gerais, fica reservado o direito a indenização, por parte do Estado do Espírito Santo, das benfeitorias existentes na área objeto do acordo pelo valor a ser apurado na época.

Art. 10 – Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta resolução em vigor na data de sua publicação. Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 9 de dezembro de 1963.

O Presidente: (a) Walton de Andrade Goulart.

O 1º Secretário: (a) Antônio Gomes Pinto Coelho.

O 2º Secretário: (a) Sebastião Navarro  
Vieira.

**ANEXOS II- FOTOS**

**Comitiva de Carlos Lindenberg no contestado em 1938.**

**FONTE:** Disponível no Arquivo Público do estado do Espírito Santo.



**Panorama da cidade de Mantena da década de 1940.**

**FONTE:** Fotografia cedida por Edivaldo Machado Lima



**Cotidiano mostrando as condições da cidade**

**FONTE: Fotografia cedida por Edivaldo Machado Lima, acervo pessoa**



**Tropas em prontidão na região no período auge dos conflitos.**

**FONTE: Fotos cedida por Edivaldo Machado, arquivo pessoal.**





Tropas de prontidão na região.

FONTE: Fotografia cedida por Edivaldo Machado Lima, arquivo pessoal.



Dia da assinatura dos cerimoniais de definição dos limites com a presença dos governadores de estado, Francisco Lacerda de Aguiar, do Espírito Santo e Magalhaes Pinto de Minas Gerais, além da presença de membros das elites locais.

FONTE: Foto cedida do Arquivo pessoal de Edivaldo Machado.



**Governador no marco comemorativo da definição dos limites em 1963.**

**FONTE: Arquivo pessoal de Edivaldo Machado de Lima.**



**Em 2014 em comemoração aos 50 anos de definição dos limites de Minas Gerais e Espírito Santo, governadores de estados, se reuniram para relembrar a data e reafirmar o acordo de paz entre os dois entes federativos.**

**FONTE: Agência Minas Gerais. Empresa oficial do governo do estado de Minas Gerais**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira. **Intelectuais e Guerreiros**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1992.
- AFONSO, Eduardo José. **O Contestado**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1998.
- ALBERTI, V. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.
- ALEIXO, Alceu. **Fronteira do Espírito Santo com Minas Gerais: O laudo do Serviço Geográfico do Exercício em face do artigo 184 da Constituição Federal de 1937**. Vitória. 1958.
- ALMEIDA, Patrícia Lage de. **Elos de permanência: o lazer como preservação da memória coletiva dos libertos e seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX**. Juiz de Fora. EDUFJF, 2008
- BARROS, José D' Assunção. **O projeto de pesquisa em História: da escolha do tema ao**
- BITTENCOURT, Adgar. Adeodato: vancê é nosso “último” chefe. (Guerra do Contestado, uma visão holística). Joaçaba:Ed. Do Autor, 2012.
- BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.
- BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni; ROSA, Lea Brígida Rocha de Alvarenga; Renato José Costa. **Norte do Espírito Santo: ciclo madeireiro e povoamento**. Vitória: EDUFES, 1996.
- BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorai, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2009.
- BURKE, Peter. **Variedades de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 73-74, jan./jun. 2009.
- CARVALHO, Keila Auxiliadora. **Colônia Santa Izabel: História e Memória do Isolamento Compulsório de doentes da lepra**. Curitiba: Editora Prisma, 2006.
- CELIN, José Lázaro. **Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. Porto Alegre: UFRGS, 1984. Dissertação de mestrado. Coletiva dos libertos e seus descendentes em Juiz de Fora no início do século XX. Juiz de
- COSTA, Mariana Val. **Políticas industriais em Minas Gerais no período de 1933 a 1955: o desenvolvimento regional conduzido pelo Estado**. 2014.
- DANTAS, Alda & MEDEIROS, Tásia Hortência de Lima. **Geografia Ratzeliana e seus contexto**. Natal. UFRN/Biblioteca central. 2008.
- DELGADO, Lucília de Almeida N. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

- DIAS, Luzimar Nogueira. **O massacre de Ecoporanga: lutas camponesas no Espírito Santo**. Vitória: Editora Companhia dos Jornalistas do Espírito Santo, 1984.
- EGLER, Walter Alberto. **A Zona Pioneira ao Norte do Rio Doce**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro. 1962.
- ESPINDOLA, H. S., AQUINO, B. P., MORAES, J. C. P. P. **Legitimação e mercantilização de terras em Minas Gerais** In: XXV Simpósio Nacional de História, 2009, Fortaleza. Anais Eletrônicos e [CD-Rom] / XXV Simpósio Nacional de História; Enilce Lima, Ítalo Bezerra e Márcio Moreira, Organizadores. Fortaleza: ANPUH, 2009, p.4-6.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. **O Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. **Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX**: Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 73-74, jan./jun. 2009.
- FRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido**. “Entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná”. Blumenau: Hemisfério Sul, 2010.
- FREIRE, Márcia Gomes. **Tapirapuã: lugar de fronteiras, patrimônio e memória**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Mato Grosso. Cuiabá, 2015.
- GARCIA, Elio Ramires, **Do Estado União de Jeovah à União dos Posseiros de Cotaxé**: GARCIA, P.; SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndios- Efeitos da lei de 1850**. Campinas. Editora Unicamp,
- GODOY, Marcelo Magalhaes. **Minas Gerais na República: atraso econômico, Estado e planejamento**. Cad. Esc. Legisl., Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 89-116, jan./jun. 2009
- GOMES, Ângela Castro (coord.). **Velhos Militantes**. RJ, Jorge Zahar, 1988.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1990.
- JORGE, Rogério Ribeiro. **Território, identidade e desenvolvimento: uma outra leitura dos arranjos produtivos locais de serviços no rural**. São Paulo 2010.
- LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.
- LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassaneze. Loyola, 1996.
- MARAMATSU, Luiz Noboru. **Movimento Camponês e Camponês em Movimento (Estudo histórico da violência na frente pioneira do Noroeste do Espírito Santo: 1950-1960)**. Tese

de doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

Marieta Moraes (coord.). *Usos & abusos da história oral*. 4a ed. Rio de Janeiro: Editora MARSHALL, T. H. Cidadania e Classe Social [Ed. Atual trad. E rev. Por ead/CEE/MCT], 2. Ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975. WAIBEL apud MARTINS, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATTOS, Izabel Missagia de. **Civilização e revolta**: os Botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru: EDUSC, 2004.

MAUDE, Ana Maria & Knauss Paulo. **Memoria em movimento**: a experiência ideográfica do LABHO, UFF. 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 4ª Edição. São Paulo: Edições Microanálise. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAIS, Cicero. **Limites do Espírito Santos**, 1939, -34, fls.260 dos autos, 2 vol.

NAROZNIAK, Jorge. **Histórias do Paraná**. Curitiba: Arowak, 2010.

PAOLI, Maria Célia "**Memória, História e Cidadania**: O Direito ao Passado" In O Direito à Memória. São Paulo: DPH. SMC.PMSP, 1992.

Paulo: Hucitec, 1997

PENA, Victor Augusto Lage. **Os posseiros de Cotaxé e o Movimento Udelinista**: conflitos de representação. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Ouro Preto. Vitória, 2016.

PFRAGA, Nilson Cesar. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. "entre a cruz de Santa Catarina e a espada do Paraná". Blumenau: Hemisfério Sul, 2010.az e Terra,

PONTES, Wallace Tarcisio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional**: a disputa do Contestado pelo Espírito santo e Minas Gerais (1930-1970). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 1995.

- PORTELLI, Alessandro. **A Filosofia e os Fatos:** Narração, interpretação e significado nas memórias e fontes orais. Tempo. Rio de Janeiro, 1997.
- QUINTINO, Benedito. **Exposição da questão de limites:** Minas Espírito Santo. Belo Horizonte. 1953.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. **Cidadania um projeto em construção:** minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- SECRETO, Maria Verônica. “A ocupação nos “espaços vazios” no governo Vargas: “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha”. In: *Estudos Históricos*, nº 40, 2007.
- SILVA, Ligia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeito da Lei de 1850.** Campinas: Sociais, 2009.
- STARLING, Heloisa Maria Murgel & BRAGA, Pauliane de Carvalho. **Sentimentos da terra.** Belo Horizonte. Editora Proex. 2013.
- THOMPSON, Paul. **História oral e contemporaneidade.** História Oral, n. 5, p. 9-28, 2002.
- VASCONCELOS, Flávio Nico. **O desenvolvimento da interface da cidade-porto em Vitória:** do período colonial ao início do século XXI. Vitória. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória. 2011.
- VASCONCELOS, Flávio Nico. **O desenvolvimento da interface da cidade- porto em VELHO,** Otávio Guilherme. **Frentes de expansão e estruturas agrárias:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **Minas de dentro para fora:** a política interna mineira no contexto da Primeira República, *Locus, Revista de História, Juiz de Fora:* EDUFJF, v.5, nº.2, 1999.
- VOLPATO, Luiza. **Entradas e bandeiras.** São Paulo: Global, 1985.
- WIRTH, John. **O fiel da balança-Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937.** Rio de